

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS E DA SAÚDE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM BIOCÊNCIAS E SAÚDE – MESTRADO

ITALOEMA AGNELO ALVES BERTÉ

**PROCESSO DE AUTOAVALIAÇÃO DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
BIOCÊNCIAS E SAÚDE: CONSTRUINDO FERRAMENTAS**

CASCAVEL-PR
Junho/2021

ITALOEMA AGNELO ALVES BERTÉ

**PROCESSO DE AUTOAVALIAÇÃO DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
BIOCIÊNCIAS E SAÚDE: CONSTRUINDO FERRAMENTAS**

DISSERTAÇÃO apresentada ao Programa de Pós-graduação em Biociências e Saúde – Mestrado, do Centro de Ciências Biológicas e da Saúde, da Universidade Estadual do Oeste do Paraná, como requisito para a obtenção do Título de Mestre em Biociências e Saúde.

Área de concentração: Biologia, processo saúde-doença e políticas de saúde

ORIENTADORA: Prof.^a Dr^a Solange de Fátima Reis Conterno

COORIENTADORA: Prof.^a Dr^a Cláudia Silveira Viera

CASCAVEL-PR
Junho/2021

Ficha de identificação da obra elaborada através do Formulário de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da Unioeste.

BERTÉ , ITALOEMA AGNELO ALVES
PROCESSO DE AUTOAVALIAÇÃO DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
BIOCIÊNCIAS E SAÚDE: CONSTRUINDO FERRAMENTAS / ITALOEMA
AGNELO ALVES BERTÉ ; orientadora Solange de Fátima Reis
Conterno; coorientadora Cláudia Silveira Viera. --
Cascavel, 2021.
176 p.

Dissertação (Mestrado Acadêmico Campus de Cascavel) --
Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Centro de Ciências
Biológicas e da Saúde, Programa de Pós-Graduação em BioCiências
e Saúde, 2021.

1. Programas de Pós-Graduação interdisciplinares. 2.
Avaliação Educacional. 3. Avaliação de Programas de pós-
graduação. 4. Instrumentos de Pesquisa. I. Conterno, Solange
de Fátima Reis, orient. II. Viera, Cláudia Silveira ,
coorient. III. Título.

ITALOEMA AGNELO ALVES BERTÉ

**PROCESSO DE AUTOAVALIAÇÃO DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
BIOCIÊNCIAS E SAÚDE: CONSTRUINDO FERRAMENTAS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Biociências e Saúde em cumprimento parcial aos requisitos para obtenção do título de Mestra em Biociências e Saúde, área de concentração Biologia, processo saúde-doença e políticas de saúde, linha de pesquisa Práticas e políticas de saúde, APROVADA pela seguinte banca examinadora.



Orientadora - Solange de Fatima Reis Conterno
Universidade Estadual do Oeste do Paraná - Campus de Cascavel (UNIOESTE)



Maria Lucia Bonfleur
Universidade Estadual do Oeste do Paraná - Campus de Cascavel (UNIOESTE)



João Luiz Pereira Domingues
Universidade Federal Fluminense (UFF)

DEDICATÓRIA

Ao meu amado pai Djalma (*in memoriam*), dedico este trabalho de pesquisa e todo meu amor e admiração, por ser meu motivador de sonhos desde criança, minha referência de ser humano íntegro e carismático, homem inteligente e muito esforçado, meu incentivador pela busca do conhecimento e da qualificação profissional e realização pessoal. Saudades é o amor que ficou e aqui permanecerá. Amo-te com a força da minha alma e para sempre, meu pai. Sinto seu incentivo em tudo que eu faço e sonho, e continuarei a dedicar ao senhor cada conquista.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, por ser o centro da minha vida e a base das minhas conquistas.

Aos meus amados pais, Djalma (*in memoriam*) e Graça, por acreditarem nos meus sonhos e apoiarem as minhas escolhas. Além de transbordar o meu ser de amor, desde que eu fui gerada.

Ao meu esposo Fernando, amor da minha vida, agradeço por cuidar tão bem de mim desde os meus quinze anos, quando ainda namorado. E hoje como esposo, zela por nossa família e permanece me incentivando e me fortalecendo com seu companheirismo, respeito e amor.

Agradeço a nossa filha Maria Fernanda, que mesmo tão pequena demonstra compreensão e me dá força para desenvolver minhas funções como estudante, enfermeira, mãe e mulher, trazendo ainda mais amor e leveza aos meus dias.

Aos meus familiares, irmãos, cunhadas, sobrinhos e sogros, pelo incentivo e apoio.

A minha orientadora Solange Reis Conterno, por ter aceitado o desafio de me orientar, mesmo sabendo da minha inexperiência enquanto pesquisadora, confiou na minha capacidade de aprender e fazer pesquisa. Sendo exemplo de ser humano e profissional, demonstrando intensidade pelo gosto em ensinar de forma tão compreensiva e amorosa. Agradeço por ter me acolhido e me projetado à frente, não soltando da minha mão, como quem alfabetiza uma criança.

Agradeço a minha coorientadora Claudia Silveira Viera, por ser solícita e acrescentar tanto à esta pesquisa por meio do seu conhecimento, desde a idealização da temática até o auxílio na estruturação deste trabalho.

Ao Grupo de Trabalho de Autoavaliação do Programa de Pós-graduação em Biociências e Saúde, que agregou e auxiliou de forma intensa na construção desta pesquisa, com a colaboração de cada docente integrante.

Ao Programa de Pós-graduação em Biociências e Saúde, pela oportunidade de me qualificar como Mestre em uma Universidade Pública e com ensino de qualidade, despertando em mim, ainda mais o interesse pela docência e pela pesquisa.

RESUMO

BERTÉ, I.A.A. **Processo de autoavaliação do Programa de Pós-Graduação em Biociências e Saúde: construindo ferramentas.** 179 p. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Biociências e Saúde, Centro de Ciências Biológicas e da Saúde, Campus Cascavel, Unioeste, 2021.

Avaliar processos educativos é a estratégia adequada para compreender como está se dando o processo formativo proposto. Frente às novas demandas de avaliação da Coordenação de Aperfeiçoamento Pessoal de Nível Superior (CAPES), emerge a necessidade de desencadear a avaliação sistematizada dos programas de pós-graduação para além dos aspectos quantitativos da produção científica. Destacando-se nesse dentre as novas orientações da CAPES, a realização da autoavaliação. Definida como avaliação interna ou avaliação institucional, que deve envolver todos os sujeitos tanto na formulação como nas ações a serem avaliadas. Assim sendo, o objetivo geral do trabalho é o de construir e validar instrumentos para mediar processo de autoavaliação no Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Biociências e Saúde. Trata-se de estudo metodológico, de natureza quantitativa, desenvolvido em dois momentos: primeiro - construção de instrumentos para subsidiar a autoavaliação do Programa de Pós-graduação, destinados aos docentes; aos agentes universitários envolvidos com as atividades do programa; mestrandos/doutorandos e aos egressos. Considerou-se para construção dos instrumentos a sistemática de autoavaliação de Programa de Pós-graduação proposta pela CAPES e para organização dos dados optou-se pela modelo teórico-metodológico proposto por Donabedian, no qual a avaliação contempla os domínios estrutura, processo e resultado. No segundo momento, procedeu-se à validação de conteúdo dos instrumentos produzidos, objetivando identificar a adequabilidade dos instrumentos. Os participantes do estudo foram selecionados seguindo a lógica da amostragem não probabilística de tipo intencional, na qual os participantes, por serem considerados conhecedores das questões estudadas foram denominados no estudo como juízes especialistas. Estes foram distribuídos por categorias, conforme a especificidade de cada instrumento a ser validado. Para tanto, há quatro categorias de juízes especialistas: docentes; agentes universitários; mestrandos/doutorandos e egressos. A técnica de coleta foi o levantamento *on-line* por meio da ferramenta *Google Forms*, em que os *links* dos instrumentos foram disparados aos participantes por meio dos seus endereços eletrônicos, obtidos nos sites e páginas dos programas de pós-graduação. Participaram 63 juízes especialistas: 29 docentes, 8 agentes universitários, 13 mestrando/doutorandos e 13 egressos. A partir das respostas dos avaliadores ao processo de validação, observou-se a adequabilidade em relação ao total de questões. As respostas em relação aos domínios, indicaram que o mais adequado foi a Estrutura (91%), seguida por valores muito próximos entre si para o domínio Perfil (86,5%), Resultados (86%) e Processo (85,75%). Dentre os avaliadores, notou-se que os Docentes foi o grupo que mais respondeu de maneira positiva, indicando que $93\pm 5,3\%$ das questões estavam adequadas. Seguiram-se a eles os Egressos, com respostas que apresentaram $90\pm 7,0\%$ de adequabilidade. Os dados qualitativos emergiram das questões abertas, constituíram-se pelas indicações, sugestões ou outras colocações escritas ao final de cada bloco de validação dos domínios dos instrumentos. Conclui-se que, construir e validar instrumentos para mediar processo de autoavaliação no Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Biociências e

Saúde através da avaliação contextual e qualitativa, é uma estratégia importante para o programa, pois os resultados de um processo sistematizado de avaliação poderá ser um disparador de mudanças no processo formativo.

Palavras-Chaves: Programas de Pós-Graduação interdisciplinares. Avaliação Educacional. Avaliação de Programas e Instrumentos de Pesquisa.

ABSTRACT

BERTÉ, I.A.A. **Process of self-assessment of the Graduate Program in Biosciences and Health: building tools.** 179 p. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Biociências e Saúde, Centro de Ciências Biológicas e da Saúde, Campus Cascavel, Unioeste, 2021.

Evaluating the educational processes is the appropriate strategy to understand how the proposed training process is progressing. Faced with the new demands for evaluation by the Coordination for the Improvement of Higher Education Personnel (Capes) the need arises for the systematic evaluation of graduate programs to emerge beyond the quantitative aspects of scientific production. Among the new Capes guidelines, the self-assessment is being highlighted. Defined as internal evaluation or institutional evaluation, it must involve all the stakeholders in the formulation of evaluation and in actions to be evaluated. The general objective of this research is to build and validate tools to mediate the self-evaluation process in the Graduate Program in Bioscience and Health. It is a methodological study, of a quantitative nature, developed in two stages. The first stage embodies the construction of instruments to support the self-evaluation of the Graduate Program, aimed at professors, university staff members involved in the activities of the program; masters and PhD students and alumni. For the construction of the instruments, the self-evaluation system of the Graduate Program proposed by Capes was considered and for the organization of the data, the theoretical-methodological model proposed by Donabedian was chosen, in which the evaluation considers the structure of domains, process and result. In the second stage, the content validation of the instruments produced was carried out, in order to identify the suitability of the instruments. The study participants were selected following the logic of non-probabilistic intentional sampling, in which the participants, being considered knowledgeable about the subjects studied, were appointed in the study as expert judges. These were distributed by categories, according to the specificity of each instrument to be validated. For this, there are four categories of expert judges: professors, university staff members, masters and PhD students, and alumni. The data collection technique was the online survey through Google Forms tool, in which the links of the instruments were triggered to the participants through their electronic addresses, obtained on the websites and pages of the graduate programs. In total, 63 expert judges participated: 29 professors, 8 university staff members, 13 master's and PhD students and 13 alumni. From the responses of the evaluators to the validation process, the adequacy was observed in relation to the total number of questions. The responses in relation to the domains indicated that the most appropriate was Structure (91%), followed by very close values for the domain Profile (86.5%), Results (86%) and Process (85.75%). Among the judges, the group of professors answered more positively, indicating that $93\pm 5,3\%$ of the questions were adequate. After them, the alumni group with answers that represented $90\pm 7,0\%$ of adequacy.

Keywords: Interdisciplinary Graduate Programs. Educational evaluation. Evaluation of programs and research instruments.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Distribuição de Programas de Pós-Graduação no Brasil no ano de 2019	40
Figura 2 - Processo/etapas que ampararam a construção dos instrumentos	60
Figura 3 - Perguntas do tipo abertas, extraídas do questionário docente	64
Figura 4 - Perguntas do tipo dicotômico, extraída do instrumento docente.....	65
Figura 5 - Perguntas de múltipla escolha, com a seleção de uma opção de resposta dentre várias possibilidades, extraída do instrumento dos Agentes Universitários ...	65
Figura 6 - Perguntas de múltipla escolha com seleção de mais de uma opção, extraída do instrumento mestrandos/doutorandos	66
Figura 7 - Perguntas com utilização de escala, extraída do instrumento dos egressos	66
Figura 8 - Exemplo de questões desdobradas em vários itens	67
Figura 9 - Porcentagem (%) de adequabilidade dos docentes em relação às respostas agrupadas em Domínios (perfil, processo, estrutura e resultado)	74
Figura 10 - Porcentagem (%) de adequabilidade dos Agentes Universitários em relação às respostas agrupadas em Domínios (perfil, processo, estrutura e resultado)	75
Figura 11 - Porcentagem (%) de adequabilidade dos Mestrandos e Doutorandos em relação às respostas agrupadas em Domínios (perfil, processo, estrutura e resultado)	75
Figura 12 - Porcentagem (%) de adequabilidade dos Egressos em relação às respostas agrupadas em Domínios (perfil, processo, estrutura e resultado).....	76

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Porcentagem (%) de adequabilidade dos avaliadores: docentes, agentes universitários, mestrandos e doutorandos, e egressos em relação às respostas de 1 a 34 do questionário; e média geral com seus respectivos desvios-padrão (DP) dos valores de porcentagem.....72

Tabela 2 - Porcentagem (%) de adequabilidade dos avaliadores: docentes, agentes universitários, mestrandos e doutorandos, e egressos em relação às respostas agrupadas em Domínios (perfil, processo, estrutura e resultado); e média geral dos valores de porcentagem.....73

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Sinopse dos domínios dos instrumentos construídos.....	63
Quadro 2 - Número de questões por domínio dos instrumentos produzidos.....	67
Quadro 3 - Relação de participantes/juízes especialistas	68
Quadro 4 - Síntese das considerações dos juízes referentes aos domínios do instrumento docente.....	77
Quadro 5 - Síntese das considerações dos juízes referentes aos domínios do instrumento Agentes Universitários.....	81
Quadro 6 - Síntese das considerações dos juízes referentes aos domínios do instrumento Mestrandos e doutorandos	81
Quadro 7 - Síntese das considerações dos juízes referentes aos domínios do instrumento egressos	84

LISTA DE ABREVIATURA E SIGLAS

BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico
CAInter	Coordenação da Área Interdisciplinar
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento Pessoal de Nível Superior
IES	Instituição de Nível Superior
PPG-BCS	Programa de Pós-graduação em Biociências e saúde
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
BNDS	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
PNPG	Plano Nacional de Pós-Graduação
CEP	Comitê de Ética e Pesquisa

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	14
2. OBJETIVOS	20
2.1 Objetivo Geral.....	20
2.2 Objetivos Específicos	20
3. REVISÃO DE LITERATURA	21
3.1 A Pós-Graduação no Brasil: emergência e desenvolvimento	21
3.2 O Processo de Avaliação da Pós-Graduação Brasileira.....	31
3.3 Avaliação como processo necessário para a tomada de decisão	35
3.4 A autoavaliação da Pós-Graduação: proposta atual da Capes.....	38
4. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICO-METODOLÓGICA	43
4.1 Da Concepção à Necessidade de Construção de Instrumentos de Avaliação	43
4.2 Pressupostos de Donabedian: Fundamento Metodológico do Processo de Autoavaliação	46
5. METODOLOGIA	51
5.1 Tipo de pesquisa	51
5.2 Etapas da pesquisa	51
5.3 Campo da Pesquisa	54
5.4 Amostra do estudo.....	54
5.5 Método e Técnicas de coleta de dados	55
5.6 Método de Análise.....	57
5.7 Aspectos Éticos	58
6.RESULTADOS	60
6.1 Da necessidade de avaliar à construção de instrumentos: a autoavaliação da pós-graduação.....	60
6.2 Validação dos instrumentos: a busca pela adequabilidade	68
6.2.1 Identificação dos juízes especialistas docentes	68
6.2.2. Identificação dos juízes especialistas: agentes universitários	69
6.2.3. Identificação dos juízes especialistas: mestrando/doutorandos	70
6.2.4. Identificação dos juízes especialistas: Egressos.....	70
6.3 Adequabilidade dos instrumentos a partir dos dados quantitativos	71
6.3.1 Adequabilidade por domínio.....	73
6.3.2 Domínios considerados mais adequados	74
6.4 Adequabilidade dos instrumentos a partir dos dados qualitativos	77
7. DISCUSSÃO	89
8. CONCLUSÃO	93
REFERÊNCIAS	95
APÊNDICE A.....	107
APÊNDICE B.....	110
APÊNDICE C	112
APÊNDICE D	128
APÊNDICE E.....	143
APÊNDICE F.....	158
ANEXO A	174

1. INTRODUÇÃO

É consenso que o legado da pós-graduação, *stricto sensu*, é fundamentalmente a formação de pesquisadores e, conseqüentemente, o avanço da produção e progresso científico no país, intensificando a função social e clássica da Universidade, que “[...] além de refletir os conhecimentos e as relações sociais, também possibilita transformar as formas de ver, compreender e produzir para além do presente, com visões futuras, projetando novas ações” (MORÉS, 2017, p. 142).

Apesar da história da institucionalização da pós-graduação no Brasil ser recente, pode-se observar sua expansão nos últimos anos, expressa pelo aumento significativo do número de programas em diferentes regiões do país. O processo de expansão deve-se ao modelo de financiamento e avaliação, implementado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), que tem orientado, tanto a organização do processo de formação quanto a produção intelectual de docentes e pós-graduandos (ALVES; OLIVEIRA, 2014).

Em decorrência da expansão e da organização de itinerários formativos, propostos pelas diferentes áreas de conhecimento, a CAPES tem tomado como prioridade a discussão da avaliação da pós-graduação. Cabe ressaltar, que a avaliação sistemática dos programas não é uma novidade, mas o elemento novo é a recomendação de adotar outros componentes ao processo.

Nesse sentido, a partir da recente proposta da CAPES, acerca da reorientação do processo de avaliação dos programas de pós-graduação no Brasil, emerge a necessidade de reformulação e criação de novas formas avaliativas. A estratégia proposta pela CAPES objetiva proporcionar aos programas de mestrado e doutorado, um formato de avaliação mais precisa e detalhada, permitindo analisar a qualidade em diversos aspectos, indicando pontos fortes e vulneráveis de cada programa, para que a partir destes, sejam criados os planejamentos estratégicos em aspectos micro, nos programas, e macros, na própria CAPES.

Sabe-se que há um desafio a ser enfrentado quando se propõe a organização e o desenvolvimento, de forma sistemática, racional e viável, de um processo avaliativo, independentemente de sua natureza. Nesse sentido, pensar e sistematizar procedimentos formais de avaliação exige um olhar para o que já convencionalmente tem-se como modelos e alternativas, mas, sobretudo, para outras possibilidades,

outros campos a serem explorados, sujeitos a serem envolvidos e finalidades a serem alcançadas. Portanto, no processo formativo desde o nível básico até a pós-graduação, a avaliação é um elemento essencial para promover as mudanças necessárias no setor da educação, em busca do alcance do objetivo principal desse processo.

A ideia de avaliação na contemporaneidade tem sido “[...] a consumação dos esforços e das controvérsias que, durante mais de dois séculos, permitiram conceber abordagens, métodos e técnicas para estimar as intervenções e os programas sociais” (DUBOIS; CHAMPAGNE; BILODEU, 2011, p. 38).

Marques (2019) relata que a CAPES por meio das suas atribuições, anunciou que o modelo de avaliação dos programas de pós-graduação do Brasil passará por sua maior reformulação, comparada com as duas últimas décadas. Sendo assim, os programas de mestrado e doutorado recomendados e reconhecidos, deixarão de ter uma nota única, que vai de três a sete, e passarão a ter seus desempenhos classificados por cinco aspectos, sendo eles: produção do conhecimento, ensino e aprendizagem, inserção regional e internacional, inovação, transferência do conhecimento e impacto na sociedade. As mudanças seguidas das orientações da Capes, irão valer para o ciclo de avaliação do ano de 2021, e os resultados serão divulgados em 2025.

Dentre os novos elementos indicados pela CAPES, o processo de autoavaliação é um dos itens que deverão compor a avaliação dos Programas. A autoavaliação, conforme afirma Leite (2018), pode ser compreendida como a sistematização de dados feita pela comunidade com informações que lhe interessam, a partir de princípios éticos permeados por adaptações que podem ser provenientes de uma etapa de sensibilização, de acordo com valores e entraves de um processo autogerido. A autora ainda argumenta que os princípios éticos que permitem dar relevo à autoavaliação são veracidade, honestidade e transparência.

A experiência internacional na realização da autoavaliação tem oferecido subsídios à Capes para proposição da reformulação do processo de avaliação dos programas de pós-graduação, no sentido de buscar outros elementos a serem considerados (BRASIL, 2019a). A autoavaliação poderá gerar “ações em sequência”, o que deverá resultar em tomadas de decisão que, em última análise, pode provocar mudanças (SOUZA; GATTI, 2013, p. 30).

Nesse contexto, observa-se que a valorização da autoavaliação tem ganhado destaque em propostas avaliativas de programas, projetos sejam eles educacionais ou da saúde. Alderman e Brown (2005) relatam experiências ao utilizar exemplos de alguns países como a Holanda que faz uso da autoavaliação e não avaliação externa. O Reino Unido, por sua vez, realiza a avaliação externa da educação superior pelo Sistema de Auditoria (*Audit*), no qual o foco maior são as estruturas e os mecanismos adotados pela instituição para assegurar sua qualidade. Com isso, os auditores, julgam o nível de confiança gerado pela gestão da qualidade da Instituição de Ensino Superior (IES) e na veracidade e integridade das informações por eles divulgadas. Os autores ponderam que a intenção do sistema britânico se fundamenta na lógica de que uma instituição bem avaliada é aquela que assegura sua própria qualidade.

É afirmado por Leite *et al.* (2020), que o modelo de avaliação orientado pela CAPES aos programas de pós-graduação, a Autoavaliação (AA), ainda não poderá ser comparado aos procedimentos de acreditação internacionais:

Ainda não será aquela AA praticada nos procedimentos de acreditação internacionais, mais abrangente e exigente. Mas, será aquela que visa ao aprimoramento da qualidade, será aquela AA que funciona como ferramenta para o desenvolvimento, mesmo que pensada por uma agência externa. A autoavaliação CAPES poderá fomentar a identificação dos pontos fortes e debilidades em cada programa (LEITE *et al.*, 2020, p. 347).

Os argumentos da CAPES, divulgados em documentos oficiais, indicam que uma das finalidades da autoavaliação dos programas de pós-graduação é verificar como tem sido a formação do pós-graduando e não apenas a produção do conhecimento. Com isso, fica evidenciado que a avaliação deve compreender o processo e não somente um produto. Deve também, ser desenvolvida de forma sistemática e contínua, pois permite aprofundamentos de natureza qualitativa e assegura proximidade entre o avaliador e o avaliado (BRASIL, 2019a).

Cabe registrar que no campo de estudo sobre avaliação da Pós-graduação que a produção sobre a autoavaliação dos programas, proposta recente da CAPES, ainda são incipientes. Percebe-se estudos mais teóricos de algumas Instituições de Ensino Superior, que há algum tempo já investem na autoavaliação aos seus programas de pós-graduação, seja para identificar pontos positivos ou falhas relacionados ao Programa, ou ainda, estudos que demonstram interesse em

reconhecer o perfil dos egressos; sua inserção no mundo do trabalho; qualidade da formação; disciplinas ofertadas; produção científica e formação docente (GARBIN *et al.* 2010; KOCH; DORIA FILHO; BOLLELA, 2011; MOREIRA e TOJAL, 2013).

Com a reorientação do processo avaliativo dos programas de pós-graduação, a Capes, ao invés de receber os resultados da autoavaliação realizada, deverá acompanhar como as autoavaliações estão sendo conduzidas pelos programas. Sendo assim, cada programa deverá traçar propostas de autoavaliação que sejam aptas a captar aspectos referentes a sua missão e seus objetivos, incluindo as questões relacionadas a sua inserção no contexto social/internacional e suas escolhas científicas específicas. Dessa forma, é possível detectar potencialidades, bem como pontos fracos dos programas, estabelecer metas com clareza e divulgá-las para que todos, ou maior parte da comunidade acadêmica, se sintam representados (BRASIL, 2019a).

Diante das questões apresentadas, é possível perceber o incentivo e a necessidade da realização de um processo de avaliação dos programas de pós-graduação para além dos aspectos quantitativos da produção científica, no sentido de dimensionar a qualidade da formação ofertada, da inserção social das produções científicas a fim de verificar a retribuição social dos programas de pós-graduação e dimensionar o papel da Universidade nas diferentes regiões do país. Outrossim, a autoavaliação, embora esteja sendo pleiteada e induzida pela Capes, não dispõe de instrumentos norteadores, os quais, por sua natureza, devem ser construídos em face da realidade de cada programa de pós-graduação, os quais podem guiar diferentes programas ao delinear elementos inerentes a um processo de autoavaliação.

Lançando um olhar para a pós-graduação no estado do Paraná, destaca-se a Universidade Estadual do Oeste do Paraná, de caráter multicampi que, apesar de ser uma instituição de ensino superior jovem, nos últimos anos tem investido na expansão de programas de pós-graduação *stricto sensu*. No Campus de Cascavel há diversos cursos de pós-graduação, tanto em nível de *Lato sensu*, especializações e residências, quanto em *stricto sensu* ofertados em diferentes áreas do conhecimento. Segundo dados da Universidade, são ofertados 13 cursos de mestrado, oportunizando a formação de 563 alunos, com a implantação de um novo curso para 2020. Ademais, existem quatro cursos de doutorado com 219 alunos matriculados, com a previsão de implantação de mais dois cursos para o ano de 2020 (UNIOESTE, 2019a).

Os programas de pós-graduação na área da saúde, no campus de Cascavel, em nível de mestrado são três: Biociências e Saúde; Ciências Farmacêuticas e Odontologia.

A Coordenação da Área Interdisciplinar (CAInter), por meio da Comissão de avaliação da câmara IV – Saúde e Biológicas, em outubro de 2010, a Capes conferiu parecer favorável ao Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Biociências e Saúde (PPG-BCS) e, as atividades iniciaram em agosto de 2011. Após tramitação interna, recentemente foi aprovado o curso de doutorado no Programa de Pós-graduação em Biociências e Saúde, implantado no ano de 2020 (UNIOESTE, 2020).

O PPG-BCS concedeu 120 títulos de mestre até o final do ano de 2019, para alunos de diferentes formações, como: Assistentes sociais; biólogos, biomédicos, educadores físicos, enfermeiros, fisioterapeutas, médicos, nutricionistas, odontólogos, psicólogos e terapeutas ocupacionais. Sendo a maioria dos alunos, egressos residentes da região Oeste e Sudoeste do estado. Contudo, também há alunos de outras regiões do estado do Paraná (UNIOESTE, 2020).

O Programa de Biociências e Saúde é interdisciplinar, tendo área de concentração em Biologia, Processo Saúde-Doença e Políticas de Saúde. Em seu Projeto Político Pedagógico está explícito que o objetivo central do programa é o de:

[...] formar pesquisadores e docentes a partir de conhecimentos inovadores e integradores, proporcionando, aos profissionais de diferentes áreas de atuação, no campo da educação e da saúde, uma formação acadêmica qualificada, com condições de gerar novos conhecimentos científicos e tecnológicos que possam contribuir para o desenvolvimento regional e, para a resolução de problemas relacionados a estas áreas, em conformidade com as prioridades de pesquisa, definidas em âmbito nacional e regional (UNIOESTE, 2019b, p. 12).

O objetivo do programa explicita um compromisso amplo, tanto com a formação de pesquisadores, quanto de docentes, que por meio da formação recebida venham a ter uma inserção social qualificada e compromissada com a resolução de problemas de saúde da região.

Dessa forma, a motivação desse estudo decorre de algumas convicções, a primeira, que a produção de um trabalho acadêmico deve estar vinculada às necessidades objetivas, assim, percebeu-se a imprescindibilidade de tomar como objeto de estudo as orientações atuais da Capes, fato que exigiu uma proposta de

pesquisa metodológica, propor instrumentos para mediar o processo de autoavaliação que poderá ser realizado pelo Programa de Pós-Graduação em Biociências e Saúde da Unioeste. Outra convicção é de que esse trabalho deveria ser resultado de um esforço coletivo, portanto, o que será apresentado é parte de uma discussão maior desencadeada pelo Grupo de Trabalho de Autoavaliação do PPG-BCS.

Diante disso, destaca-se a exigência da construção de um processo sistemático de autoavaliação e a necessidade de que todos os atores/sujeitos que atuam no PPG-BCS deveriam estar envolvidos no processo e com isso, depara-se com a necessidade de elaborar indicadores que discriminem adequadamente os diferentes aspectos que envolvem o processo formativo, a partir dos diferentes olhares dos atores envolvidos no processo formativo.

O presente trabalho está organizado em seções, sendo inicialmente apresentados os objetivos do estudo, em seguida, a revisão de literatura, na qual evidência o contexto da emergência e desenvolvimento da pós-graduação no Brasil, assim como, as principais orientações acerca do seu processo de avaliação, culminando nas recentes recomendações sobre a autoavaliação.

Na seção fundamentação teórica metodológica explicita-se o modelo adotado para a construção dos domínios teóricos dos instrumentos. Desse modo, apresenta-se os pressupostos de Donabedian (1990; 2005), referência na área de avaliação de políticas e programas de saúde, que propõe um modelo que visa a promover avaliação de qualidade e permite realizar análise a partir de três componentes: estrutura, processo e resultados.

Como o estudo é metodológico, dedicou-se uma seção na qual são descritas as etapas seguidas para a realização da produção e início do processo de validação dos instrumentos, desde o método de coleta de dados, os participantes e as análises realizadas no processo.

Os resultados são expostos em duas partes, a primeira apresenta a descrição do processo de construção dos instrumentos a partir de domínios, estes construídos tomando por fundamentos a produção de Donabedian e, na segunda parte, apresenta-se os índices de adequabilidades dos instrumentos.

2. OBJETIVOS

2.1 Objetivo Geral

- Construir e validar instrumentos para mediar processo de autoavaliação no Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Biociências e Saúde.

2.2 Objetivos Específicos

- Elaborar as dimensões a serem consideradas nos instrumentos com base nos pressupostos de estrutura, processo e resultado.
- Identificar a adequabilidade dos instrumentos por meio de parte de validação de conteúdo.

3. REVISÃO DE LITERATURA

3.1 A Pós-Graduação no Brasil: emergência e desenvolvimento

Ao tomar como objeto de estudo o processo de autoavaliação da formação ofertada num Programa de Pós-graduação *stricto sensu*, torna-se necessário buscar elementos teóricos que amparam a construção de instrumentos de avaliação que visam a identificar as diversas dimensões e as várias perspectivas dos sujeitos envolvidos na formação ofertada. Além disso, a fundamentação teórica poderá minimizar os limites do estudo, expressos pelo não distanciamento do objeto e, também, por ser uma temática relativamente nova e, por não estar inteiramente desenvolvida na realidade. Assim sendo, buscou-se contextualizar a emergência e desenvolvimento da pós-graduação no Brasil, bem como o seu processo de avaliação e a proposta recente de autoavaliação.

Ao retomar a emergência da Universidade no Brasil, é possível identificar uma marca histórica importante, a do seu surgimento tardio, isso em comparação a outros países da América-Latina, como Peru, Argentina, Bolívia, dentre outros. Apesar de ser “[...] o segundo maior país da América foi o último do continente a criar a sua primeira universidade” (ORSO, 2020, p. 3). Além dessa marca, também se evidencia que a trajetória da universidade enquanto instituição que tem por missão a produção e divulgação do conhecimento científico é resultado de diferentes interpretações, impasses, debates, tanto em relação às necessidades de sua emergência quanto aos modelos que assumiu ao longo do tempo (ORSO, 2011; FÁVERO, 2006). Tais elementos influenciaram e influenciam no desenvolvimento da universidade no Brasil.

Alguns autores que se dedicam ao estudo da universidade no Brasil indicam que antes da sua criação, já havia se experienciado em solo nacional o ensino superior. Ainda no período Colonial, os Jesuítas fundaram em 1550, o primeiro estabelecimento de ensino superior no Brasil, no estado da Bahia, então sede do governo Federal. Sem a finalidade exclusiva da formação de sacerdotes, criaram ao todo 17 colégios, destinados a estudantes internos e externos. O ensino das primeiras letras e o ensino secundário eram oferecidos nesses colégios. E em alguns, era acrescentado o ensino superior em Artes e Teologia. Foram também ofertados cursos

superiores no Rio de Janeiro, em São Paulo, Pernambuco, no Maranhão e no Pará (ORSO, 2020; FÁVERO, 2006; CUNHA, 2000).

Contudo, Saviani (2011) indica que apesar dos cursos de Filosofia e Teologia, ofertados pelos jesuítas serem considerados de nível superior somente em 1808, com a chegada da Família Real no Brasil emergiram de fato cursos superiores. Dentre eles: os de Engenharia (1808); de Cirurgia da Bahia (1808); de Medicina no Rio de Janeiro (1809).

Nesse contexto, evidenciou-se a modificação do ensino superior herdado do período colonial. Com características distintas do anterior, o novo ensino superior nasceu sob as marcas do Estado Nacional e da dependência econômica e cultural, de Portugal à Inglaterra e à França. Dessa forma, foram absorvidas características da política educacional napoleônica na organização do ensino superior (SAVIANI, 2011; CUNHA, 2000).

Em um estudo realizado nos anos de 1990, sobre a evolução do ensino superior no Brasil de 1808 a 1990, Sampaio (1992) descreveu que, mesmo com a independência política do Brasil em 1822, não houve modificações e nem ampliações no sistema de ensino superior, mantendo o modelo de formação profissional em faculdades isoladas, pois os dirigentes não vislumbravam avanços com a criação de universidades.

O sistema de ensino superior se desenvolveu lentamente no período de 1808 a 1889, seguindo o mesmo ritmo das rasas transformações da sociedade brasileira, tanto sociais quanto econômicas. O diploma profissional que oportunizava prestígio social e posições privilegiadas no mercado de trabalho era assegurado pelo sistema de ensino vigente (SAMPAIO, 1992).

Muitas propostas para a criação de universidades foram feitas, porém nenhuma foi aceita. Em sua última fala do trono, o imperador Dom Pedro II anunciou a intenção de criar duas universidades, sendo uma no Sul e outra no Norte do país. Porém, com a rejeição dos positivistas, a República retardou a criação das universidades (CUNHA, 2000).

Em 1889, com a Proclamação da República, outras tentativas de criação da universidade se fizeram sem êxito. O ensino superior no país passou por muitas modificações por consequência da promulgação de diferentes recursos Legais, deste período até a Revolução de 1930 (SAVIANI, 2011; FÁVERO, 2006).

Foi então em Manaus no ano de 1909, no estado do Amazonas, que a primeira universidade foi criada no país, declaradamente com esse nome. Segundo Cunha (2000, p. 161), a universidade era resultado da iniciativa de grupos privados, e ofertou “cursos de Engenharia, Direito, Medicina, Farmácia, Odontologia e de formação de oficiais da Guarda Nacional”. Relata ainda, que foi curto o período de prosperidade gerada pela extração de borracha, com isso, houve uma decadência econômica na região devido ao esgotamento dessa matéria prima, que levou a instituição ao fim em 1926, “restando apenas a Faculdade de Direito incorporada em 1962, a recém-criada Universidade Federal do Amazonas”.

No ano de 1911, foi criada a Universidade de São Paulo, oferecendo cursos de Medicina, Odontologia, Farmácia, Comércio, Direito e Belas Artes, mas em 1917, foi extinta, devido à criação da Faculdade de Medicina de São Paulo, que por sua vez, atraiu os estudantes, esvaziando a “congênere privada”. Dessa forma, a Universidade tornou-se inviável economicamente (CUNHA, 2000, p. 161).

A terceira universidade do país foi criada em 1912 no estado do Paraná, na cidade de Curitiba, e oferecia cursos de Direito, Engenharia, Medicina, Farmácia, Odontologia e Comércio (SAVIANI, 2011; CUNHA, 2000). Em cidades com menos de 100 mil habitantes, foi proibida a “equiparação de instituições de ensino superior”. Com isso, o projeto de universidade da capital paranaense teve seu fim. Restaram apenas algumas faculdades livres, que em 1950 foram incorporadas à Universidade Federal do Paraná recém-criada (CUNHA, 2000, p. 161).

Segundo Fávero (2006), muito se tem registrado sobre a universidade no Brasil, incluindo compreensões divergentes sobre a sua origem e seu papel social. Por esse motivo, é importante conhecer “[...] sua realidade, criação e organização, como funciona e se desenvolve, quais as forças que podem ser mobilizadas a fim de empreender as mudanças almejadas” (FÁVERO, 2006, p. 18).

É possível indicar que a emergência da Universidade no Brasil é recente, fato que marca também a organização da pós-graduação no Brasil. Mesmo considerando todos os esforços para a expansão e consolidação dos programas, ainda assim, os “[...] números são ínfimos, se comparados a outros países (IVASHITA; VIEIRA, 2017, p. 130).

Balachevsky (2005) relata que algumas universidades brasileiras, no início da década de 1930, iniciaram suas atividades na pós-graduação e atraíram professores estrangeiros que trouxeram consigo o primeiro modelo institucional, que

se amparava na relação tutorial entre o professor catedrático e o seu grupo seletivo de alunos, os quais assumiam as atividades de ensino e pesquisa do tutor. Nesse primeiro modelo de pós-graduação,

[...] o treinamento era bastante informal e estava centrado no desenvolvimento da tese. A autoridade acadêmica do professor era absoluta: apenas a ele cabia estabelecer o conteúdo e o volume das atividades acadêmicas a serem cumpridas pelos candidatos antes da defesa da tese. Da mesma forma, era esse professor quem determinava quais questões e métodos de demonstração eram aceitáveis para uma dissertação e quais técnicas eram admissíveis para a pesquisa (BALBACHEVSKY, 2005, p. 277).

A pós-graduação no Brasil, inicialmente, se desenvolveu sem nenhuma regulamentação externa, e a educação brasileira foi pouco impactada por esse modelo, pois se tratava de grupos isolados e seletos, encontrados em pouquíssimas universidades e os títulos fora delas, pouco valiam. Um dos fatores que permitiram a formação e a evolução das gerações futuras e que possibilitaram a institucionalização da pós-graduação no Brasil, foi a persistência de pequenos grupos de pesquisadores (BALBACHEVSKY, 2005).

O termo “pós-graduação” foi utilizado formalmente pela primeira vez em 1940, através do Artigo 71 do Estatuto da Universidade do Brasil. Já na década de 1950, acordos entre os Estados Unidos e o Brasil começaram a ser firmados, quando foram oferecidas bolsas pelos governos estrangeiros e fundações como Ford e Rockefeller (BALBACHEVSKY, 2005). Com isso, convênios foram feitos entre escolas e universidades norte-americanas e brasileiras, e intercâmbios de estudantes e professores foram possibilitados (SANTOS, 2003).

A pós-graduação começou a ganhar relevância, no campo de discurso governamental, na retomada do projeto de construção nacional baseado no progresso do desenvolvimento, isso no segundo governo do Presidente Getúlio Vargas (1951-1954), pois a emergente industrialização e o desenvolvimento da administração pública evidenciaram a necessidade do desenvolvimento de especialidades em diferentes áreas do conhecimento, desde a pesquisa básica até a área social (BRASIL, 2018).

Ao que tudo indica, a pós-graduação no Brasil, já no processo de sua emergência, articulava-se à ideia da produção científica atrelada à lógica pragmática do desenvolvimento econômico. Segundo Patrus, Shigaki e Dantas (2018), na década

de 1950, no Brasil, o desenvolvimento científico e tecnológico passou a ser considerado estratégia importante, juntamente com o crescimento industrial.

O impulso institucional para o desenvolvimento de cursos de pós-graduação no Brasil aconteceu na década de 1960, por meio da integração de países periféricos e países centrais, sendo que nações mais desenvolvidas, tinham como objetivo o “[...] aumento de mercados consumidores e o desestímulo à concorrência científica ou tecnológica” (SANTOS, 2003, p. 630).

O Governo Federal em 1965 adotou medidas amparadas no modelo norte-americano para formalizar o ensino de pós-graduação no Brasil e a reconheceu em dois níveis de formação para o novo nível educacional (BRASIL, 2018; SILVA, 2010).

Nesse período, aconteceram importantes iniciativas na criação de programas de mestrados e doutorados nas seguintes universidades: Universidade Federal do Rio de Janeiro, Mestrado em Físicas e Ciências Biológicas, Universidade de Brasília, mestrado em matemática, o doutorado do Instituto de Matemática Pura e Aplicada, o mestrado e doutorado na Escola Superior de Agricultura de Viçosa e na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, assim como o curso de engenharia aeronáutica no Instituto Tecnológico da Aeronáutica em São José dos Campos (MORITZ *et al.*, 2013, p. 10).

Moreira e Velho (2008), em estudo acerca da organização da pós-graduação no Brasil, afirmam que a qualificação formal de pesquisadores no país, no contexto dos anos de 1960, foram coordenadas pelo governo, sendo a pós-graduação organizada guardando estreitos vínculos “[...] em torno do paradigma do modelo linear de inovação, ou seja, baseado na idéia da ciência como uma ‘fronteira sem fim’”, com a responsabilidade de impulsionar o desenvolvimento do país (p. 630).

Cabe ressaltar que a criação da pós-graduação no Brasil articula-se com a ideia de qualificar recursos humanos necessários para produzir conhecimento para alavancar a expansão industrial, portanto, reforçou-se a concepção positiva da ciência, na qual a pesquisa básica ganhou destaque (MOREIRA; VELHO, 2008).

Nessa perspectiva, o Parecer nº 977, de 3 de dezembro de 1965, do então Conselho Federal de Educação (CFE), conhecido como Parecer Sucupira, traçou o formato institucional da pós-graduação no Brasil, apresentando os dois níveis distintos de formação, sendo a *Lato Sensu*, abrangendo os cursos de especialização e a *Stricto Sensu*, compreendendo o mestrado e o Doutorado (BRASIL, 2018; IVASHITA; VIEIRA, 2017).

De acordo com o parecer nº 977/1965, a pós-graduação no Brasil deveria tornar-se a

[...] cúpula dos estudos, sistema especial de cursos exigido pelas condições da pesquisa científica e pelas necessidades do treinamento avançado. O seu objetivo imediato é, sem dúvida, proporcionar ao estudante aprofundamento do saber que lhe permita alcançar elevado padrão de competência científica ou técnico-profissional, impossível de adquirir no âmbito da graduação. Mas, além destes interesses práticos imediatos, a pós-graduação tem por fim oferecer, dentro da universidade, o ambiente e os recursos adequados para que se realize a livre investigação científica e onde possa afirmar-se a gratuidade criadora das mais altas formas da cultura universitária (BRASIL, 1965, p. 3).

Em decorrência da nova proposta para a organização da pós-graduação brasileira, fez-se necessário a discussão sobre a necessidade de investimentos para o desenvolvimento da ciência e da pesquisa para o progresso do país (PAIXÃO; BARBOSA; NEVES, 2009). Nesse contexto, Moritz *et al.* (2013, p. 12) afirmam que a grande novidade no processo de reforma foi a criação da Capes, como avaliadora e financiadora da pós-graduação, sendo um órgão do Ministério da Educação, que “[...] passou a desenvolver um sistema de avaliação e qualificação dos cursos criados com íntima colaboração e participação da comunidade científica”.

Antes mesmo da aprovação do parecer nº 977/65, o Ministério da Educação aprovou a criação de órgãos para orientar, gestionar e implementar o desenvolvimento científico no Brasil. Na década de 1950, foram criados o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), que visavam à implementação de uma Política Nacional de Pós-graduação e, historicamente, tais órgãos tiveram papéis essenciais para a institucionalização e regulamentação da pesquisa no Brasil (NOBRE; FREITAS, 2017).

A Capes surgiu a partir de uma campanha nacional no ano de 1951, na qual foi criada uma comissão instituída pelo Decreto 29.741, composta por representantes de diferentes órgãos do governo e entidades privadas. A referida campanha, entre seus objetivos visou a fomentar a existência de indivíduos especializados para atenderem às demandas do Mercado, na incipiente industrialização (BRASIL, 2018).

O CNPq, também criado em 1951, surgiu com o papel central de formulação e condução das políticas públicas de ciência, tecnologia e inovação, colaborando com

o desenvolvimento nacional e o acompanhamento, a avaliação e a difusão de políticas para a produção e ampliação da ciência (BRASIL, 2018).

Em texto clássico, Cunha (1974) analisou as funções atribuídas à pós-graduação quando da sua emergência, ressaltou que o contexto social, econômico, político e educacional, entre os anos de 1960 e 1970, exerceu influências contundentes para a sua implantação. Para o autor, a pós-graduação no Brasil foi implantada com uma função técnica e uma função social, sendo a função técnica expressa pelo desejo da formação, realizada para servir ao mercado emergente, seja ele o próprio sistema de ensino superior, em significativa expansão na época, seja, à lógica do desenvolvimento nacional. Por outro lado, a função social seria a de “restabelecer o valor econômico e simbólico do diploma do ensino superior” (CUNHA, 1974, p. 69), pois segundo o autor com a expansão do ensino superior, o valor do diploma de graduação caiu, sua posse deixou de ser condição de distinção.

O ano de 1965 pode ser considerado um marco para a pós-graduação no Brasil, pois 38 cursos *stricto sensu* foram ofertados, sendo 27 mestrados e 11 doutorados (BRASIL, 2018). Nos anos seguintes, a partir de 1966, novos planos e programas foram apresentados para a estruturação e organização da pós-graduação, dentre eles o Programa Estratégico de Governo e o 1º Plano Nacional de Desenvolvimento (1972-1974), além da reforma universitária, promovida pela Lei Federal 5.540 de 1968 (NOBRE; FREITAS, 2017).

A Reforma Universitária de 1968, realizada no período de intervenção militar no Brasil, foi instituída num contexto de expansão de acumulação capitalista e de privatização do ensino, tendo por base o discurso de modernização universitária. A propalada modernização pautou-se na visão utilitária da educação, amparada em preceitos da economia da Teoria do Capital Humano (PAREDES, 2020, ROMANELLI, 2013).

Moreira e Velho (2008) destacam que a Reforma universitária de 1968 acabou transplantando um modelo concebido em outras realidades, incorporados centralmente os ideais de organização de ensino dos Estados Unidos.

Na reforma do ensino de 1968, muitos elementos extraídos das universidades de pesquisa norte-americanas, como o sistema de créditos, as instituições de pesquisas, os programas de pós-graduação que conferem graus de mestrado e doutorado, foram estabelecidos. A reforma, ao não considerar algumas características da realidade sócio-econômica do país teve como resultado a explosão

da demanda pelo ensino superior e o crescimento do número de instituições privadas, e a grande busca pelos diplomas acadêmicos, o que levou a uma rápida proliferação de programas de pós-graduação pelo país, dentre os quais muitos com qualidade questionável (MOREIRA; VELHO, 2008, p. 633).

Assim, nos anos de 1970, observou-se um impulso significativo ao ensino da pós-graduação brasileira, momento em que os programas “foram definidos como foco privilegiado das políticas de apoio ao desenvolvimento científico e tecnológico”. Pela primeira vez, o governo brasileiro, com estratégia mais ampla de desenvolvimento econômico, buscou promover o avanço científico no país (BALBACHEVSKY, 2005, p. 279).

Segundo Moreira e Velho (2008, p. 632) na década de 1970, “Houve abundância de recursos para projetos científicos e tecnológicos. A investigação científica no Brasil foi fortemente concentrada nas universidades, aliada aos programas de pós-graduação”. Nessa perspectiva, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDES), principal Banco de investimento do país, segundo Balbachevsky (2005, p. 281), estabeleceu um fundo de suporte e desenvolvimento tecnológico. Com a finalidade de alcançar seus objetivos, as agências de fomento optaram por criar uma conexão direta de suporte aos pesquisadores, apoiando-lhes com recursos para infraestrutura e para contratação de pessoal.

Cabe ressaltar que a ampliação da produção científica e tecnológica brasileiras, ocorrida na década de 1970, compõe um projeto de autonomia nacional que contou com apoio de setores militares e de acadêmicos que simpatizavam com os ideais nacionalistas, apesar das divergências com o governo militar (MOREIRA; VELHO, 2008).

O primeiro Plano Nacional de Pós-Graduação (PNPG) foi elaborado pelo Ministério da Educação no período de 1975 a 1979, o qual afirmou que o processo de expansão da pós-graduação havia sido, até então, parcialmente espontâneo, sendo que a partir desse momento a expansão deveria ser planejada pelo Estado, considerando a pós-graduação como subsistema do sistema universitário (BRASIL, 2010a).

No decorrer dos últimos anos, foram elaborados outros Planos Nacionais de Pós-Graduação. O II PNPG, que abrangeu o período de 1982-1985, reafirmou a ênfase no planejamento estatal e acrescentou a necessidade da qualidade das

atividades desenvolvida na pós-graduação; o III PNPG, de 1986 a 1989, vinculou as atividades da pós-graduação ao desenvolvimento econômico ao integrar o sistema nacional de ciência e tecnologia; o IV PNPG, de 1990-2002, apesar de abranger um período longo, nunca foi promulgado, não ocorreu formalmente, mas suas diretrizes foram adotadas pela Capes; o V PNPG, de 2005 a 2010, dedicou-se ao melhoramento da avaliação qualitativa, principalmente com revisão do Qualis (TREVISOL, FÁVERO; ALMEIDA, 2019; IVASHITA; VIERA, 2017; BRASIL, 2010a).

Em documento oficial, a Capes sintetizou os cinco PNPG e indicou que foram protagonistas de etapas importantes para a história da pós-graduação no Brasil:

1 – a capacitação dos docentes das universidades, formando o primeiro contingente de pesquisadores e especialistas em âmbito federal; 2 – a preocupação com o desempenho e a qualidade; 3 – a integração da pesquisa desenvolvida na universidade com o setor produtivo, visando o desenvolvimento nacional; 4 – a flexibilização do modelo de pós-graduação, o aperfeiçoamento do sistema de avaliação e a ênfase na internacionalização; 5 – a introdução do princípio de indução estratégica, o combate às assimetrias e o impacto das atividades de pós-graduação no setor produtivo e na sociedade, resultando na incorporação da inovação no SNPG e na inclusão de parâmetros sociais no processo de avaliação. Destaca-se assim um forte componente de continuidade na gestão e na condução das atividades da agência face à sua missão institucional, aí incluída a efetiva participação da comunidade científica (BRASIL, 2010a, p. 16).

Atualmente vigente, o VI PNPG, de 2011-2020, tem como objetivo definir novas diretrizes, estratégias e metas para dar continuidade e avançar nas propostas para política de pós-graduação e pesquisa no Brasil (TREVISOL, FÁVERO; ALMEIDA, 2019; BRASIL, 2010a) e apresenta cinco eixos que objetivam orientar as ações dos programas e a construção de novas metas:

1 – a expansão do Sistema Nacional de Pós-Graduação (SNPG), a primazia da qualidade, a quebra da endogenia e a atenção à redução das assimetrias; 2 – a criação de uma nova agenda nacional de pesquisa e sua associação com a pós-graduação; 3 – o aperfeiçoamento da avaliação e sua expansão para outros segmentos do sistema de CT&I; 4 – a multi- e a interdisciplinaridade entre as principais características da pós-graduação e importantes temas da pesquisa; 5 – o apoio à educação básica e a outros níveis e modalidades de ensino, especialmente o ensino médio (BRASIL, 2010a, p. 15).

Segundo Trevisol, Fávero e Almeida (2019, p. 321), o VI PNPG apresentou muitas potencialidades, pois constituiu-se num importante documento balizador das políticas para a pós-graduação, por traduzir “[...] um otimismo expresso no progresso social e econômico que o Brasil atravessava e, por consequência, coloca parâmetros audaciosos para a pesquisa igualar-se aos índices internacionais. Além disso, o Plano previu a expansão da pós-graduação, as redes de pesquisa e a correção das assimetrias, indicando a garantia de fomento à pesquisa e buscando novos critérios para a avaliação dos programas de pós-graduação.

Por outro lado, o PNPG (2011-2020) revela fragilidades, principalmente quanto à produção e socialização do conhecimento científico, pois acaba por defender a tese neoliberal que estimula o financiamento das pesquisas por outras fontes que não só as públicas, considerando necessário promover a “[...] a integração do ensino de pós-graduação com o setor empresarial e a sociedade” (BRASIL, 2010a, p. 17).

Ao decorrer dos 55 anos de história da pós-graduação no Brasil, além de serem produzidas metas, orientações para o desenvolvimento de atividades nesse nível de ensino, produziu-se diferentes propostas, modelos e critérios de avaliação. Segundo a própria Capes, no decurso dos anos houve “[...] a hegemonia ou a predominância de critérios, culturas e procedimentos das ciências exatas e naturais, as quais migraram para outras áreas e funcionaram como uma camisa de força” (BRASIL, 2010a, p. 127).

O VI PNPG explicitou que os princípios que nortearão o sistema de avaliação nos próximos anos devem prever “[...] a diversidade e a busca pelo contínuo aperfeiçoamento, que deverão ser observados pelos Comitês e as instâncias superiores” (BRASIL, 2010a, p. 127). Pode-se indicar que o processo de avaliação é uma das tarefas que precisa ser aprimorada para contemplar a multiplicidade da pós-graduação no Brasil.

Alves e Oliveira (2014) afirmam que a expansão da pós-graduação no Brasil esteve associada ao modelo de avaliação e financiamento criado e implementado pelas Capes, contudo, a avaliação e a forma como se efetivou intensificou “[...] o trabalho docente e produtividade intelectual tendo em vista alcançar uma performance produtiva que coloque o país no cenário competitivo da globalização e da ciência internacional” (p. 372).

3.2 O Processo de Avaliação da Pós-Graduação Brasileira

Historicamente, a avaliação no campo educacional, seja ela ligada às atividades pedagógicas ou às tarefas institucionais, tem sido uma temática complexa, pois seus resultados muitas vezes servem para “[...] justificar escolhas e investimentos em instituições, projetos e recursos humanos” (NOBRE, FREITAS, 2017, p. 38).

Na pós-graduação, a avaliação tem experienciado rotas que buscam incluir todas as áreas de formação, as quais são diversas e possuem itinerários formativos distintos. A preocupação com o processo de avaliação da pós-graduação data da década de 1960, quando foi conferido ao Conselho Federal de Educação, por meio do Parecer CFE nº 977/19652, a responsabilidade de avaliação e reconhecimento dos programas de pós-graduação. Com o surgimento de novos programas e com a falta de mecanismos eficientes, as primeiras tentativas do CFE de atender a essa questão foram malsucedidas, pois não era possível acompanhar o aumento da demanda (GAMBOA; CHAVES-GAMBOA, 2019; BALBACHEVSKY, 2005).

Embora a CNPq tivesse alguma experiência em sistema de avaliação por pares, seus procedimentos eram desenhados para serem empregados na avaliação de projetos de pesquisa e não de programas. Por outro lado, para os pesquisadores que se aglutinavam em torno de programas de pós-graduação, obter algum reconhecimento da qualidade de seu trabalho coletivo era uma questão crítica. Apenas isso poderia garantir sua independência frente as agências de C&T e, ao mesmo tempo, preservar o prestígio associado à pós-graduação (BALBACHEVSKY, 2005, p. 282).

Com o objetivo de viabilizar o acesso ao auxílio financeiro das agências nacionais e organismos internacionais, foi criada, em 1976, a avaliação da pós-graduação no Brasil. Balbachevsky (2005) indica que a Capes organizou em 1976 o primeiro processo de avaliação dos programas de pós-graduação para gerar parâmetros que orientassem a distribuição de bolsas de estudo.

Desde 1976, a Capes tem sido responsável por manter um sistema de avaliação da pós-graduação visando à elevação da qualidade, ao aprimoramento e à regulação dos cursos de mestrado e doutorado do país. Dessa forma, a avaliação realizada pela Capes acompanhou a evolução da pós-graduação nacional e proporcionou informações importantes para a política de investimentos no setor educacional brasileiro (MORITZ *et al.*, 2013).

Segundo Cardoso e Dantas (2018), a Capes centrou sua avaliação na produção científica dos pesquisadores pertencentes a cada programa. Em 1977, foi então instituído no Brasil o sistema de avaliação dos programas de pós-graduação. Este primeiro sistema estava baseado no I PNPG, tendo como principais objetivos a manutenção de um padrão de qualidade e a qualificação de docentes.

É possível afirmar que dois sistemas de avaliação foram vivenciados na pós-graduação brasileira, o primeiro de 1976 a 1997, sendo adotada uma classificação dos programas utilizando uma escala conceitual alfabética de A até E, no qual o conceito A era o maior valor atribuído, expressando o padrão máximo, conferido aos cursos com padrão internacional. O segundo sistema, implantado a partir de 1997, adotou uma escala numérica de classificação, de 1 a 7, em que 7 ocupa o topo do sistema (BRASIL, 2010a).

Independentemente do sistema de classificação, a avaliação da pós-graduação ampara-se em três eixos orientadores, quais sejam: a avaliação deve ser realizada por pares provenientes de diferentes áreas do conhecimento e que tenham reconhecimento intelectual; deve possuir natureza meritocrática, ou seja, visa à classificação e destaque dos programas em seus respectivos campos de saberes; e deve associar reconhecimento e fomento. A partir desses eixos, os órgãos centrais seguem “[...] definindo políticas e estabelecendo critérios para o financiamento dos programas” (BRASIL, 2010a, p. 125).

Com a extinção do Conselho Nacional de Pós-graduação em 1981, a Capes tornou-se responsável pela elaboração do II Plano Nacional de Pós-graduação e o Conselho Federal de Educação, passou a utilizar como referência as avaliações realizadas pela Capes, logo em seguida, em 1982, novas mudanças foram adotadas (CARDOSO; DANTAS, 2018).

Com o passar dos anos, a agência formou comitês para cada área do conhecimento que ficaram responsáveis por avaliar e classificar cada programa, com a participação dos mais prestigiados pesquisadores. Com a repetição dos processos avaliativos, esses comitês foram transformados em Fóruns para a “fixação dos padrões de qualidade da pesquisa e da carreira acadêmica, legitimando objetos de estudo, teorias e metodologias e valorizando determinados padrões de publicação” (BALBACHEVSKY, 2005; p. 282).

A Capes, a partir do processo de avaliação dos programas de pós-graduação, tornou-se a principal agência de fomento ao viabilizar recursos para projetos considerados prioritários.

A avaliação de desempenho dos programas associa-se, portanto, à concessão de recursos aos programas de pós-graduação. A avaliação se fundamenta na combinação de parâmetros quantitativos e qualitativos. A quantidade das publicações científicas e a eficácia na formação de mestres e doutores são critérios que vêm sendo mantidos desde o início da implantação da avaliação (VOGEL; KOBASHI, 2015, p. 7).

A avaliação sistematizada dos programas de pós-graduação sempre foi uma das diretrizes nos PNPG, visando a verificar a qualidade e aplicabilidade dos resultados e seus impactos na comunidade acadêmica e empresarial, assim como, na sociedade (BRASIL, 2010a). No último PNPG (2011-2020), o aperfeiçoamento da avaliação foi tomado como eixo importante, sendo orientado que no processo de avaliação deveria ser incorporado “[...] crescentemente parâmetros além daqueles tradicionalmente adotados nas áreas básicas e acadêmicas” (BRASIL, 2010a, p. 295).

Conforme relata Vogel e Kobashi (2015, p. 02), muitas mudanças ocorreram no sistema de avaliação realizado pela Capes:

Até chegar ao modelo de avaliação atual, várias mudanças ocorreram. Os documentos oficiais da CAPES afirmam que as mudanças introduzidas passo a passo nos processos são sistemáticas e promovem sua transparência e aprimoramento. A atual política de pós-graduação e sua avaliação estão consubstanciadas no Plano Nacional de Pós-Graduação 2011-2020 (PNPG 2011-2020).

Nos últimos 20 anos, a avaliação da Pós-Graduação tem alcançado progressos significativos, especialmente com elaboração de metodologias próprias de avaliação, visando à implantação de processos padronizados, estabelecidos com critérios e objetivos e amplamente divulgados à comunidade acadêmica. Nesse sentido, a Capes enfatiza a avaliação por pares, na qual a comunidade científica tem sido chamada para participar do processo de controle e aprimoramento do sistema de pós-graduação (SANTOS *et al.*, 2017; VOGEL; KOBASHI, 2015).

Historicamente, os indicadores de produtividade da pós-graduação no Brasil foram o foco do sistema de avaliação, expressos pelas exigências de cumprimento

dos prazos de titulação e a produção intelectual por parte de professores e alunos (MACCARI; LIMA; RICCIO, 2009).

Segundo Marengo (2015), a produção científica, embora não seja o único fator na avaliação de desempenho dos programas de pós-graduação *stricto sensu*, tem sido utilizada como medida apropriada sobre a habilidade para a pesquisa acadêmica com visibilidade internacional, por meio das publicações de pesquisadores brasileiros.

Mais recentemente, por meio do ofício nº 2, de 7 de março de 2019, visando a atualizar os instrumentos do processo avaliativo da pós-graduação *stricto sensu*, a Capes instituiu dez grupos de trabalhos (GT) sendo eles: 1) Ficha de Avaliação; 2) Autoavaliação; 3) Qualis Periódicos; 4) Classificação de Livros; 5) Qualis Técnico Tecnológico; 6) Qualis Artístico Cultural e Classificação de Eventos; 7) Qualis Humanidades; 8) Internacionalização; 9) Inovação e Transferência de Conhecimento e 10) Impacto e Relevância Econômica e Social (BRASIL, 2019a).

A Capes anunciou que tem buscado implementar processos de avaliação amparados em referência de qualidade, seguindo a lógica de quanto melhor a avaliação alcançada pelo programa, maiores seriam as chances de seus pesquisadores conseguirem apoio com bolsas de estudo, assim como, recursos para infraestrutura e pesquisa. Dessa forma, historicamente tem se reforçado a conexão entre desempenho, sucesso e reconhecimento dos programas (BALBACHEVSKY, 2005).

Embora sejam conhecidas suas falhas e imperfeições, o processo de avaliação tem sido considerado bem-sucedido, conforme consta no texto no PNPG 2011-2020. Com isso, a avaliação é tida como um processo, devendo ser aprimorada continuamente, ajustando-se às mudanças e necessidades das áreas do conhecimento (BRASIL, 2010a, p. 125).

A despeito da visão positiva do processo de avaliação, concebido e implementado pela Capes ao longo da história da pós-graduação no Brasil, há análises, reflexões que indicam distorções/desfigurações do ideário avaliativo, anunciado teoricamente, como ferramenta para qualificar a expansão e o financiamento de programas de pós-graduação e o que tem sido experienciado como consequência desse processo.

Alves e Oliveira (2014) e Patrus, Shigaki e Dantas (2018) indicam que a ênfase no quantitativismo tem sido questionada pela comunidade científica que compõe os programas de pós-graduação, ou seja, a quantidade de produção,

publicações tornou-se critério central para o acesso ao financiamento e recursos para o desenvolvimento de pesquisas, fato que impacta a qualificação dos cursos, a lógica do *ranking* de programas, o prestígio acadêmico, dentre outros.

Este certamente é um dos dilemas atuais da pós-graduação, cada vez mais preocupada com a produção intelectual e com os resultados, secundarizando o debate sobre a formação e qualidade da produção. Isto tem repercussão cada vez mais intensa na vida acadêmica de professores e alunos e, sobretudo, na gestão dos cursos/programas, que se dedicam permanentemente a atender às exigências da Capes em termos de avaliação, uma vez que a coleta de dados é anual e que a avaliação/classificação dos programas é trienal. Os efeitos negativos da avaliação são cada vez mais sentidos e discutidos em termos da qualidade da produção, do tempo para a formação e orientação dos estudantes, para a realização das pesquisas e para o foco da gestão dos programas de pós-graduação e pesquisa científica (ALVES; OLIVEIRA, 2014, p. 372).

Há que se problematizar em que medida os resultados produzidos com o processo de avaliação da pós-graduação tem apontado alternativas para superar as dificuldades, as fragilidades, os limites ou apenas estão reforçando o caráter somativo, classificatório da avaliação (PATRUS; SHIGAKI; DANTAS, 2018).

3.3 Avaliação como processo necessário para a tomada de decisão

Discutir a importância da avaliação de atividades, processos, programas ou políticas não é um tema novo e de interesse exclusivo de dada área de conhecimento. Contudo, a avaliação pode ser entendida como uma área em construção, tanto conceitual quanto metodologicamente (CONTANDRIOPOULOS *et al.*, 2000; BAPTISTA, REZENDE, 2017; SERAPIONI, 2016).

Sabe-se que avaliar é uma ação presente em diferentes momentos da vida cotidiana, em distintas esferas, seja pessoal ou institucional. Muitas vezes ocorre de forma não sistematizada ou intencional, pois rotineiramente “[...] falamos de avaliação ou estamos sujeitos a processos avaliativos, mas não nos damos conta disso” (BAPTISTA; REZENDE, 2017, p. 286). Portanto, muitas vezes a espontaneidade, ou mesmo a subjetividade e a falta de informações não permitem identificar a razão da avaliação, o objetivo, a finalidade e, conseqüentemente, raramente toma-se uma posição frente aos elementos avaliados (COHEN; FRANCO, 2013).

Segundo Minayo (2013), a avaliação de forma geral é um processo essencialmente humano e ocorre nas mais diversas situações da vida cotidiana, pois está ligada às ações de analisar, julgar, medir, “[...] analisar criticamente alguém ou alguma coisa” (p. 165). No entanto, a avaliação enquanto técnica e estratégia investigativa é uma ação sistemática de realizar perguntas sobre a importância e efetivação de determinado tema, política, programa ou projeto.

Luckesi (2011) ao se referir sobre avaliação no campo da educação, indica que qualquer processo avaliativo realizado de forma espontânea, por não ter uma direção traçada “[...] será satisfatório ou frustrante” (p. 19). Defende que a avaliação só terá sentido se estiver a “serviço da ação” (p. 20), ou seja, contribuir para dimensionar os limites e possibilidades da ação e oferecer elementos para replanejá-la.

Serapione (2016), ao analisar as diversas definições de avaliação de programas e políticas educacionais encontradas na literatura internacional, identificou consensos entre os estudos sobre aspectos que fundamentam o processo. Segundo o autor, três princípios conectam-se na maioria das definições apresentadas.

a) a avaliação surge no sentido de formular juízos sobre o valor ou mérito de uma intervenção que visa modificar a realidade social das comunidades; b) é colocada ênfase na sistematicidade e rigorosidade dos procedimentos de recolha de dados que suportam o julgamento do mérito e valor das ações; c) confere-se destaque à avaliação como ferramenta indispensável para a tomada de decisões, já que oferece aos gestores todas as informações necessárias para aprimorar o processo de planeamento e de gestão dos programas, serviços e políticas (SERAPIONE, 2016, p. 62).

Assim sendo, o processo de avaliação, seja ele de diferentes objetos, deverá se pautar por ações sistemáticas que visem a identificar dados objetivos acerca da realidade a qual investiga, para isso deverá amparar-se em procedimentos criteriosos para que as ações sejam apreciadas e decisões sejam tomadas.

Cruz (2015), ao problematizar a importância da avaliação de políticas e programa de saúde, indica que é fundamental ter clareza da concepção do processo avaliativo como algo que valorize a reflexividade e a participação de diversos atores. A avaliação deve ser entendida como “[...] algo dinâmico, em constante interação com diferentes contextos e que extrapola o âmbito governamental e as regras formais e que se consolida em ações e práticas sociais” (p. 286).

Nas palavras de Contandriopoulos *et al.* (1997, p. 31) avaliar é “[...] fazer um julgamento de valor a respeito de uma intervenção ou sobre qualquer um de seus componentes, com o objetivo de ajudar na tomada de decisões”. Portanto, mais que descrever uma realidade, uma política, um programa, um projeto, avaliar é qualificar o objeto em questão para assim tomar uma posição que conduzirá a uma intervenção caso necessário (LUCKESI, 2011).

A avaliação é apontada por Silva e Brandão (2003), como um processo sistemático e intencional em que se é proposto a um indivíduo, grupo ou organização, o aprofundamento e compreensão sobre determinada intervenção social, com a elaboração e a prática de critérios explícitos de investigação e análise, em um exercício confiável, compreensível e prudente, reconhecendo a relevância e a qualidade de processos e resultados.

Portanto, torna-se importante ter clareza de como proceder no processo de avaliação, considerando que não há apenas uma abordagem teórico-metodológica. Segundo Jannuzzi (2011), realizar uma avaliação nada mais é do que uma ação técnico-científica que se apoia em métodos para verificar diferentes situações, problemas ou aspectos de dado programa e política.

Ao longo do tempo, o conceito de avaliação acabou assimilando outras faces em decorrência das demandas do contexto sócio-histórico, incorporou a ideia de processo de elaboração e uso de variáveis para comparar objetivos, metas e decorrentes alcances. “Os resultados desse processo são então discutidos e utilizados para o melhoramento das ações/abordagens/estratégias do objeto avaliado” (BRASIL, 2010b, p. 3).

Nesse contexto, Estevam e Guimarães (2011) se manifestam sobre a prática coletiva da avaliação institucional, que na visão deles, deve ser estruturada e organizada:

A avaliação institucional não se compõe de atos reconhecidos como sujeitos de um processo oficial. Portanto, não se faz com atos difusos e isolados, cuja responsabilidade seria imprecisa e diluída, cujos objetivos e critérios não tivessem sido discutidos, coletivamente, e de modo institucional e cujos usos pudessem ser não pertinentes e, até mesmo, contraditórios em relação com a natureza e os compromissos básicos da Instituição. Ao contrário, a avaliação institucional é um processo intencional, resultado de vontade e opção políticas, um conjunto coerente de conceitos e práticas deliberada e socialmente organizadas, estruturadas e implementadas (ESTEVAM; GUIMARÃES, 2011, p. 709).

Segundo a Capes, os processos de avaliação dos programas de pós-graduação tradicionalmente enfatizavam a “[...] produtividade dos orientadores e a participação do aluno formado na produção científica e tecnológica dos laboratórios ou grupos de pesquisa que compõem a pós-graduação” (BRASIL, 2010a, p. 36).

A Capes veio amadurecendo o processo de avaliação e atualmente entende a necessidade de ampliar o foco e valorizar o processo de autoavaliação, critério utilizado em experiências internacionais, considerado um subsídio importante para verificar o desenvolvimento do sistema de formação (BRASIL, 2019d).

Assim sendo, sugere-se como proposta de autoavaliação tanto o monitoramento da qualidade do programa, seu processo formativo, produção de conhecimento, atuação e impacto político, educacional, econômico e social, quanto verificar a formação discente pós-graduada na perspectiva da inserção social e/ou científica e/ou tecnológica e/ou profissional dos programas (BRASIL, 2019d)

3.4 A autoavaliação da Pós-Graduação: proposta atual da Capes

Em 04 de julho de 2018, por meio da Portaria nº 148, a Capes instituiu a comissão responsável em implantar uma sistemática de autoavaliação no âmbito dos programas de pós-graduação, como componente relevante para a avaliação de programas (BRASIL, 2019a).

O grupo de trabalho apresentou como principal argumento para a implementação da autoavaliação a seguinte ideia:

Desde a implantação da pós-graduação no Brasil nos moldes definidos pelo Parecer CFE 977/1965, a pós-graduação *stricto sensu* avançou no sentido do seu crescimento numérico e no desenvolvimento de um sistema de avaliação que recebeu aprovação da comunidade acadêmica nacional e internacional. No momento, a metaavaliação procedida pela CAPES nos mostra que atingimos os objetivos previstos no referido Parecer no que diz respeito à formação de pesquisadores e incremento da produção científica brasileira e sua internacionalização. Por outro lado, há o reconhecimento do *gap* na formação de professores para o sistema de educação brasileiro e na qualificação de técnicos e trabalhadores intelectuais (BRASIL, 2019a, p. 11).

Nesse sentido, propôs ampliar o foco e reconhecer “[...] que é a autoavaliação, hoje muito utilizada nas experiências internacionais, que pode trazer

mais subsídios para o desenvolvimento do sistema com qualidade” (BRASIL, 2019a, p. 11).

A autoavaliação pode favorecer a construção da identidade, heterogeneidade e envolvimento dos programas avaliados, para além dos padrões mínimos garantidos pela avaliação externa. Segundo a Capes (BRASIL, 2019a, p. 11),

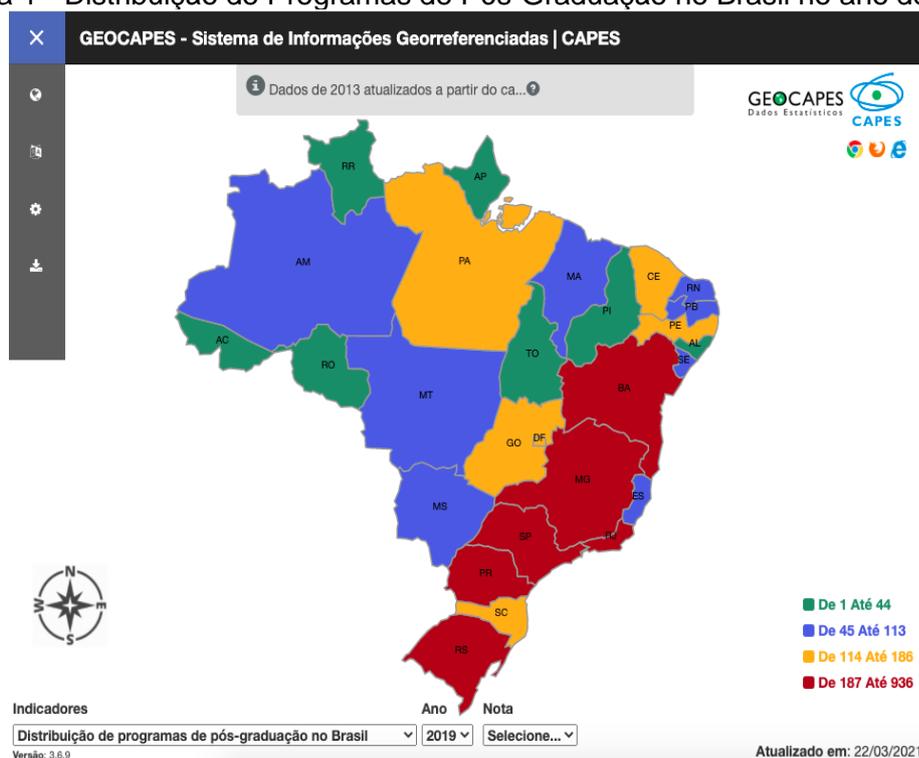
[...] hoje a finalidade dos programas de pós-graduação não é apenas a produção de conhecimento, mas também a formação discente, o que responde ao *gap* observado pela metaavaliação, já mencionado. Portanto, a avaliação deve captar essa dimensão, que é essencialmente um processo e não só um produto. Assim, a autoavaliação, desenvolvida de forma sistemática e contínua, é a abordagem a ser enfatizada, pois assegura proximidade entre avaliador e avaliado e permite aprofundamentos de natureza qualitativa e contextualizada.

O documento da Capes define a autoavaliação como processo de “[...] avaliar a si próprio”, podendo ser definida como avaliação interna ou avaliação institucional. Tem como principal objetivo o aspecto formativo e de aprendizagem. Deve ser planejada, sistematizada, desenvolvida e analisada por sujeitos envolvidos, tanto nas formulações, como nas ações a serem avaliadas. “[...] A autoavaliação possibilita uma reflexão sobre contexto e políticas adotadas, além da sistematização dos dados que levam à tomada de decisão” (BRASIL, 2019a, p. 3).

No Brasil, os responsáveis por grande parte do desenvolvimento de pesquisas em todas as áreas do conhecimento, são os cursos de pós-graduação *stricto sensu*, que são formadores de mestres e doutores, afirma Santos *et al.* (2017). Nesse sentido, realizar a autoavaliação é realizar um olhar interno e qualitativo da formação ofertada e da produção dos programas.

Em dados divulgados pela Capes, é possível perceber que a distribuição quantitativa dos programas de Pós-graduação concentra-se em regiões mais desenvolvidas do país (Figura 1), reforçando a tese de que quanto mais cursos de pós-graduação, que garantam uma produção científica de qualidade, maior será a produção de conhecimento e seu efeito no desenvolvimento local.

Figura 1 - Distribuição de Programas de Pós-Graduação no Brasil no ano de 2019



Fonte: Brasil, (2019c).

Segundo relatório intitulado *Research in Brazil*, elaborado por uma equipe de analistas de dados da *Clarivate Analytics*, empresa que oferece serviços de análise de políticas, de propriedade intelectual, o Brasil é o 13º maior produtor de publicações de pesquisa (*papers*) em nível mundial e seus resultados de pesquisa crescem anualmente (CROSS; THOMSON; SIBCLAIR, 2018).

A pós-graduação *stricto sensu*, no Brasil por oferecer amplo campo para o desenvolvimento intelectual e ser considerada geradora de produção de excelência, a cada ano vem alcançando bons resultados e subindo em *rankings* mundiais (SOUZA; FELIPPO; CASADO, 2018). É considerada uma das áreas mais bem-sucedidas da universidade e com isso, atualmente há uma preocupação com sua consolidação e a manutenção de sua qualidade. Dessa forma, além dos parâmetros de avaliação já utilizados pela Capes, o acompanhamento dos egressos tem sido relevante, afirmam Mendes *et al.* (2010).

Um dos fatores que registram os avanços na pós-graduação no Brasil, segundo Zaidan *et al.* (2011), são as constantes avaliações as quais os programas são submetidos, pois destacam elementos fundamentais como a produção científica e o fluxo de titulação, mas é dada pouca importância para algumas questões, como as repercussões profissionais.

A satisfação de exigências das autoridades ou resposta a um efeito de moda, não devem ser os motivos responsáveis para a realização de pesquisas e autoavaliações, afirma Paul (2015):

As instituições devem convencer-se de que as pesquisas são ferramentas essenciais para melhorar o funcionamento do ensino superior e que proporcionam importantes informações aos estudantes e a suas famílias. Elas devem estar atentas à qualidade do questionário e das respostas, como também à qualidade do tratamento das informações solicitadas (p. 321).

A CAPES assume a orientação do processo de avaliação dos cursos, além disso realiza outras ações em relação ao sistema de Pós-graduação, tais como:

[...] acompanhar, induzir e fomentar programas, estimular a produção em ciência e tecnologia, promover a formação de mestres, doutores e profissionais de alto nível e com perfil inovador, contribuir para a emergência de novas áreas do conhecimento, nuclear grupos de pesquisa, e interiorizar e tornar mais presente a pós-graduação *stricto sensu* em todo o território nacional (BRASIL, 2019b, p. 4.)

A avaliação que se dedica aos programas é planejada objetivando a busca da qualidade de todos os vinculados no processo educacional, sendo que o conhecimento dos resultados das avaliações deve ser indispensável para o aprimoramento das ações educativas, que estão sempre em transformação (ESTEVAM; GUIMARÃES, 2011).

Assim sendo, a autoavaliação, critério obrigatório recém-adotado pela Capes, poderá promover e fortalecer o processo de autorreflexão dos programas de pós-graduação. O Grupo de Trabalho sobre a Autoavaliação nos últimos meses elaborou documentos acerca das novas orientações sobre o processo avaliativo, destacando a importância da articulação entre a formação ofertada, a produção intelectual e o impacto social das produções e atuação dos egressos. Além de indicar que o processo avaliativo, para a definição de seus objetivos, metas e metodologia, deve incluir os professores, os discentes, a gestão do Programa, os técnicos e os representantes da comunidade externa (BRASIL, 2019b).

Leite *et al.* (2020) indicam que a emergência de uma nova agenda para proceder a avaliação da pós-graduação resultou da crítica e da referenciação dos interessados na autoavaliação, representando continuidade e aperfeiçoamento do

processo, “[...] continuidade, pois, os procedimentos estão incluídos nos atuais. Aprimoramento porque, em resposta à comunidade acadêmica, a CAPES reconheceu a necessidade e o papel da autoavaliação, a ser planejada e implementada pelos programas” (p. 345).

4. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICO-METODOLÓGICA

4.1 Da Concepção à Necessidade de Construção de Instrumentos de Avaliação

Partindo-se do pressuposto de que o processo avaliativo deve ser sistematizado, ancorado em dados objetivos que oportunizem a compreensão do que se avalia, entende-se que a construção de instrumentos ganha centralidade nesse processo, pois “os dados necessitam ser coletados em conformidade com as exigências do objeto de estudo” (LUCKESI, 2011, p. 295).

Os instrumentos são elementos fundamentais de uma investigação avaliativa, potencializam a concretização dos objetivos e a finalidade da investigação. “Um instrumento de construção de dados é mais preciso quanto maior for sua capacidade de representar fielmente a variável que se propõe a mensurar ou o aspecto da realidade que se pretende compreender” (SOUZA; FILIPPO; CASADO, 2005, p. 134).

Champagne (2011) chama a atenção para o uso excessivo de mecanismos complexos de avaliação, se por um lado permitem realizar uma apreciação mais exata, por outro, podem dificultar a identificação exata do que se avalia. A construção de modelos avaliativos é etapa importante “[...] para que sejam feitas as perguntas certas, para que os efeitos sejam atribuídos a mecanismos específicos e, assim, a avaliação possa auxiliar na tomada de decisões” (p. 61).

A construção de instrumentos é uma importante etapa do processo avaliativo. Dentre os instrumentos de coleta de dados, voltados ao processo avaliativo de programa, projetos, políticas e ações destacam-se os questionários, roteiros e testes prévios (COHEN; FRANCO, 2013; SOUZA; FILIPPO; CASADO, 2005)

Questionários são instrumentos que exercem significativa influência sobre o cuidado ou intervenções, assim como, na formulação de programas de saúde e de políticas institucionais, pois são integrantes da prática clínica, da avaliação em saúde e de pesquisas (CANO; HOBART, 2011). Atualmente, números crescentes de questionários ou instrumentos que avaliam características psicossociais e diferentes desfechos em saúde estão disponíveis para a avaliação da saúde da população na realização de pesquisas na prática clínica, conforme afirmam Terwee *et al.* (2007).

Instrumentos constituindo-se em ferramentas que medem indicadores e atribuem valores numéricos a conceitos abstratos, tem auxiliado na validação de

conteúdo atualmente. E esses dados, que podem ser observáveis e mensuráveis, contribuem para aprimorar a práxis em saúde (COLUCI; ALEXANDRE; MILANI, 2015). Os pontos mais avaliados por esses instrumentos são constantemente a promoção, prevenção e recuperação da saúde, ou seja, os aspectos que envolvem a qualidade de vida, a vitalidade, as limitações da adesão de tratamentos de saúde ou fatores emocionais e psicossociais (RATTRAY *et al.* 2017).

Coluci, Alexandre e Milani (2015) reiteram que na prática clínica e em pesquisas em saúde, questionários são considerados instrumentos integrantes da avaliação, e com isso, exercem grande influência nas tomadas de decisões sobre a assistência ou intervenções, como na criação de programas de saúde e políticas institucionais.

Conforme relatam Keszei, Novak e Streiner (2010), apontamentos feitos por pesquisadores consideram que os instrumentos para avaliação somente são capazes de apresentar eficácia em seus resultados, quando demonstram propriedades psicométricas consideradas válidas, portanto, a validação dos instrumentos é um aspecto importante para o sucesso da realização de uma avaliação.

O pesquisador deve realizar a escolha adequada do instrumento, de modo que garanta a qualidade de seus resultados, afirma Roach (2006). Para isso, é necessário conhecer os instrumentos detalhadamente antes de utilizá-los, com seus itens, seus domínios, suas formas de avaliação e mensuração. Para tanto, a qualidade da informação fornecida pelos instrumentos, dependerá relativamente de suas propriedades psicométricas.

Nesse sentido, Terwee *et al.* (2007) acreditam que para se desenvolver um novo instrumento de mensuração na íntegra se faz importante a mobilização de capacidades e de conhecimentos de diversas áreas. Quando um novo instrumento é realmente necessário ser desenvolvido, os pesquisadores e profissionais devem estar cientes de que precisam seguir uma metodologia adequada para que o novo instrumento seja confiável e satisfatório.

Para o processo de construção de instrumentos de uma forma geral, a literatura evidencia algumas etapas importantes a serem seguidas:

- I- Estabelecimento da estrutura conceitual; II-definição dos objetivos do instrumento e da população envolvida; III-Construção dos itens e das escalas de resposta; IV-Seleção e organização dos itens; V-

Estruturação do instrumento; VI-Validade de Conteúdo; e VII-Pré-teste (COLUCI; ALEXANDRE; MILANI, 2015, p. 926).

No processo de avaliação do instrumento, a literatura descreve algumas peculiaridades que podem ser testadas como a: “[...] validade (*validity*), confiabilidade (*reliability*), praticabilidade (*practicability*), sensibilidade (*sensitivity*), responsividade (*responsiveness*) e interpretabilidade (*interpretability*)” (COLUCI; ALEXANDRE; MILANI, 2015, p. 934).

A escolha dos atributos e do método a serem utilizados, dependerá do objetivo e do tipo de cada instrumento. Com isso, a validade, a confiabilidade e a responsividade, são, dentre os atributos citados, os mais habitualmente utilizados (TERWEE *et al.*, 2011).

Após a construção e organização do instrumento, tem-se uma hipótese sobre os itens atenderem ao referido constructo. Dessa forma, é necessário testá-la em relação à avaliação de outros sujeitos, que possam assegurar sua validação. Pasquali (2009) afirma que há duas possibilidades para realizar esse tipo de avaliação, sendo a avaliação por juízes e a análise semântica.

A avaliação pelo comitê de juízes, segundo a concepção de Pasquali (2009), tem o objetivo de verificar a adequação das características do instrumento, de ponderar se os itens se referem ou não ao traço da questão. E para atingir essa proposta, cabe ao pesquisador ofertar informações aos juízes sobre as características operacionais e os domínios que deverão avaliar.

Um instrumento pode ser considerado válido quando ele consegue avaliar seu objetivo. Podendo assim, ser avaliada por meio dos métodos de validação de conteúdo, validação relacionada a um critério e validação do construto, conforme relata Herminda e Araújo (2006).

A validade de uma pesquisa pode ser aferida por diferentes técnicas, desde métodos de validação interna, que estão direcionados mais ao processo, a externa que estão mais voltados aos resultados (OLLAIK; ZILLER, 2012).

Etapas e métodos padronizados e sistemáticos, que deveriam ser utilizados durante o processo de validação são descritos por diferentes autores com o objetivo de melhorar a qualidade dos instrumentos de medidas (ALEXANDRE; COLUCI, 2011). Essas etapas diferem conforme o que o instrumento quer avaliar. Para medidas cognitivas, os seguintes passos devem ser seguidos: identificação da totalidade dos

domínios; construção dos itens e por fim, organização desses itens, como afirma Lynn (1986).

Vale destacar que é de extrema importância a adoção de um referencial teórico para a construção de instrumentos de avaliação, ou seja, é necessário que o pesquisador/avaliador se ampare em um conjunto de ideias acerca do que seja intervenção, avaliação de políticas, projeto e programas, bem como seus modelos e instrumentos. Segundo Cruz (2015), a depender das escolhas teóricas será explicitado “[...] a posição do avaliador como juiz, a afirmação de critérios universais de julgamento, reforçando uma visão de ciência como busca da realidade e verdade absoluta, não possibilitando o reconhecimento da diferença e a perspectiva dos atores envolvidos” (p. 290).

4.2 Pressupostos de Donabedian: Fundamento Metodológico do Processo de Autoavaliação

Como dito anteriormente, uma das primeiras decisões para realizar um processo de avaliação, de determinada situação, é estabelecer um referencial teórico. Champagne *et al.* (2001, p. 61), ao tratarem sobre avaliação de programas de saúde, indicam que “[...] é preciso começar por a definição e estabelecimento de dado modelo lógico, pois é raro que se disponha desde o início de um modelo explícito”.

O fundamento metodológico que será utilizado no processo de autoavaliação é o proposto por Donabedian (1990; 2005), o qual foi produzido para avaliar serviços de saúde, mas que pode ser tomado como referência em outros processos avaliativos.

Considerado pioneiro e referência importante na área da avaliação de políticas e programas de saúde, conforme relatam D’innocenzo, Adami e Cunha (2006), Donabedian iniciou suas produções teóricas sobre o tema a partir da segunda metade da década de 1960. Produziu um modelo que visou a promover a avaliação da qualidade do atendimento em saúde que permite realizar análise de aspectos ligados a três componentes, sendo: estrutura, processo e resultados (DONABEDIAN, 1990).

Conforme descrevem Raleigh e Foot (2010), a abordagem desenvolvida por Donabedian, nos três componentes (estrutura, processo e resultados) sustenta que há uma influência dos indicadores estruturais sobre o de processo e, conseqüentemente, afetam de resultados. E nessa perspectiva, a articulação desses

indicadores formam a base do que é necessário para um conjunto eficaz de medidas.

Na avaliação da assistência à saúde, o componente estrutura inclui os recursos utilizados na provisão do cuidado, sendo eles humanos, físicos e financeiros, bem como a preparação organizacional e mecanismos financeiros destes recursos. O componente processo está relacionado às atividades que compõe a atenção à saúde e envolvem a interação da população assistida e dos profissionais de saúde. Já o componente resultado, diz respeito às mudanças promovidas pelos cuidados recebidos no estado de saúde da população (DONABEDIAN, 1980; PORTELA, 2000).

Cada um dos diferentes domínios de medidas tem um propósito diferente, que consegue determinar se o projeto de melhoria teve o impacto desejado. Com isso, é realmente importante que os projetos de melhoramento tenham resultado, processo e estrutura como indicadores de equilíbrio (DONABEDIAN, 2005; RALEIGH; FOOT, 2010).

As características relativamente estáveis e necessárias ao processo assistencial correspondem ao indicador estrutura, que contempla características relacionadas à área física, aos recursos materiais e financeiros, aos sistemas de informação e instrumentos normativos técnico-administrativos, como também aos recursos humanos (número, tipo, distribuição e qualificação), como apoio político e condições organizacionais (D'INNOCENZO; ADAMI; CUNHA, 2006).

As medidas de estrutura, de acordo com Raleigh e Foot (2010), refletem peculiaridades do serviço, assim como de quem está prestando o serviço, a quantidade de funcionários para proporções de pacientes, tempos de execução do serviço. Essas características são conhecidas como variáveis que medem a oferta adequada do serviço ao usuário.

A prestação da assistência segundo padrões técnico-científicos, estabelecidos e aceitos pela comunidade científica sobre certo assunto, assim como a utilização dos recursos em suas perspectivas quanti-qualitativas, somado a métodos diagnósticos e diagnósticos e cuidados prestados, são incluídos para o reconhecimento de problemas (D'INNOCENZO; ADAMI; CUNHA, 2006). Refletem, então, o modo como seus sistemas e processos atuam para fornecer o efeito esperado (RALEIGH; FOOT, 2010).

O indicador resultado reflete o impacto do trabalho realizado no paciente e demonstra se finalmente houve o alcance dos objetivos definidos (RALEIGH; FOOT, 2010). O componente resultado é considerado como a resposta das atividades

realizadas nos serviços ou por profissionais de saúde, mediante mudanças relacionadas aos conhecimentos e também aos comportamentos, bem como a satisfação do usuário e do trabalhador relacionada à prestação de cuidados recebidos (D'INNOCENZO; ADAMI; CUNHA, 2006).

A partir desses componentes de pesquisa, é possível obter informações capazes de mensurar a qualidade do processo atual que está sendo executado, se houve alcance dos objetivos almejados, ou através de pequenos testes avaliar quanto de variação está tendo nos dados/processos, ou se tentativas de mudanças estão tendo o impacto desejado, assim como, se as alterações feitas resultaram em melhorias, ou ainda, se uma mudança foi mantida (RALEIGH; FOOT, 2010).

A partir da construção de instrumentos para realização da autoavaliação do PPG-BCS, pode-se conhecer e validar o processo ensino-aprendizagem ofertado pelo programa, bem como, o impacto na formação de futuros docentes e pesquisadores. Avaliar a repercussão da formação, a inserção dos egressos no mundo do trabalho é mais que mera prestação de contas aos órgãos oficiais, constitui-se em compromisso com a busca de uma formação socialmente comprometida e tecnicamente engajada. Além de ser fundamental para amparar as decisões de políticas que almejam a qualidade de formação na Pós-Graduação, em alinhamento com os propósitos e necessidades da nação (SCHANAIDER, 2015).

Nesta proposta, a intervenção/serviço a ser avaliado se trata de um programa de pós-graduação *stricto sensu*, em que o processo a ser verificado refere-se ao processo de ensino-aprendizagem que terá como resultado imediato a formação de mestres e doutores de área específica; em médio e longo prazo esses resultados se referem aos impactos na comunidade acadêmica e na sociedade. No último PNPG compreendendo 2011-2020, destacou-se que a avaliação dos programas de pós-graduação passou a ser elemento central, o qual deve incorporar, em sua análise, questões para além da produção acadêmica, evidenciada nas publicações científicas. Nesse sentido, os parâmetros que passam a compor a avaliação se referem à estrutura (infraestrutura – estrutura física, recursos humanos e financeiros), ao processo (organização do processo pedagógico; articulação entre as disciplinas, projetos de pesquisas, trabalho de conclusão, linhas, área de concentração; relações interpessoais; formação continuada do docente; atividades de extensão na comunidade) e ao resultado (impacto social das produções acadêmicas; qualidade da

produção intelectual docente e discente, impacto da inserção social), além daqueles tradicionalmente adotados nas avaliações anteriores (BRASIL, 2019a).

Desse modo, a “estrutura do cuidado” passa a ser a “estrutura do processo formativo do PPG-BCS”, na qual está compreendido os atributos do lugar em que a formação acontece, ou seja, os recursos necessários para o processo formativo ser desenvolvido, abrangendo os recursos materiais, humanos e a estrutura organizacional do programa, podendo-se citar como exemplos, a área física, força de trabalho, recursos materiais e financeiros, sistemas de informação e instrumentos normativos (UNIOESTE, 2019b).

O segundo elemento da tríade avaliativa, refere-se ao processo, o qual corresponde às atividades docentes para a formação do pós-graduando, como ocorre esse processo formativo: interação discente-docente, articulação das disciplinas com as pesquisas, projetos, linhas e áreas do PPG-BCS, a carga horária, conteúdos ministrados, a integração com a interdisciplinaridade, abordagem didático-pedagógica, entre outros.

O resultado do terceiro elemento da tríade avaliativa, se refere aos efeitos do processo formativo para o egresso – sua inserção no mercado de trabalho, a continuidade dos estudos no stricto sensu, os impactos sociais do conhecimento produzido – ações desencadeadas, entre outros, constituindo-se na análise dos produtos do processo formativo do programa (DONABEDIAN, 1990; HOENIG; LEE; STINEMAN, 2010). Esse modelo constitui-se em um dos principais referenciais no tema avaliação, sendo bastante usado para entender a efetividade de novas estratégias ou modificações dentro do processo.

Sistematizar a avaliação de um serviço prestado possibilita verificar a qualidade e aplicabilidade dos resultados alcançados, o que irá retroalimentar os envolvidos no processo de produzir esses resultados com informações do que precisa ser modificado, melhorado ou mantido. A avaliação se constitui num elemento essencial para planejar e tomar decisões, permitindo mudanças ou redirecionamentos em qualquer etapa do serviço oferecido, visando à melhoria dos resultados.

Ainda, a avaliação de um produto ou serviço deve ser realizada pela participação dos distintos atores que fazem parte do processo, desde quem é responsável por ofertar o serviço/produto até quem recebe esse serviço. Para tanto, compreendendo-se que a finalidade dos programas de pós-graduação não é apenas a produção de conhecimento, mas também a formação de mestres e doutores,

entende-se que a avaliação do processo formativo deve contemplar os distintos indivíduos que compõe um programa de pós-graduação, quais sejam, docentes, técnicos administrativos, mestrandos/ doutorandos e egressos.

O processo de autoavaliação deve analisar como está ocorrendo o processo de formação e atuação de pesquisadores e docentes, a partir da inserção no mercado de trabalho dos pós-graduandos e do impacto social de suas pesquisas no programa. Ainda, almeja avaliar a qualidade do PPG-BCS quanto aos quesitos estrutura, processo e resultados associados ao peso da produção intelectual de mestrandos/ doutorandos e docentes do programa.

Avaliar, portanto, refere-se à emissão de juízo de valor sobre uma intervenção ou seus componentes, em busca de tomada de decisões que pode ser caracterizada como o início de um processo avaliativo (RIGHI; SCHMIDT; VENTURINI, 2010).

Assim, a partir da implementação de método adequado de avaliação é possível a obtenção de informações cientificamente válidas e socialmente legítimas sobre essa intervenção ou sobre quaisquer de seus componentes. Esse método deve possibilitar que todos os envolvidos possam expressar suas opiniões acerca do serviço/intervenção avaliada; e assim seja factível a construção individual ou coletiva de um julgamento que poderá se configurar em ações direcionadas às necessidades levantadas ou fazer reforço positivo daquilo que está adequado (CHAMPAGNE *et al.*, 2011).

A avaliação possui reconhecimento como um dos componentes da gestão de serviços, para tanto, tem por objetivo oferecer suporte aos processos decisórios no âmbito do programa em avaliação, de forma que subsidie a identificação de situações problemas e a reorientação de ações e serviços desenvolvidos, bem como as fortalezas existentes na estrutura e no processo do programa. A partir da avaliação pode-se analisar a incorporação de novas práticas no processo formativo e mensurar o impacto das ações implementadas.

5. METODOLOGIA

5.1 Tipo de pesquisa

Trata-se de uma pesquisa de desenvolvimento metodológico, de natureza quantitativa, a qual buscou construir e validar instrumentos que visam colaborar com o processo de autoavaliação no Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Biociências e Saúde. Com vistas a identificar o **perfil** dos atores; o **processo** de formação; a **estrutura** física, de pessoal e financeira, bem como, os **resultados** do processo formativo.

Pesquisas metodológicas, segundo Demo (2000), são aquelas que abordam os modos de realizar ciência, ou seja, são propostas que buscam investigar métodos para obter e organizar dados, bem como, conduzir pesquisas com valor científico. Estudos metodológicos “[...] focam no desenvolvimento, da validação e na avaliação de ferramentas ou estratégias metodológicas” (POLIT; BECK, 2019, p. 218).

De acordo com Polit e Beck (2019), a maioria das pesquisas metodológicas não é de caráter experimental, mas focam na construção de novos instrumentos, metodologias ou ferramentas.

5.2 Etapas da pesquisa

A partir da sistemática de autoavaliação de Programa de Pós-graduação proposta pela CAPES, expressa centralmente no Relatório do grupo de trabalho, divulgado em 2019 (BRASIL, 2019d) e demais documentos orientadores do processo de autoavaliação do Programas de Pós-Graduação (UNIOESTE, 2019c), o colegiado do PPG–BCS propôs a criação de um grupo denominado Grupo Trabalho da autoavaliação (GT-autoavaliação PPG- BCS), com o objetivo de fomentar a construção de estratégias para realizar o processo de autoavaliação do Programa. O GT instituiu-se contando com participação de um docente representante de cada linha de pesquisa do programa e um discente.

O GT-autoavaliação PPG-BCS, por meio de encontros entre seus membros, estudou os documentos de orientações, expressas em documentos emitidos pela

CAPES, quanto à implementação de novos elementos no processo avaliativo, além de traçar estratégias metodológicas para operacionalizar o processo.

Dentre as estratégias, definiu-se a necessidade de realizar estudo metodológico, do qual esta pesquisa faz parte. Assim, a pesquisa foi dividida em dois momentos, no segundo semestre do ano de 2019 foi iniciada a primeira parte da pesquisa, com a construção de instrumentos para subsidiar a autoavaliação do Programa de Pós-graduação, na qual foram construídos questionários destinados aos docentes; aos agentes universitários envolvidos com as atividades do programa; aos mestrandos/doutorandos e aos egressos, de maneira que avaliassem os domínios estrutura, processo e resultado, foi então adotado o modelo teórico-metodológico proposto por Donabedian para avaliação de programas de saúde (1990; 2005), devido ao fato de ser referência relevante na área da avaliação de políticas e programas de saúde. O segundo momento correspondeu ao desenvolvimento de parte do processo de validação dos instrumentos produzidos, que aconteceu a partir do mês julho até o mês de setembro do ano de 2020. A validação é considerada um processo amplo que visa não só a examinar, de forma rigorosa os instrumentos de medida de determinado estudo, mas todo o processo de investigação, ou seja, “[...] Valida-se não propriamente o teste, mas a interpretação dos dados decorrentes de um procedimento específico” (RAYMUNDO, 2009, p. 87).

De acordo com Polit e Beck (2019), Raymundo (2009) e Pasquali (2009), a utilização de determinados instrumentos podem ter diferentes objetivos, assim sendo, a validade de um teste/instrumento corresponde a três aspectos importantes, sendo, a validade de critérios, a validade de construto e a validade de conteúdo.

A validade de critério refere-se a identificar o quanto os escores em um instrumento/medida pode ser considerado “[...] um bom reflexo de um “padrão-ouro” – isto é, um critério considerado uma medida ideal do construto (POLIT; BECK, 2019, p. 174). Consiste, portanto, no grau de eficácia que ele tem em prognosticar um desempenho particular de um indivíduo (PASQUALI, 2009).

Por outro lado, a validade de construto compreende descobrir se dado instrumento constitui-se numa representação legítima e adequada de dado construto (PASQUALI, 2009). Em outras palavras, a validade de construto “[...] envolve descobrir até que ponto a intervenção é uma boa representação do construto que, teoricamente, teria potencial para causar resultados benéficos” (POLIT; BECK, 2019, p. 153).

Segundo Pasquali (2009), a validade de conteúdo de um instrumento, de um teste, consiste em perceber se o instrumento ou o teste compõe uma amostra representativa de um universo a ser identificado.

Para Raymundo (2009, p. 87), a validade de conteúdo:

[...] refere-se ao julgamento sobre o instrumento, ou seja, se ele realmente cobre os diferentes aspectos do seu objeto e não contém elementos que podem ser atribuídos a outros objetos. Ela não é determinada estatisticamente, ou seja, não é expressa por um coeficiente de correlação, mas resulta do julgamento de diferentes examinadores especialistas, que analisam a representatividade dos itens em relação às áreas de conteúdo e à relevância dos objetivos a medir.

A validação dos instrumentos produzidos para a autoavaliação do Programa foi a de Conteúdo, a qual mensurou a adequabilidade dos instrumentos. A adequabilidade é uma característica importante dos instrumentos de avaliação, sendo julgada a redação das questões que os compõem, se são aptas a captar informações conforme o objetivo primário do estudo e se permitem a devida compreensão do que se deseja avaliar.

Para serem considerados aptos para o uso, os instrumentos devem fornecer dados interpretáveis para a avaliação de dado objeto de estudo, sendo precisos e válidos (ALEXANDRE *et al.*, 2013). O resultado do desempenho da utilização dos instrumentos é em grande parte consequência da sua validade (SALMOND, 2008).

De acordo Polit e Beck (2019), a validade de conteúdo visa a apontar o grau de adequação de dado instrumento para verificar construtos específicos. Um teste tem validade de conteúdo à medida que mostra adequadamente o que foi aprendido.

O grau de adequabilidade do instrumento é mensurado pela possibilidade que ele oferece pela boa conjugação entre a leitura por parte do analista e o conteúdo observável, que tende a revelar algo até então imprevisível ou ainda, facilitar a obtenção dos objetivos pretendidos (PASQUALI, 1996).

Dessa forma, na segunda etapa da pesquisa foi concluída a validação de conteúdo quanto à adequabilidade dos instrumentos de autoavaliação por juízes especialistas, sendo validados quatro instrumentos dirigidos aos docentes; agentes universitários, mestrandos/doutorandos e egressos. Todos os instrumentos estão relacionados à questão central da autoavaliação.

5.3 Campo da Pesquisa

A pesquisa foi realizada no Programa de Pós-Graduação *strictu sensu* em Biociências e Saúde da Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Unioeste, campus Cascavel.

5.4 Amostra do estudo

Os participantes do estudo foram selecionados seguindo a lógica da amostragem não probabilística de tipo intencional, ou seja, não se fez o uso de formas aleatórias de seleção, por isso não se definiu a priori uma amostra representativa (POLIT; BECK, 2019; MARCONI; LAKATOS, 2015).

A amostra foi decidida intencionalmente, na qual os participantes, por serem considerados conhecedores das questões estudadas, são considerados e denominados no estudo como juízes especialistas (POLIT; BECK, 2019). Nessa abordagem, “pressupõe que estas pessoas [juízes-especialistas], por palavras, atos ou atuações, têm a propriedade de influenciar a opinião dos demais” (MARCONI; LAKATOS, 2015, p. 38).

Os juízes especialistas foram distribuídos por categorias, considerando a especificidade de cada instrumento a ser validado, portanto, há quatro categorias de juízes especialistas: docentes; agentes universitários; mestrandos/doutorandos e egressos.

Em relação aos critérios de inclusão e exclusão dos participantes buscou-se seguir parâmetros gerais e específicos, de acordo com as características de cada categoria de juízes especialistas. Assim sendo, para a seleção de docentes, considerou-se: ser docente atuante em programas de pós-graduação da área interdisciplinar (área 45 da Capes), vinculado ou não à câmara IV: Saúde e Biologia; não ter contato prévio com o estudo ou com o Programa de Pós-graduação em Biociências e Saúde da Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Unioeste, no qual o estudo está sendo realizado.

Em relação aos agentes universitários, considerou-se: ser agente universitário ligado de alguma forma ao desenvolvimento de atividades de pós-graduação; não ter contato prévio com o estudo ou vínculo com o Programa de Pós-graduação em

Biociências e Saúde da Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Unioeste, no qual o estudo está sendo realizado.

Para a inclusão de mestrandos/doutorandos como juízes especialistas, considerou-se: ser aluno de mestrado ou doutorado ligado aos Programas de Pós-Graduação *Stricto Sensu*; não ter contato prévio com o estudo ou com o Programa de Pós-graduação em Biociências e Saúde da Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Unioeste, no qual o estudo está sendo realizado.

Os juízes especialistas que avaliaram o instrumento dos egressos foram selecionados considerando: serem egressos ligados aos Programas de Pós-graduação *Stricto Sensu*; não ter contato prévio com o estudo e não ser egresso das cinco últimas turmas do Programa de Pós-graduação em Biociências e Saúde da Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Unioeste, no qual o estudo está sendo realizado.

Os juízes especialistas avaliaram a primeira versão dos instrumentos, com o objetivo de aprimorar as questões e avaliar a consistência interna e concordância aos domínios dos instrumentos.

5.5 Método e Técnicas de coleta de dados

A técnica de coleta foi o levantamento on-line sendo, portanto, utilizada a internet como meio de acesso e inclusão de participantes e para a coleta de dados (FLICK, 2013). A coleta de dados iniciou-se no mês de julho do ano de 2020 e foi concluída em outubro do ano de 2020.

A ferramenta utilizada foi o *Google Forms*, aplicativo integrado ao pacote *Google Drive*, o qual faz parte do Gmail e abriga vários outros aplicativos totalmente gratuitos. O *Google Forms* oferece a possibilidade de criar e armazenar formulários, por meio de uma planilha no *Google Drive*. Os formulários podem ser questionários elaborados por pesquisadores ou podem ser utilizados os formulários já existentes, que podem ser convertidos em *links*, facilitando o envio dos formulários. Além disso, os dados armazenados no servidor podem ser acessados de qualquer lugar e de forma colaborativa pelo grupo de pesquisadores (MOTA, 2019).

[...] o Google Forms pode ser muito útil em diversas atividades acadêmicas, nesse caso em especial para a coleta e análise de dados estatísticos, facilitando o processo de pesquisa. A grande vantagem

da utilização do Google Forms para a pesquisa, seja ela acadêmica ou de opinião é a praticidade no processo de coleta das informações. O autor pode enviar para os respondentes via e-mail, ou através de um link, assim todos poderão responder de qualquer lugar (MOTA, 2019, p. 373).

O convite para os juízes especialistas, categoria docentes, inicialmente, foi realizado pelo aplicativo *WhatsApp* com suporte da coordenação do Programa de Pós-graduação em Biociências e Saúde, pertencente ao grupo de coordenadores de programas de pós-graduação da área interdisciplinar, vinculados à Capes e dessa forma foi realizado o encaminhamento de mensagem de texto. A mensagem solicitou aos coordenadores de programas o envio a seus docentes para participação na pesquisa, explicitando os objetivos do estudo e os *links* do *Google Forms*, contendo os instrumentos de autoavaliação, construídos na primeira parte da pesquisa, nos quais estavam agregadas as questões para a validação dos domínios dos referidos instrumentos (Apêndice A). Contudo, não se obteve sucesso, pois somente três docentes responderam às questões da validação do instrumento e nenhum outro participante das demais categorias encaminhou resposta.

Em decorrência desse insucesso foi replanejada a abordagem de coleta de dados. No começo do mês de agosto de 2020, utilizou-se os endereços de *e-mails* dos participantes, endereços acessados nos sites e páginas dos programas de pós-graduação interdisciplinares, da câmara IV: Saúde e Biologia. E a partir de meados de agosto de 2020 foram encaminhamentos *links* dos instrumentos para os referidos docentes.

Das 165 mensagens nominiais, individuais, com o convite aos docentes, para participarem do estudo, nas quais foram registrados os objetivos da pesquisa, os aspectos éticos e o link do formulário específico, 29 (17,5%) dos convidados responderam ao formulário de validação.

Para as demais categorias, seguiu-se a mesma estratégia, utilizando os endereços de *e-mails* dos participantes, endereços acessados nos sites e páginas dos programas de pós-graduação, não somente dos pertencentes à câmara IV, sendo estes programas indicados na página da CAPES. Dessa forma, foram encaminhados e-mails com mensagens nominiais, individuais com o convite para participar do estudo para os agentes universitários. Foram encaminhadas 48 mensagens e 8 (16,6%) participaram do estudo; Mestrando/doutorandos mandados 204 e-mails e 13 (6,4%) retornaram; para egressos encaminhados 206 convites e 13 (6,3%) retornos.

Para tanto, a amostra final se constitui de todos os instrumentos que retornaram respondidos pelos participantes de cada categoria.

5.6 Método de Análise

Os dados quantitativos que emergiram do formulário de validação dos instrumentos receberam tratamento estatístico e descritivo, foram tabulados, interpretados, processados e apresentados descritivamente. Utilizou-se o *Software Office Excel* para a organização dos dados, o qual auxiliou no processo de sistematização dos resultados que embasaram a etapa final do estudo. Para tal, realizou-se a análise de adequabilidade que contribui para mensurar a confiabilidade de um instrumento, ou seja, se o instrumento não possui variação de entendimento do que é solicitado nas questões que o compõem.

Os dados que emergiram das questões abertas foram considerados e nominados de “qualitativos”, constituíram-se pelas indicações, sugestões ou outras colocações escritas ao final de cada bloco de validação dos domínios dos instrumentos. Assim sendo, tais dados foram sistematizados, analisados e agrupados quando convergiam, sendo elementos importantes para a validação do conteúdo dos instrumentos.

A adequabilidade dos instrumentos, construídos para mediar o processo de autoavaliação do PPG-BCS, foi examinada pela média e o desvio-padrão das respostas dos juízes ao instrumento de validação. A média é a medida de tendência central mais conhecida, pois expressa/resume todo o conjunto de dados num único valor; “[...] é muito sensível a valores extremos, então dizemos que a média é uma medida de tendência central resistente” (FERREIRA, 2015, p. 58).

O desvio padrão é considerado uma medida de variação de todos os valores a partir da média, expresso no valor maior ou igual a zero, sendo zero quando todos os valores de dado conjunto de dados forem iguais. O valor do desvio padrão pode aumentar drasticamente com a inclusão de valores discrepantes, podendo servir para comparar a variabilidade de dois ou mais conjuntos de dados diferentes quando as médias forem aproximadamente iguais e quando as unidades de medidas para conjuntos forem as mesmas (FERREIRA, 2015).

O procedimento avaliativo das questões dos instrumentos de autoavaliação foi realizado a partir de escala numérica, na qual atribui-se certo valor numérico para

as respostas dadas. Assim sendo, optou-se pela escala de *Likert*, a qual consiste em itens que expressam o ponto de vista da avaliação sobre algum tópico (POLIT; BECK, 2019).

A escala de *Likert* usada tomou três itens valorativos, sendo: -1: inadequada; 0: nem inadequada, nem adequada; e 1: adequada. Esses valores foram utilizados para os juízes expressarem a avaliação das questões do instrumento de autoavaliação, considerando os domínios do instrumento. A partir das respostas enviadas pelos juízes, sistematizou-se os dados por categoria: docentes, agentes universitários, mestrandos/doutorandos e egressos, de forma quantitativa, considerando os coeficientes apresentados e foram apresentadas por meio de tabelas, nas quais foram demonstrados os níveis de adequabilidade por domínios dos instrumentos, adotando-se a média e o desvio padrão sendo que quanto mais próximo de 0 for o desvio mais homogêneo são os dados.

As considerações e as sugestões dos juízes-especialistas, escritas no decorrer do processo de validação, nas questões abertas, foram sistematizadas de acordo com cada domínio e respectivas questões do instrumento, sendo esses dados apresentados em quadros e tabelas que serviram para a análise das sugestões e futura adaptação do instrumento.

5. 7 Aspectos Éticos

A pesquisa foi submetida ao Comitê de Ética e Pesquisa (CEP) da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – Unioeste, sendo desenvolvida segundo as diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisa envolvendo seres humanos, a Resolução do Conselho Nacional de Saúde nº 466/2012. Em todas as etapas foi garantido o anonimato dos participantes.

Após a sua aprovação, foi desenvolvida a coleta de dados, sendo enviado convite aos participantes, no qual apresentava-se o título e tema do estudo, os objetivos e as estratégias metodológicas e os aspectos éticos adotados, além do *link* de acesso ao formulário.

Ao abrirem o *link*, imediatamente tinham acesso ao Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (Apêndice B), com todas as informações sobre o estudo, esclarecendo a todos os que o acessaram, os objetivos, a metodologia, os benefícios e os riscos de participação no estudo. Além de garantir aos participantes o sigilo, o

anonimato e o direito de retirar-se da pesquisa a qualquer momento, sem prejuízos, bem como, o contato das pesquisadoras. Após a leitura do Termo, cada participante deveria escolher uma das seguintes opções: a) concordo em participar dessa pesquisa; b) não concordo em participar dessa pesquisa, assim o instrumento só poderia ser acessado se fosse escolhida a primeira opção.

Essa estratégia de acesso aos participantes foi explicitada na metodologia do projeto de pesquisa que foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Estadual do Oeste do Paraná, sob o Parecer n. 4.184.450, de 31 de julho de 2020 e Certificado de Apresentação de Apreciação Ética (CAAE) n. 35012620.6.0000.0107 (Anexo A).

Após a coleta, as respostas foram extraídas das planilhas geradas *no Google Drive* sem qualquer identificação dos participantes. Quanto às sugestões/indicações dos participantes, registradas em questões abertas padronizou-se pela utilização de código para cada categoria participante do processo de avaliação, sendo JED (Juiz Especialista Docente) seguido de um número arábico sequencial: JED1 a JED27; JEAU (Juiz Especialista Agente Universitário), JEAU1 a JEAU8; e JEMD (Juiz Especialista Mestrando/Doutorado), JEMD1 a JEMD5; JEE (Juiz Especialista Egresso), JEE1 a JEE13.

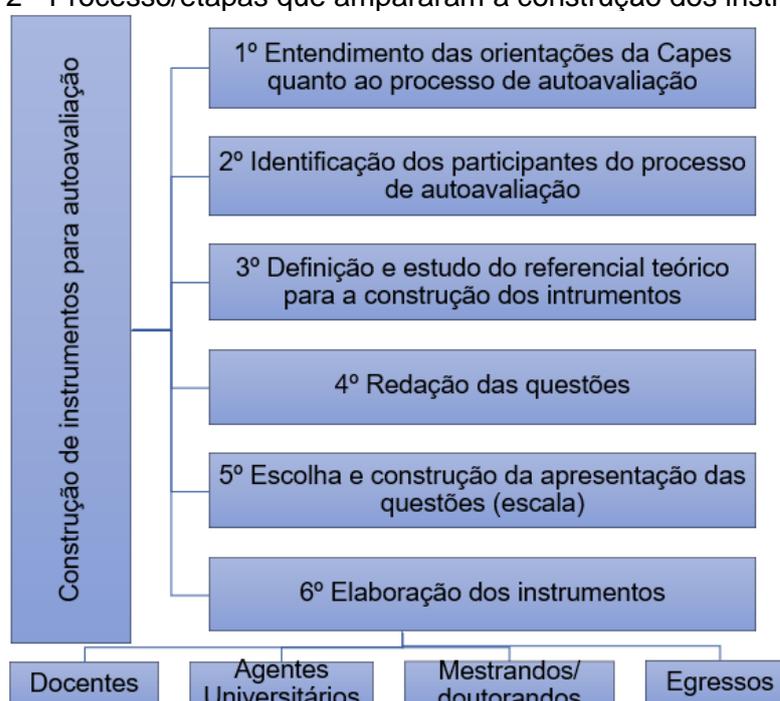
6. RESULTADOS

Os resultados serão apresentados em duas etapas: na primeira será descrito o processo de construção dos instrumentos, que auxiliarão na autoavaliação do Programa de Pós-Graduação em Biociências e Saúde, item denominado **Da necessidade de avaliar à construção de instrumentos: a autoavaliação da pós-graduação** e, em seguida, as etapas de verificação da adequabilidade dos instrumentos produzidos, nos itens intitulados: **Validação dos instrumentos: a busca pela adequabilidade e Adequabilidade dos instrumentos a partir dos dados qualitativos.**

6.1 Da necessidade de avaliar à construção de instrumentos: a autoavaliação da pós-graduação

A elaboração/construção de instrumentos como apontado anteriormente, partiu de demanda objetiva de realizar a autoavaliação do Programa de Pós-graduação em Biociências e Saúde, conforme recomendações da Capes. Nesse sentido, a construção dos instrumentos, que é um dos objetivos do presente trabalho, seguiu uma sistemática, composta por etapas ilustradas na Figura 2:

Figura 2 - Processo/etapas que ampararam a construção dos instrumentos



Fonte: Elaborada pela autora.

A primeira tarefa para a construção dos instrumentos foi o entendimento das orientações da Capes quanto ao processo de autoavaliação, sendo que, nesse momento foi realizado o estudo dos documentos oficiais que apresentam a sistemática de autoavaliação de programa de pós-graduação, expressa centralmente no Relatório do grupo de trabalho, divulgado em 2019 (BRASIL, 2019d). Além do documento da Câmara da área interdisciplinar, o qual explicita o diagnóstico da Pós-graduação na área interdisciplinar e aponta perspectivas futuras de desenvolvimento, dentre elas, a adoção da autoavaliação como parte da avaliação dos Programas de pós-graduação (BRASIL, 2019b).

De acordo com o documento da Capes, na proposta de aprimoramento do modelo de avaliação, a autoavaliação, quando bem estruturada: “[...] promove processos de autoconhecimento, criando uma cultura avaliativa e permitindo um olhar qualitativo e holístico do programa que contempla processos de formação e de outras dinâmicas inerentes à pós-graduação brasileira” (BRASIL, 2018, p. 19).

Após a aproximação e entendimento do conceito de autoavaliação, da finalidade e das metas esperadas, determinou-se quais seriam os sujeitos-participantes do processo de autoavaliação. Para tanto, definiu-se pela construção de instrumentos específicos para docentes, agentes universitários, mestrandos/doutorandos e egressos.

A definição por esses atores justifica-se pela razão de todos participarem, de formas específicas e distintas, das atividades desenvolvidas pelo Programa de Pós-graduação. O docente por desempenhar ações pedagógicas, expressas pelo desenvolvimento de disciplinas obrigatórias ou eletivas, pelas atividades de orientação de dissertações e teses, pelo desenvolvimento de pesquisa, pela produção, divulgação e socialização das produções, pelo envolvimento em ações de extensão e articulação com outros níveis de ensino e/ou outras instituições.

O Agente Universitário contribui com o processo de autoavaliação, pois desenvolve atividades de acompanhamento dos mestrandos e doutorandos ao longo do processo de formação, organiza os registros acadêmicos, auxilia os docentes em suas tarefas didático-pedagógicas, possui maior contato com os egressos e por implementar ações estratégicas, expressas pelo registro, comprovação e validação de documentos necessários à formalização de todas as etapas da formação no programa de pós-graduação.

O ponto de vista dos mestrandos e doutorandos é enriquecedor para a autoavaliação, pois vivenciam em *lócus* a organização do processo de formação ofertado seja nas aulas, nas orientações nas diferentes linhas de pesquisa, seja nas ações extracurriculares, e ainda, por meio da participação em projetos de ensino e extensão. Nesse sentido, a avaliação desses atores ganha relevância, pois podem qualificar o autoconhecimento das fortalezas e fragilidades do Programa de pós-graduação.

Os egressos poderão apresentar uma avaliação mais completa do processo de formação, tanto por terem vivenciado completamente a formação ofertada, desde a seleção, desenvolvimento das atividades didático-pedagógicas, a produção, conclusão e divulgação de pesquisa, quanto por indicarem a relação da formação em relação à atuação profissional atual.

A etapa de definição e estudo do referencial para a construção dos instrumentos, considerou os modelos teóricos-metodológicos já propostos para avaliação de projetos, programas e políticas de saúde. Segundo Polit e Becker (2019), a pesquisa e a avaliação de serviços de saúde é um campo vasto e interdisciplinar que tem produzido estudos sobre estruturas, processos organizacionais e resultados de políticas e programas.

Nesse sentido, buscou-se elencar um referencial que orientasse para uma avaliação mais ampla, que abarcasse fatores determinantes do processo a ser avaliado, que não tomasse por referência avaliativa apenas atitudes individuais/subjetivas dos atores envolvidos. Considerando esse pressuposto, o modelo teórico-metodológico adotado como orientador do processo de autoavaliação foi o de Donabedian (1990; 2005), descrito anteriormente neste estudo. Visto que a proposta de autoavaliação da CAPES segue a linha dos domínios propostos no modelo de Donabedian (1990; 2000), ou seja, propõe avaliar a estrutura do programa, o processo de formação e os resultados obtidos.

Segundo Pasquali (1996, 1998), referência importante para a construção de instrumentos e escalas de avaliação psicológica, a explicitação de uma teoria é necessária para embasar a construção e desenvolvimento de um instrumento de avaliação, além de que:

Quanto melhor e mais completa for a especificação do constructo melhor será a garantia de que o instrumento será válido e útil. [...] Por

isso, nunca é demais gastar tempo na implementação detalhada das definições operacionais do construto (PASQUALI, 1998, p. 210).

A partir do estudo do referencial de Donabedian, partiu-se para a elaboração dos domínios dos instrumentos, os quais revelam as dimensões e a estrutura interna de um instrumento, “[...] dando, portanto, as balizas e os limites que ele possui” (PASQUALI, 1998, p. 209).

Os domínios/dimensões, que serviram como elementos estruturantes da construção dos instrumentos, foram: o **perfil** dos atores; o **processo** de formação; a **estrutura** e os **resultados**. Domínios que seguem sumariamente apresentados no Quadro 1.

Quadro 1 - Sinopse dos domínios dos instrumentos construídos

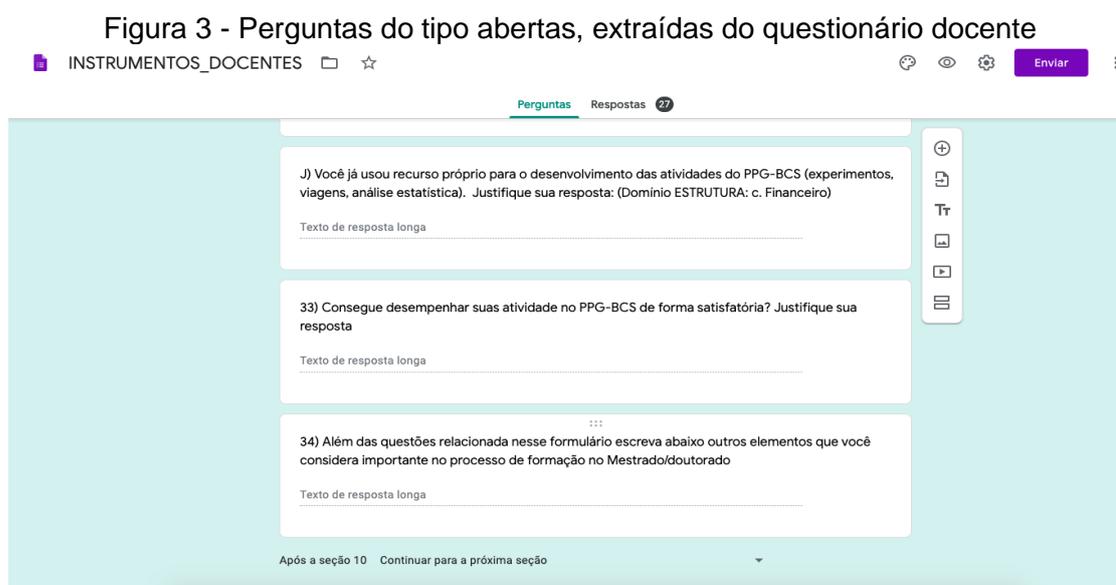
DOMÍNIOS	DEFINIÇÃO
PERFIL	a. Caracterizar sociodemográfica e economicamente; b. Caracterizar a formação e atuação profissional;
PROCESSO	a. O processo de entrada no PPG-BCS (Inserção docente e discente no PPG-BCS); b. A execução das atividades no PPG-BCS (atuação docente na formação ofertada pelo PPG-BCS; encaminhamentos pedagógicos, relação professor-aluno, orientador e orientandos, processo de formação ofertado no PPG-BCS); c. O fluxo discente e saída (conclusão) do PPG (percursos dos mestrandos, dificuldade dos mestrandos no desenvolvimento das atividades no PPG-BCS).
ESTRUTURA	Estrutura física e de pessoal do Programa: a. A estrutura física e pessoal do Programa (Limites e possibilidade da estrutura física do PPG-BCS para o desenvolvimento de suas atividades); b. O quadro e atuação de pessoas (RH) vinculadas ao PPG BCS (disponibilidade de Recursos Humanos para o encaminhamento das atividades no PPG-BCS); c. Problematizar o aspecto financeiro no encaminhamento das atividades do PPG BCS (fontes de fomento para incentivo à pesquisa e desenvolvimento das atividades no PPG-BCS).
RESULTADO	Impacto, inserção da formação da pessoa na sociedade a. Publicações (Problematizar os resultados das pesquisas produzidas no PPG-BCS, espaços de divulgação, dificuldades para publicações dos resultados das pesquisas); b. Relação do PPG BCS com a sociedade (articulação das atividades do PPG-BCS com a educação básica e outros espaços); c. Formação continuada (percursos da formação continuada dos docentes, importância dos investimentos da formação continuada).

Fonte: Elaboração da autora a partir da discussão no GT de autoavaliação do PPG-BCS (Unioeste, 2019c) e do modelo teórico de Donabedian (1990, 2005).

Após a elaboração do quadro sinóptico, seguiu-se para a construção das questões dos instrumentos destinada a cada categoria específica a ser envolvida, mas todos os instrumentos abordando os domínios e subdomínios elencados como referência.

Definiu-se pela elaboração de um instrumento estruturado, no qual os participantes responderão as mesmas questões, na mesma ordem. A elaboração de perguntas para um questionário estruturado e autoadministrado requer cuidado com a construção de cada pergunta, pois é necessário garantir a clareza, a ausência de viés e o entendimento na leitura (POLIT; BECK, 2019; MARCONI; LAKATOS, 2015).

Os instrumentos produzidos são questionários compostos por questões abertas e fechadas. As questões abertas intencionam que os participantes respondam de forma autônoma, fornecendo outras informações, ou aprofundam pontos de vista, além de “[...] escrever as próprias respostas” (POLIT, BECK, 2019, p. 167). As questões abertas formuladas são aquelas ligadas às informações de cunho individual dos participantes, como, formação, avaliação de alguns encaminhamentos didático-pedagógico do Programa, da estrutura física, dentre outras. A Figura 3 exemplifica perguntas abertas de um dos instrumentos.



Fonte: Elaborada pela autora.

As perguntas fechadas, ou de alternativas fixas, apresentam opções de resposta, alternativas previamente especificadas. Nos formulários há perguntas do tipo dicotômica, de sim ou não (Figura 4); de múltipla escolha, com a seleção de apenas uma opção de resposta dentre várias possibilidades (Figura 5) ou de seleção

de mais de uma opção (Figura 6). Também foram elaboradas perguntas de pontuação/avaliação, as quais apresentam escalas, todas na lógica da Escala de *Likert* (Figura 7), ou seja, com itens que expressam um ponto de vista sobre a questão abordada na pergunta. As Figuras abaixo exemplificam alguns tipos de perguntas descritas acima e que compõem os instrumentos produzidos (Figuras 4, 5, 6 e 7).

Figura 4 - Perguntas do tipo dicotômico, extraída do instrumento docente.

INSTRUMENTOS_DOCENTES

Perguntas Respostas 26

9) Desempenha atividades exclusivamente no setor público?

Sim

Não

Fonte: Elaborada pela autora.

Figura 5 - Perguntas de múltipla escolha, com a seleção de uma opção de resposta dentre várias possibilidades, extraída do instrumento dos Agentes Universitários

INSTRUMENTO-AGENTES

Perguntas Respostas 9

20) Você gostaria de ter mais tempo e condições para investir em sua formação continuada?
(Dominio- RESULTADO: c. Formação Continuada)

Sim

Não avalio como necessário investir em formação continuada

Não

Fonte: Elaborada pela autora.

Figura 6 - Perguntas de múltipla escolha com seleção de mais de uma opção, extraída do instrumento mestrandos/doutorandos

INSTRUMENTO_MESTRANDOS-DOUTORANDOS

Perguntas Respostas 5

I) Em quais meios/espacos os resultados da sua pesquisa serao apresentados: (Dominio: RESULTADO: a. Publicacao) (Vocẽ poderã assinalar mais de uma resposta)

- Anais de eventos
- Palestras para graduandos
- Palestras para comunidade externa à Universidade
- Instituições em que o estudo foi desenvolvido
- Curso de aperfeiçoamento
- Curso de extensão

Enviar

Fonte: Elaborada pela autora.

Figura 7 - Perguntas com utilização de escala, extraída do instrumento dos egressos

INSTRUMENTO_EGRESSOS

Perguntas Respostas 10

31) AVALIE QUAIS FATORES A SEGUIR INTERFEREM NA CONCLUSÃO DO Mestrado/Doutorado PELOS ALUNOS EM TEMPO HÁBIL: (Dominio- PROCESSO: c. Fluxo discente e saída)
Avalie atribuindo valor de 0 (pouco significativo) a 10 (muito significativo) (Dominio- PROCESSO: a. Execução)

A) Dedicção discente

0 1 2 3 4 5 6 7 8 9 10

Pouco significativo ○ ○ ○ ○ ○ ○ ○ ○ ○ ○ ○ ○ Muito significativo

B) Dificuldade cognitiva para acompanhar os conteúdos

0 1 2 3 4 5 6 7 8 9 10

Pouco significativo ○ ○ ○ ○ ○ ○ ○ ○ ○ ○ ○ ○ Muito significativo

Enviar

Fonte: Elaborada pela autora.

Com a finalização de todo o processo descrito, iniciou-se a elaboração final dos instrumentos, buscando manter, de forma equânime, o número de questões para cada domínio nas quatro categorias. Cabe destacar, que algumas questões apresentam um enunciado avaliativo que é desdobrado em vários itens: A, B, C, D, E, F ..., como ilustrado na Figura 8.

Figura 8 - Exemplo de questões desdobradas em vários itens

INSTRUMENTOS_DOCENTES

Perguntas Respostas 27

29) AVALIE QUAIS FATORES A SEGUIR INTERFEREM NA CONCLUSÃO DO MESTRADO/DOCTORADO PELOS ALUNOS EM TEMPO HÁBIL: (Domínio- PROCESSO: c. Fluxo discente e saída)
Avalie atribuindo valor de 0 (pouco significativo) a 10 (muito significativo) (Domínio- PROCESSO: a. Execução)

A) Dedicção discente

0 1 2 3 4 5 6 7 8 9 10

Pouco significativo Muito significativo

B) Dificuldade cognitiva para acompanhar os conteúdos

0 1 2 3 4 5 6 7 8 9 10

Pouco significativo Muito significativo

Fonte: Elaborada pela autora.

Na construção dos instrumentos tomou-se o cuidado de que todas as questões/perguntas fossem elaboradas para todos os atores envolvidos, portanto, ao final da elaboração percebeu-se pouca diferença do número de questões entre os instrumentos de cada categoria, como apresentado no Quadro 2.

Quadro 2 - Número de questões por domínio dos instrumentos produzidos

DOMÍNIOS	Número de questões por domínio em instrumentos			
	Docentes	Agentes Universitários	Mestrandos/doutorandos	Egressos
Perfil	22	19	20	18
Processo	51	46	45	46
Estrutura	13	12	14	16
Resultado	19	13	09	07
Total	105	90	88	87

Fonte: Elaborada pela autora.

Produziu-se, então, um instrumento em formato de questionário para os docentes do PPG-BCS (Apêndice C), um instrumento para os agentes universitários, que desenvolvem alguma atividade ligada ao PPG-BCS (Apêndice D), um instrumento para Mestrandos/doutorando (Apêndice E) e um para os egressos (Apêndice F).

A primeira parte da pesquisa foi concluída com a produção dos instrumentos, contudo, será finalizada quando forem executadas as demais etapas da validação dos instrumentos produzidos.

6.2 Validação dos instrumentos: a busca pela adequabilidade

Os quatro instrumentos construídos passaram pela etapa de validação de conteúdo, a qual identificou a adequabilidade deles. De acordo com o procedimento metodológico, os juízes especialistas foram identificados e convidados a fazer parte do estudo. Contudo, a adesão dos participantes variou de acordo com cada categoria, assim, a quantidade de juízes não foi igual para os quatro grupos de juízes, conforme informações apresentadas no Quadro 3.

Quadro 3 - Relação de participantes/juízes especialistas

Instrumentos	Juízes especialistas	Números de participantes
Docente	Docentes ligados à Programas de Pós-graduação da área interdisciplinar	29
Agente Universitário	Agentes Universitários ligados aos Programas de Pós-graduação	8
Mestrandos/doutorandos	Alunos ligados aos Programas de Pós-graduação da área interdisciplinar	13
Egressos	Ex-Alunos ligados aos Programas de Pós-graduação da área interdisciplinar	13
Total		63

Fonte: Elaboração da autora.

Cada grupo de juízes especialistas foi identificado considerando, principalmente, formação inicial e na pós-graduação, bem como, experiência profissional. Na sequência serão apresentadas as informações de identificação de cada grupo separadamente.

6.2.1 Identificação dos juízes especialistas docentes

Os juízes especialistas que avaliaram o instrumento destinado aos docentes em sua maioria eram do sexo feminino (62,1%), possuíam formação variada, seja na graduação ou na pós-graduação. Destacou-se na graduação a formação em enfermagem com 20,7% do total dos participantes; na sequência Ciências Biológicas com 17,2%; seguida da Educação Física com 13,8%; Biomedicina e Farmácia, ambas com 10,3% de ocorrências; Nutrição e Odontologia com 7% cada; Fisioterapia 3,4% e não completaram a resposta 10,3%.

Na especialização, os cursos que tiveram maiores ocorrências, apresentando cada um 7% do total, foram: Análise clínicas; Ciências do Movimento Humano;

Metodologia do Ensino Superior e Saúde Coletiva/Saúde Pública. Cabe destacar que nem todos fizeram esse nível de formação, pois 34,5% indicaram que não cursaram especialização *Lato Sensu*.

Em relação ao mestrado, as formações que se destacaram foram: Saúde Pública/Saúde Coletiva com 13,8% das ocorrências; Ciências do Movimento Humano e Enfermagem, ambas, com 10,3%, outros cursos foram indicados com menor frequência. A formação no doutorado também foi diversificada, os cursos que mais se destacaram foram: Enfermagem (10,3%); Saúde Pública/Epidemiologia (7%); Saúde Pública/Saúde Coletiva (7%) e Ciências da Saúde (7%). Ressalta-se que todos possuem formação, desde a inicial até a pós-graduação na área da saúde.

Todos eram docentes e possuíam significativa experiência profissional, dentre os participantes registrou-se 48,2% com mais de 20 anos de atuação profissional.

Conclui-se que, dentre os participantes do estudo, os juízes docentes foram os que mais aderiram ao convite, representando 46% do total. A formação acadêmica, seja a inicial, na graduação ou a pós-graduação é diversificada, mas todas com vínculos na área da saúde. Todos desempenhavam atividades docentes em programas de pós-graduação e, em sua maioria, atuavam profissionalmente há mais de 20 anos.

6.2.2. Identificação dos juízes especialistas: agentes universitários

Os juízes especialistas, que avaliaram o instrumento destinado aos agentes universitários, eram em sua maioria do sexo feminino (62,7%), possuíam formação na área das ciências sociais aplicadas, com destaque para a graduação em administração (37,5%), seguida de Gestão de Recursos Humanos (25%). Na pós-graduação, evidenciou-se a formação *lato sensu*, sendo que 50% fizeram diferentes cursos de especialização. Contudo, a pós-graduação *Stricto Sensu* foi citada por um dos participantes que cursou mestrado em Gestão e Desenvolvimento Regional.

Todos eram Agentes Universitários, alguns apresentaram-se como: Técnico administrativo (37,5%); Assistente de Programa de Pós-graduação (12,5%) e Funcionário Público (50%). A maioria (62,5%) possuía mais de 10 anos de atuação profissional.

6.2.3. Identificação dos juízes especialistas: mestrando/doutorandos

Dentre os juízes especialistas, mestrandos/doutorandos, 77% graduaram-se em cursos da área da saúde, sendo eles: Educação física (7,7%); em Fisioterapia (15,3%); Nutrição (7,7%); Farmácia (23,1%); Enfermagem (7,7%); Psicologia (15,3%). Outras formações foram registradas, dentre elas graduação em Matemática (7,7); Ciências contábeis (7,7%) e Turismo (7,7).

Todos fizeram pós-graduação *lato sensu*, a maioria na área da saúde, com destaque para a formação em Saúde Coletiva, com 15,3% das ocorrências, seguida pela: Acupuntura; Farmácia Hospitalar; Gerontologia Social e Nutrição Clínica; Gestão da qualidade; Gestão Operacional e Recursos Humanos; Gestão Tributária; Nutrição Clínica; Psicanálise; Residência em Neonatologia, todas com 7,7% do total e Bioestatística e Docência do Ensino superior, ambas também com 7,7%.

Quanto à formação na pós-graduação, *stricto sensu*, em nível de mestrado, realizaram nas mais variadas áreas de concentração, tendo a área da saúde o seu maior destaque, sendo Ciências da Saúde e Saúde Coletiva, ambas com 15,4% as que mais se destacaram. As demais, todas com 7,7% de ocorrência cada foram: Ambiente e Saúde; Biociências e Saúde; Bioestatística; Ciências Ambientais; Economia; Educação; Letras; Patologia Experimental e Saúde e Gestão para o Trabalho.

Quanto ao doutorado, 61,5% dos juízes indicaram que não fizeram ou concluíram esse nível de formação. Dos que realizaram o doutorado, indicaram que o fizeram em: Patrimônio alimentar: Culturas e Identidades (7,7%); Saúde Coletiva (7,7%); Educação (7,7%); Enfermagem (7,7%) e Desenvolvimento Rural (7,7%).

Em relação à atuação profissional, o percentual maior foi dos que atuam como docentes (38%); nutricionistas (15,4%) e psicólogos (15,4%). Dentre esses, 46,2% atuam profissionalmente há menos de 10 anos; de 16 a 20 anos (23,1%) e não possuem vínculo profissional (23,1%).

6.2.4. Identificação dos juízes especialistas: Egressos

Dos juízes especialistas, que avaliaram o instrumento destinado aos egressos, 76,9% eram do sexo feminino e 23,1% são do sexo masculino, sendo oriundos de cursos da área da saúde, sendo que as graduações em Enfermagem e

Fisioterapia são as que mais se destacaram, perfazendo, ambas, 31% das ocorrências. Outras formações de graduação foram registradas, sendo elas: Farmácia; Ciências Biológicas; Biomedicina; Terapia Ocupacional, todas com 7,6% de ocorrências. Quanto à formação na pós-graduação *lato sensu*, em nível de especialização, 46,2% dos participantes indicaram que não realizaram esse grau de formação; 31% responderam que fizeram especialização em Saúde Pública; 7,6% fizeram especialização em Análises Clínicas; 7,6% em Fisioterapia Hospitalar e 7,6% em Urgência e Emergência.

Em relação a pós-graduação *stricto sensu*, em nível de mestrado, todos fizeram cursos na área da saúde, com destaque para a formação em Biociências e Saúde com 77,1%, seguida da formação em Atenção Integral à Saúde, Ciências Aplicadas à saúde com 7,6% cada e 7,6% não respondeu.

Quanto ao doutorado, os participantes cursaram em: Ciências Biológicas (7,6%); Ciências da Reabilitação (7,6%); Enfermagem (7,6%) Estudos do Lazer (7,6%), e Neurociência (7,6%); 62% não cursaram esse nível de formação.

Quanto à atuação profissional, destacou-se as maiores ocorrências para o exercício da docência (31%); assistência em enfermagem (23%) e estudantes (15,4%). O tempo de atuação profissional de menos de 10 anos (50%) foi o mais evidenciado; seguida de 33,2% com mais de 10 anos e 16,6% sem vínculo profissional até o momento.

6.3 Adequabilidade dos instrumentos a partir dos dados quantitativos

A adequabilidade foi analisada em relação às questões de 1 a 34, sendo as respostas compiladas na Tabela 1. Observando-se as médias mais ou menos os desvios-padrão das porcentagens de adequabilidade das respostas, notou-se que os Docentes foram, dentre os avaliadores, o grupo que mais respondeu de maneira positiva, indicando que $93 \pm 5,3\%$ das questões estavam adequadas. Seguiram-se a eles os Egressos, com respostas que apresentaram $90 \pm 7,0\%$ de adequabilidade. Os Mestrandos e Doutorandos responderam que as questões estavam adequadas em um percentual de $87 \pm 7,9\%$, e os Agentes Universitários, em $78 \pm 9,7\%$ (Tabela 1).

É interessante notar que dentre as 34 questões avaliadas, 7 foram consideradas como adequadas pelos Egressos, 6 pelos Docentes, e 5 questões pelos Mestrandos e Doutorandos. Apenas uma questão foi considerada adequada por todos

os juízes que avaliaram o instrumento destinado aos agentes universitários (100%) (Tabela 1).

Outros dados que valem ser ressaltados são duas questões (8 e 9) que apresentaram apenas 57% de adequabilidade definida pelos avaliadores Agentes Universitários, sendo estes os mais baixos valores dentre todos os dados analisados (Tabela 1). Na sequência, as questões 11 e 17 apresentaram 70% de adequabilidade analisadas pelos Mestrandos e Doutorandos (Tabela 1), o que indica o quão conspícuas e fora do padrão geral são as respostas supracitadas dadas pelos Agentes Universitários. O valor do desvio-padrão (9,7%) obtido para os Agentes Universitários corrobora com essa discussão, indicando que esses avaliadores foram os que apresentaram respostas com maior amplitude de valores (Tabela 1).

Tabela 1 - Porcentagem (%) de adequabilidade dos avaliadores: docentes, agentes universitários, mestrandos e doutorandos, e egressos em relação às respostas de 1 a 34 do questionário; e média geral com seus respectivos desvios-padrão (DP) dos valores de porcentagem

Questões	Docentes	Agentes universitários	Mestrandos e doutorandos	Egressos
1	96%	86%	90%	100%
2	81%	71%	80%	100%
3	92%	86%	100%	92%
4	81%	86%	80%	83%
5	100%	71%	80%	83%
6	85%	86%	80%	92%
7	85%	86%	90%	83%
8	100%	57%	100%	83%
9	96%	57%	90%	83%
10	96%	86%	90%	92%
11	100%	86%	70%	83%
12	100%	86%	80%	92%
13	92%	86%	90%	92%
14	85%	71%	100%	100%
15	96%	71%	90%	83%
16	88%	71%	80%	83%
17	96%	71%	70%	83%
18	92%	71%	100%	83%
19	96%	71%	90%	92%
20	100%	86%	90%	100%
21	96%	86%	90%	100%
22	100%	86%	100%	100%
23	96%	86%	90%	83%
24	96%	71%	90%	92%
25	96%	86%	90%	92%
26	88%	100%	80%	92%

27	92%	86%	80%	100%
28	92%	71%	80%	92%
29	92%	71%	90%	75%
30	92%	71%	90%	83%
31	96%	71%	90%	83%
32	96%	71%	80%	92%
33	92%	71%	90%	92%
34	96%	71%	90%	92%
Médias	93%	78%	87%	90%
DP	5,3%	9,7%	7,9%	7,0%

Fonte: dados da pesquisa

6.3.1 Adequabilidade por domínio

Para facilitar a análise e a compreensão dos dados, foram agrupadas as porcentagens de adequabilidade em relação às questões de 1 a 34 por Domínios, ou Dimensões, estando os resultados exibidos na Tabela 2.

Observando-se de forma geral, as respostas dos avaliadores em relação à adequabilidade das questões agrupadas por Domínios, nota-se que o Domínio Estrutura, que envolve a estrutura física e de pessoal do programa, foi o mais bem avaliado por todos os tipos de avaliadores, sendo que os Docentes o avaliaram com o maior valor (97%) em relação aos demais juízes (Tabela 2).

As médias de respostas de todos os avaliadores em relação aos Domínios indicaram que o mais adequado foi a Estrutura (91%), seguida por valores muito próximos entre si para o Perfil (86,5%), os Resultados (86%) e o Processo (85,75%) (Tabela 2).

Os Docentes foram, dentre todos os juízes, os que atribuíram as melhores notas médias de adequabilidade aos domínios (93%), seguidos pelos Egressos (90%), Mestrandos e Doutorandos (87%), e Agentes Universitários (78%) (Tabela 2).

Tabela 2 - Porcentagem (%) de adequabilidade dos avaliadores: docentes, agentes universitários, mestrandos e doutorandos, e egressos em relação às respostas agrupadas em Domínios (perfil, processo, estrutura e resultado); e média geral dos valores de porcentagem

Porcentagem (%) de adequabilidade por Domínios					
Domínios	Docentes	Agentes universitários	Mestrandos e doutorandos	Egressos	Médias
Perfil	88%	82%	86%	90%	86,50%
Processo	95%	74%	87%	87%	85,75%

Estrutura	97%	82%	91%	94%	91,00%
Resultado	93%	76%	86%	89%	86,00%
Médias	93%	78%	87%	90%	

Fonte: dados da pesquisa

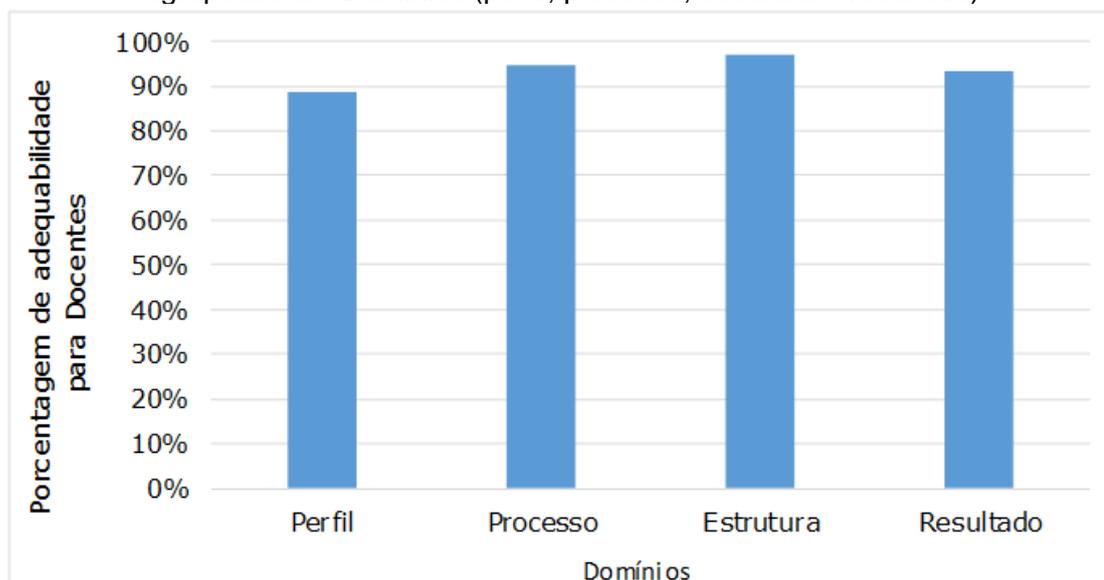
Pelo processo de validação constatou-se que o domínio Estrutura foi considerado o mais bem elaborado, com 91% de adequabilidade, pelas quatro categorias de juízes, seguido do domínio Perfil (86,50%); domínio Resultado (86%) e Processo (85,75%). Os dados sistematizados indicam que os domínios ainda precisam ser revistos e algumas de suas questões deverão ser revisadas, reescritas ou retiradas.

6.3.2 Domínios considerados mais adequados

Abaixo os gráficos individuais de porcentagem (%) de adequabilidade dos avaliadores: Docentes, Agentes Universitários, Mestrandos e Doutorandos, e Egressos em relação às respostas agrupadas em Domínios (perfil, processo, estrutura e resultado) (Figuras 9 a 12).

Os Docentes indicaram o Domínio Estrutura como o mais adequado, seguido por Processo, Resultado e Perfil (Figura 9).

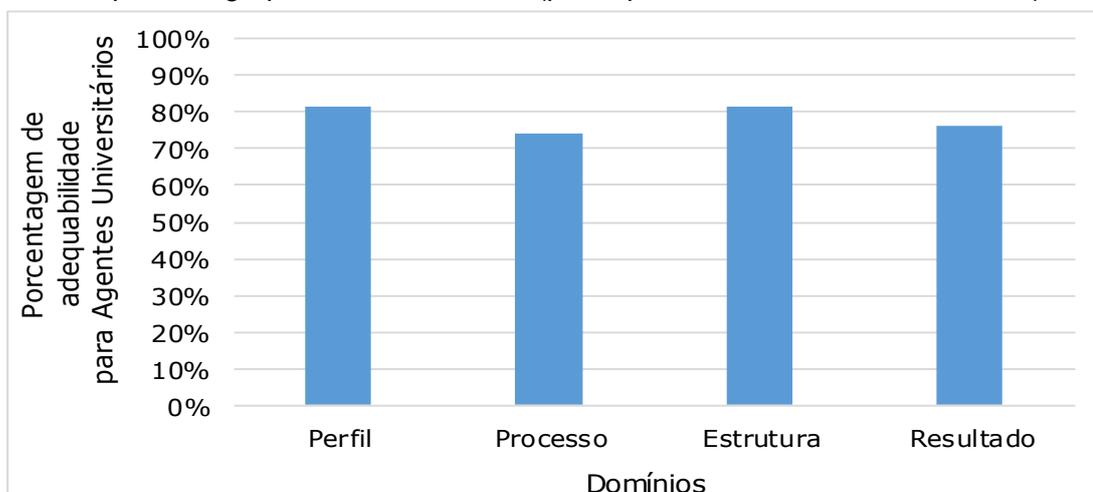
Figura 9 - Porcentagem (%) de adequabilidade dos docentes em relação às respostas agrupadas em Domínios (perfil, processo, estrutura e resultado)



Fonte: Elaborado pela autora

Os Agentes Universitários indicaram os Domínios Estrutura e Perfil como os mais adequados, seguidos pelo Resultado e Processo (Figura 10).

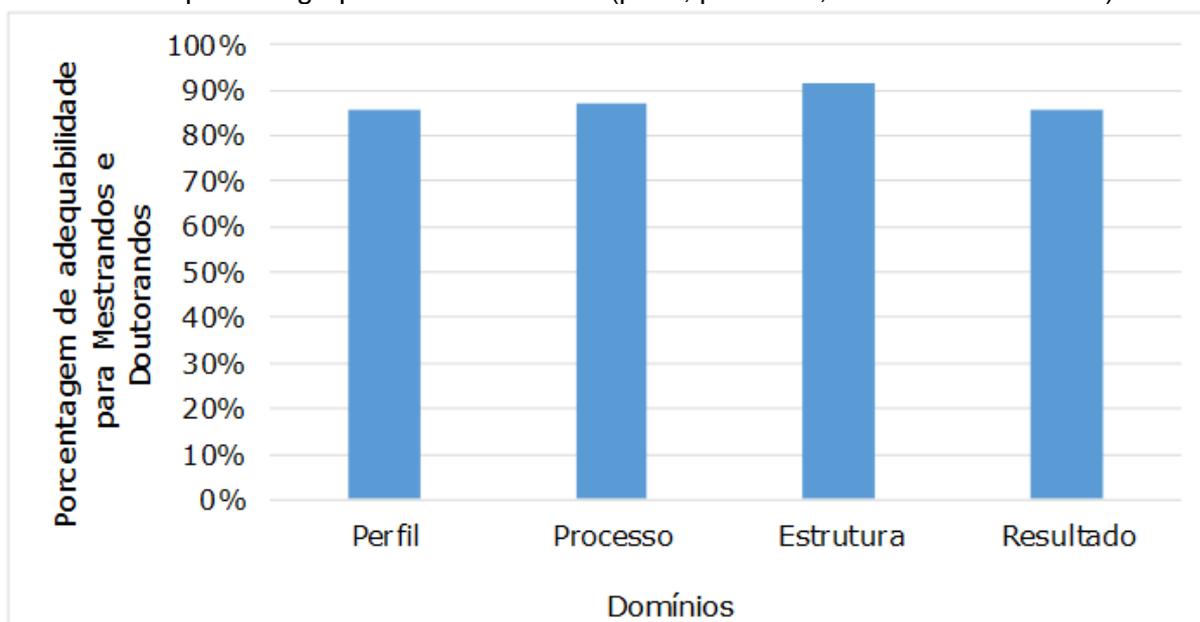
Figura 10 - Porcentagem (%) de adequabilidade dos Agentes Universitários em relação às respostas agrupadas em Domínios (perfil, processo, estrutura e resultado)



Fonte: Elaborado pela autora

Os Mestrandos e Doutorandos assinalaram o Domínio Estrutura como o mais adequado, seguido por Processo, Perfil e Resultado (Figura 11).

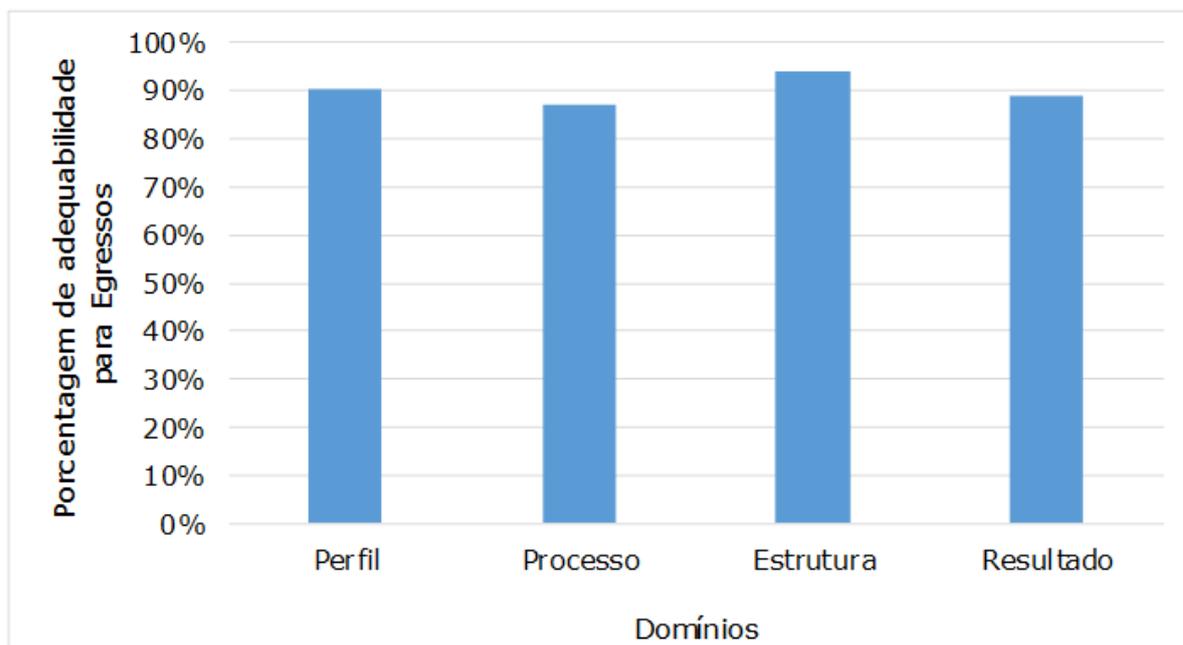
Figura 11 - Porcentagem (%) de adequabilidade dos Mestrandos e Doutorandos em relação às respostas agrupadas em Domínios (perfil, processo, estrutura e resultado)



Fonte: Elaborado pela autora

Os Egressos responderam que o domínio Estrutura foi o mais adequado, seguido pelo Perfil, Resultado e Processo (Figura 12).

Figura 12 - Porcentagem (%) de adequabilidade dos Egressos em relação às respostas agrupadas em Domínios (perfil, processo, estrutura e resultado)



Fonte: Elaborado pela autora

Os dados quantitativos permitem inferir que para juízes docentes e juízes mestrandos e doutorandos o domínio Perfil é o que apresenta maiores fragilidades, portanto suas questões precisam ser revistas. Por outro lado, para os mesmos juízes o domínio Estrutura é o que mais se aproxima de um padrão de adequabilidade.

Para os agentes Universitários, o domínio Perfil e Estrutura são os que apresentam mais adequabilidade e o domínio Processo é o que se revela menos adequado à finalidade que se propõe.

O domínio Estrutura também foi considerado pelos juízes egressos como o mais adequado, e o domínio Processo o com menor percentual de adequabilidade.

Diante dos dados apresentados, indica-se que foi unânime a avaliação dos juízes especialistas em indicarem que o domínio Estrutura como o mais adequado. Em relação aos demais domínios (Perfil, Processo e Resultado) cada categoria apresentou avaliação distinta, contudo, o domínio Perfil destaca-se como o segundo a apresentar maior adequabilidade, seguido do domínio Resultado e por último o domínio Processo.

6.4 Adequabilidade dos instrumentos a partir dos dados qualitativos

Os dados qualitativos da validação dos instrumentos, expressos nas respostas dos juízes especialistas às questões abertas, oportunizaram a verificação de sugestões ou outras colocações sobre os domínios dos instrumentos destinados aos docentes, agentes universitários, mestrandos/doutorandos e egressos, sendo esses dados sistematizados, analisados e apresentados em quadros que explicitam de forma categorizada as sugestões dos juízes especialistas. São expostas de forma sintética as avaliações que convergiram, no sentido de alterar, adequar e/ou incluir elementos aos instrumentos. Por razões metodológicas, os dados serão apresentados de acordo com cada categoria de juízes especialistas.

Quadro 4 - Síntese das considerações dos juízes referentes aos domínios do instrumento docente

DOMÍNIO PERFIL	SÍNTESE DA SUGESTÕES DOS JUÍZES
Considerações gerais	Rever alguns erros de digitação
	As questões desse domínio poderão identificar os docentes do Programa, considerando que numericamente, geralmente, não são muitos.
	As questões são mais de cunho individual/privado, ex: número e idade de filho; renda...Será que as questões são centrais para proceder a autoavaliação do Programa de Pós-graduação?
	Talvez as questões não sejam centrais, mas não seria um problema tê-las no instrumento
	Acrescentar questão sobre Formação contínua/permanente na área pedagógica, uma vez que se percebe que essa é uma fragilidade nos mestrados/doutorados acadêmicos (JED 29)
DOMÍNIO PROCESSO	SÍNTESE DA SUGESTÕES DOS JUÍZES
Considerações gerais	Erro de digitação da numeração das questões
	Dar mais objetividade em algumas questões. Problematizar menos e identificar a percepção dos docentes sobre as dificuldades dos alunos.
	Reduzir o número de questões
	Sugiro a inclusão de questão: algum aluno da Pós-Graduação não conseguiu cumprir o prazo para realização de todas as atividades requeridas para o mestrado/doutorado? Qual / quais motivos? (JED15)
Adequação da redação das questões	Acrescentar opção "parcialmente" em questões que apresentam as opções "Sim" e "Não"
	As questões com opções "parcialmente" e "Não" possibilitam que os participantes indiquem as razões que assinalaram uma dessas opções.
	Nas questões que solicitem indicar o tempo dedicado à atuação docente em orientações ou disciplina reformular as questões para possibilitar a mensuração do tempo.
	Trocar questão que indaga quantidade de horas destinadas à orientação para número de orientandos.
	Nas questões que solicitam: Avalie atribuindo valor de 0 (Muito Ruim) a 4 (Muito Bom), acrescentar um campo para justificar o motivo.

	<p>Questões sobre a quantidade de orientações, mereceriam uma referência temporal, tipo: "atualmente" ou " no último ano" ou "em média por semestre</p> <p>Adequar as questões que solicitam o tempo de conclusão do curso pelos mestrandos/doutorandos</p> <p>Acrescentar, na questão 28 que trata sobre o processo de orientação de dissertação e tese, uma pergunta sobre quantas dissertações e teses estão sendo coorientados pelo docente.</p> <p>Na questão referente à prorrogação, não utilizar a palavra "problemas", mas acredito que melhor seria "questões".</p> <p>Rever a questão 29 é do aluno dos docentes ou alunos em geral</p>
Questões sobre interdisciplinaridade	<p>Interdisciplinaridade ainda é um conceito insuficientemente claro. Será que os participantes não responderão "sim" em todas as questões relacionadas a isso? Me parece que falta algo que melhor qualifique (e mostre) a interdisciplinaridade (JED14)</p> <p>Interdisciplinaridade ainda é um conceito insuficientemente claro. Será que os participantes não responderão "sim" em todas as questões relacionadas a isso? Me parece que falta algo que melhor qualifique (e mostre) a interdisciplinaridade (JED14)</p> <p>Não tenho certeza se a interdisciplinaridade pode ser observada de fato no questionário. Acredito que seja possível identificar potenciais docentes que podem ser colaboradores, entretanto fica difícil identificar a interdisciplinaridade propriamente dita (JED13)</p>
DOMÍNIO ESTRUTURA	SÍNTESE DA SUGESTÕES DOS JUÍZES
Considerações gerais	Este instrumento é de vital importância porque possibilita conhecer a fonte de fomento para o desenvolvimento da pesquisa (JED1).
Sobre questões relacionadas ao fomento à pesquisa	<p>Incluir questões voltadas para a participação dos docentes nos editais de fomento, saber se o docente participa ativamente de editais com o encaminhamento de projetos, mesmo não sendo contemplado, para quantos, nos últimos anos, fez o encaminhamento de propostas. Em quantos projetos submetidos foi coordenador e em quantos, membro da equipe de fomento nacionais ou internacionais</p> <p>Muitas questões expressam apenas a percepção do professor sobre a fonte de fomento e não o impacto da produção. Algumas questões não são claras em relação ao que se propõe. Nem todas as questões atendem de forma clara os objetivos.</p> <p>Incluir avaliação na percepção docente da contrapartida institucional, com relação a bolsas para o programa, estrutura física, insumos e não apenas agências de fomento.</p> <p>Perguntar: em quais fontes de fomento você aprovou projetos? Quantos projetos aprovados? Qual valor? (JED16)</p>
Sobre questão relativa a estrutura física	É preciso avaliar de forma separada a infraestrutura de pesquisa e de salas de aula e espaços de estudo
DOMÍNIO RESULTADO	SÍNTESE DA SUGESTÕES DOS JUÍZES
Considerações gerais	É de fundamental importância reconhecer a estrutura de funcionamento da pesquisa e seus desdobramentos no incentivo da educação continuada; Atingem os objetivos.
Sobre espaços os resultados das pesquisas produzidas no PPG-BCS têm sido divulgados	<p>Incluir alguma indagação sobre "qualidade", seja utilizando, mas métricas vigentes (Qualis, Scopus, FI) ou perguntando que os docentes acreditam que as produções desta PPG têm "qualidade"</p> <p>Qual o tipo de produto o docente produziu ou está em produção? Livro, capítulo, artigo, resumo, software, protocolos etc.</p>

Fonte: Elaborado pela autora

De forma geral, há várias sugestões de adequações, desde erros de digitação das questões do instrumento até adequação das perguntas, principalmente, quanto à demarcação do tempo, quando se solicita a avaliação de determinadas ações relacionada aos períodos ou ao tempo gasto. As sugestões foram incorporadas no sentido de melhorar o entendimento do que se solicita no processo de avaliação.

Alguns juízes especialistas indicaram a necessidade de rever questões do domínio Perfil, principalmente para dar qualidade e pertinência às questões, assim sendo, tomou-se a decisão de adequar o referido domínio do instrumento docente, retirando algumas perguntas que poderiam identificar os participantes e procedendo à reescrita de outras, nas quais as respostas teriam mais cunho de informação individual do que dados objetivos para qualificar o processo de autoavaliação do programa. Também, como resultado do processo de validação da adequabilidade, foi acatada a sugestão de um dos juízes quanto à inserção de uma questão se os docentes participam de processo de formação pedagógica, como expressão de formação permanente.

Quanto ao domínio Processo, os juízes indicaram que algumas questões devem ser reescritas, além de ser acrescentado mais opções de resposta, por exemplo, “Parcialmente” e “Não” em algumas perguntas do formulário.

Nas questões que solicitam respostas relacionadas aos períodos, seja de orientações ou do período/prazo cursado pelos alunos mestrandos/doutorandos, houve a indicação de reformular a questão para possibilitar a mensuração do tempo, além de indicar se a questão é direcionada para os mestrandos e ou doutorandos e, se as questões são para os mestrandos e doutorandos de forma geral ou os orientandos do docente que irá responder ao formulário.

Sugere-se inserir uma questão que indague o número de dissertações e teses em que o docente tem coorientado e, assim, dar visibilidade a essa atividade docente rotineiramente exercida pelos professores de Pós-graduação. Com relação à questão que aborda os motivos de prorrogação do término do mestrado e doutorado sugere-se substituir a palavra “problemas” pela palavra “questões”.

Quanto ao domínio Estrutura, sugeriu-se rever/reescrever questões relacionadas ao fomento à pesquisa, para que atinjam a finalidade do domínio e identifiquem de forma mais objetiva a avaliação dos docentes. Assim, indicou-se a inserção de questão quanto à participação docente, como coordenador ou membro de projetos concorrente em editais de fomento e quantos projetos do docente foram

contemplados em editais de fomento, com o intuito de verificar se o docente do programa tem participado ativamente dos diferentes processos de financiamento à pesquisa. Ainda, houve a indicação da elaboração de questão que vise a levantar a percepção docente da contrapartida institucional, com relação às bolsas para o programa, estrutura física, insumos e não apenas agências de fomento.

Quanto ao domínio resultado, recomenda-se que seja incluída alguma indagação sobre "qualidade" das produções do Programa de Pós-Graduação, para que o docente possa expressar o quanto avalia se a produção científica tem gerado algum impacto social. Em relação aos comentários e sugestões gerais sobre o instrumento destinado aos docentes, 14 juízes registraram indicações e sugestões variadas. Dentre os comentários, destacou-se aqueles que ressaltaram a relevância, a pertinência e a adequabilidade do instrumento, conforme exemplificado em algumas respostas que seguem em destaque:

Estou de acordo com o instrumento apresentado de muita relevância para o aprimoramento da equipe e da instituição (JED1).

No geral, está muito interessante e pertinente. Apenas acredito que a questão da qualidade das publicações poderiam ser melhor abordadas (JED4).

Considero o formulário adequado (JED6).

Parabéns, o instrumento está muito bem elaborado, contemplando informações necessárias para atingir os objetivos do projeto (JED7).

O questionário é de fácil preenchimento e contempla os objetivos previstos (JED9).

Parabéns pelo excelente instrumento! (JED19).

Outros comentários indicaram que o instrumento ficou longo, que possui muitas questões, fato que pode dificultar no processo de adesão à proposta de autoavaliação. Nesse sentido, há a sugestão de pensar em estratégias de envolvimento dos docentes no processo.

Questionário muito longo (JED17).

Formato de autoavaliação bem completo, abrangente. Creio que esteja bem adequado. Não sei qual é a adesão do corpo docente frente as demandas do programa. Mas talvez seja interessante fazer um trabalho de conscientização da importância do preenchimento

sério do instrumento para o futuro do programa. Pois para ser abrangente assim, é longo, extenso. Por vezes, os docentes podem deixar de preencher. Por isso a importância de evidenciar a coparticipação de todos nesse processo (JED18).

Minha sugestão é que a avaliação das questões de cada formulário (processo, domínio estrutura e domínio resultado) viesse separadamente logo após cada formulário (JED21).

As indicações dos juízes especialistas docentes foram acatadas e o instrumento destinado aos docentes foi revisto, considerando a pertinência das sugestões dos avaliadores.

O Quadro 5, apresenta de forma sumarizada as sugestões dos juízes que avaliaram o instrumento voltado aos agentes universitários. Destaca-se, que nesse grupo não houve muitas sugestões de alteração do instrumento.

Quadro 5 - Síntese das considerações dos juízes referentes aos domínios do instrumento Agentes Universitários

DOMÍNIO PERFIL	SÍNTESE DA SUGESTÕES DOS JUÍZES
Considerações gerais	Nas questões com mais de uma resposta poderiam inserir campos distintos para facilitar o preenchimento e posterior coleta dos dados. 1) Administração 2) Ano de 2007 3) Faculdade Assis Gurgacz (JEAU6).

Fonte: Elaborado pela autora

No instrumento para os agentes universitários houve uma proposta de adequação, que foi no domínio Perfil com relação à questão sobre formação e titulação, sugeriu-se a inserção de campos distintos ao ser indagado sobre a formação na graduação, o ano de conclusão e a instituição cursada. Dessa forma, a sugestão foi acolhida, com a finalidade de facilitar a compreensão e o preenchimento da questão no instrumento.

Os juízes especialistas que avaliaram o instrumento destinados aos mestrandos e doutorandos indicaram de forma geral a necessidade de reescrever algumas questões no sentido de se adequarem aos objetivos de cada domínio dos instrumentos, conforme apresentado no Quadro 6

Quadro 6 - Síntese das considerações dos juízes referentes aos domínios do instrumento Mestrandos e doutorandos

DOMÍNIO PERFIL	SÍNTESE DA SUGESTÕES DOS JUÍZES
Considerações gerais	Reescrever algumas questões para facilitar a compreensão e atingir o objetivo para o qual os instrumentos foram construídos.

	Possibilitar o aumento da quantidade de alternativas em algumas questões, referentes à quantidade e idade dos filhos assim atender a necessidade de opções de resposta ao entrevistado.
	Quanto ao financiamento para a formação, rever a questão e indicar alternativas que permitam identificar em qual etapa da formação houve auxílio financeiro.
DOMÍNIO PROCESSO	SÍNTESE DA SUGESTÕES DOS JUÍZES
Quanto as questões sobre horas dedicadas ao programa	Na questão sobre a quantidade de horas dedicadas às atividades do programa, solicitar qual etapa do curso o entrevistado está, como também é necessário definir se este tempo dedicado está classificado em horas semanais ou em horas ao dia.
Processo de formação ofertado pelo PPG- BCS	Rever questões sobre: “domínio dos conteúdos prévios”, seria para avaliar a entrada, o processo de seleção ou para verificar o desenvolvimento no decorrer do Programa; rever se o foco seria apenas no desenvolvimento individual do aluno.
	Na questão que solicita a avaliação da relação orientador-orientado, deixar explícito se é a relação do aluno do PPG-BCS com o seu orientador ou se é uma avaliação geral
	Quando se questiona se a disciplina e estágio docente não são obrigatórias para todos, sugere-se deixar separado em duas questões.
	Na questão sobre a articulação do PPG-BCS com a Educação básica deixar mais objetiva, para que não seja tendenciosa.
Quanto ao processo de orientação	Na indagação acerca da possibilidade em desistir do mestrado/doutorado, sugere-se transformar a questão em fechada e apresentar múltiplas opções de respostas, para facilitar a análise das respostas.
DOMÍNIO ESTRUTURA	SÍNTESE DA SUGESTÕES DOS JUÍZES
Fontes de fomento	Direcionar as questões para avaliar as fontes de fomento, incentivo e estrutura ao projeto do mestrando ou doutorando, pois cada linha de pesquisa terá uma demanda necessária de recursos
	Em relação às fontes de fomento, as questões podem ser de múltipla escolha.
	Expor o valor das bolsas de estudo, nas questões sobre as fontes de fomento.
DOMÍNIO RESULTADO	SÍNTESE DA SUGESTÕES DOS JUÍZES
Sobre divulgação da pesquisa	Quanto aos espaços nos quais os resultados de pesquisa têm sido divulgados sugeriu-se: “acrescentar alguns exemplos de estratégias de divulgação na pergunta 25J, uma vez que apenas o enunciado pode gerar dúvidas (JEMD7).

Fonte: Elaborado pela autora

Os juízes indicaram a adequação de algumas questões referentes, principalmente, à caracterização dos entrevistados, quanto ao conhecimento a respeito das fontes de fomento e quanto aos espaços de divulgação da pesquisa realizada. Sendo assim, foram sugeridos o melhoramento da redação de questões para facilitar a compreensão, bem como, o acréscimo de alternativas para atender à necessidade de resposta do público-alvo do instrumento.

Quanto ao domínio Processo, sugeriu-se que nas questões que indagam sobre a carga horária dedicadas ao desenvolvimento da pesquisa e as demais atividades formativas propostas pelo Programa que seja definido um valor de tempo, seja em horas semanais ou horas por dia. Há, ainda, sugestão quanto ao termo “domínio dos conteúdos prévios” se a questão que solicita tal avaliação refere-se à entrada dos alunos no programa, no processo de seleção ou se relaciona-se ao seu desenvolvimento no decorrer do programa.

Em relação à indagação acerca da possibilidade em desistir do mestrado/doutorado, um dos juízes indicou transformá-la numa questão fechada e apresentar múltiplas opções de respostas, para facilitar a análise das respostas.

As sugestões gerais sobre o instrumento destinado aos mestrandos/doutorandos, foram apresentadas no final do formulário de validação do instrumento por três juízes. Dentre as propostas, foi ressaltado a relevância de elaborar questões que avaliem o retorno da pesquisa para a sociedade, por meio da divulgação dos dados, fora do meio acadêmico.

Uma sugestão em relação ao retorno da pesquisa para a sociedade, de que maneira há divulgação dos dados, fora da academia. No mais, parabéns pela pesquisa! (JEMD13).

Outra sugestão, foi a de transformar as questões que solicitam uma pontuação de 0 a 5, em questões descritivas, que oportunizem o entrevistado a expor melhor sua resposta. E ainda, foi sugestionado, que abaixo de questão, tivesse um espaço para inserir o grau de concordância e o comentário, sobre a pergunta realizada.

Nas questões em que avaliam muito ruim e muito bom com pontuação de (0 - 5) penso que seria interessante colocar em alternativas descritivas, acredito que facilite o entrevistado a expressar melhor a sua resposta bem como as pesquisadoras interpretarem o resultado. por exemplo se ele escolher a opção 2 seria parcialmente bom? (JEMD1)

Seria mais fácil, prático e perceptível a análise para os juízes... se abaixo de cada questão viesse inserido o grau de concordância e o espaço para sugestão ou questionamentos [...] (JEMD11).

De acordo com as indicações dos juízes, o instrumento dos mestrandos e dos doutorandos necessita revisão.

O instrumento voltado aos egressos ao ser avaliado pelo grupo de juízes, também recebeu sugestões de adequação, as indicações seguem apresentadas no Quadro 7.

Quadro 7 - Síntese das considerações dos juízes referentes aos domínios do instrumento egressos

DOMÍNIO PERFIL	SÍNTESE DA SUGESTÕES DOS JUÍZES
Considerações gerais	Transformar algumas questões fechadas em questões descritivas, oportunizando a resposta mais completa.
	Melhorar a escrita de algumas questões, para haver compatibilidade da compreensão do entrevistado ao objetivo da questão
Idade de ingresso ao PPG-BCS	Se for aplicado para egressos do mestrado, a pergunta sobre idade de ingresso no doutorado pode não se aplicar, então precisa ter essa opção;
Sobre ter filhos durante o curso e Idade dos mesmos	<p>Reescrever a questão sobre “Teve filhos durante” deixar separado se foi durante o mestrado ou doutorado. 6).</p> <p>Avalio que a idade dos filhos é uma informação irrelevante para o processo. Não entendo como ela se relaciona ao perfil sociodemográfico/profissional do sujeito (JEE11).</p>
Ingresso e atuação	Reescrever a questão sobre o tempo de vínculo com a Universidade, direcionando a pergunta ao período em que esteve como aluno da graduação
	Acrescentar mais alternativas na questão sobre o ano que entrou no PPG-BCS.
	Permitir nas questões, a possibilidade de assinalar mais de uma alternativa.
Atuação profissional e desdobramento	Sobre a questão relacionada ao salário, observar a necessidade de atualizar o valor conforme o salário mínimo na data da pesquisa.
	Acrescentar menores opções com menores valores de renda mensal.
	Quanto ao setor em que trabalha, permitir que o participante marque mais de uma opção, considerando que os indivíduos se enquadram em mais de uma das opções apresentadas na questão.
	Sugere-se reescrever a pergunta sobre a carga horária semanal trabalhada, indicando que o sujeito deverá considerar todas as suas atividades profissionais.
	As sugestões para as questões sobre formação/ titulação, foram com relação ao aumento de alternativas para as questões, para assim atender a necessidade de resposta ao entrevistado.
Formação/titulação	Sugere-se rever a forma de apresentação da questão acerca da “formação, ano de conclusão e instituição” dividir a questão em três itens (a1, a2 e a3, p.ex.), assim facilitará a análise posterior e facilita a resposta do sujeito
	Rever a questão sobre o tipo de IES em que ocorreu a formação, especificamente nas opções ter cursado parcialmente em instituição pública e parcialmente em instituição privada, pois a presença das duas pode levar o sujeito a ter dúvida na resposta
	Ao indagar se recebeu financiamento para a formação acadêmica e na Pós-graduação se foi a partir da graduação ou em período anterior.

	Na questão sobre participação em atividades na graduação reescrever indicando que por ser de ensino/pesquisa/extensão, assim o sujeito poderá indicar uma dentre essas opções.
DOMÍNIO PROCESSO	SÍNTESE DA SUGESTÕES DOS JUÍZES
Considerações gerais	Melhorar a redação das perguntas, para serem mais bem compreendidas pelo entrevistado. Realizar revisão gramatical, em algumas questões.
Processo de formação no PPG-BCS	Ao perguntar sobre formação, sempre deixar explícita se está sendo referida a graduação ou o mestrado
	Rever a questão que se refere a quantidade de tempo em horas dedicadas ao PPG – BCS se seriam em semanas ou diárias.
	Alterar redação da questão sobre “Domínio dos conteúdos prévios” para “O conhecimento prévio”.
	Reescrever as alternativas da questão sobre o processo de formação ofertado no PPG – BCS, direcionando a pergunta com a visão do egresso, sobre o que ele viveu como mestrando ou doutorando.
	Acrescentar alternativas de sim ou não, para as questões sobre as disciplinas obrigatórias e eletivas ofertadas pelo Programa.
	Acrescentar alternativas ou reescrever as opções das questões, sobre o período de conclusão do mestrado e doutorado.
	Aumentar a possibilidade de respostas nas questões, com a alternativa não se aplica.
	Rever questões que solicitam a avaliação da relação professor-aluno, orientador-orientando e deixar mais evidente se é da relação do egresso com o seu professor/orientador ou se é de forma geral.
	Rever questões sobre avaliação do egresso sobre participação em grupos de pesquisa, se é particular ou dos alunos de forma geral.
	Nas questões com opções () Não; () Parcialmente; () Sim. Sugere-se que seja incluída a opção “Justifique sua resposta: _____”
Processo de orientação	Rever as opções de resposta da questão sobre o tempo que levou para concluir o mestrado, pois “Dois anos e meio” e “Mais de dois anos” se anulam.
	Quanto aos motivos para prorrogação de prazo deixar a possibilidade de assinalar mais de motivo.
	Na questão “Quando cursava o mestrado/doutorado você pensou em desistir? Justifique sua resposta.” Sugere-se deixar apresentar as seguintes alternativas: () não; () Sim. Por quê?: _____
Sobre a interdisciplinaridade	Sugere-se no enunciado da questão sobre avaliar a interdisciplinaridade no programa rever, pois pode ter alunos que não a realizaram, assim a pergunta deveria ser não obrigatória, bem como indicado no enunciado, “caso tenha realizado”.
	Rever a questão sobre o estágio docente e extensão, pois se não for de participação de 100% dos alunos, a pergunta não se aplica a todo.
DOMÍNIO ESTRUTURA	SÍNTESE DA SUGESTÕES DOS JUÍZES
Considerações gerais	Na questão sobre fontes de fomento, será possível evidenciar a falta de conhecimento sobre o assunto pelos alunos, sendo assim as perguntas sobre, são importantes de serem feitas.
	Realizar correção gramatical.
	Rever a questão sobre "Problematizar as dificuldades para a publicação dos resultados das pesquisas produzidas no PPG-BCS", sugere-se: “Caso você tenha encontrado dificuldades na

	publicação dos seus resultados, o motivo é: financeiro, demora das revistas, idioma, (e outras possibilidades)”
	Na questão sobre a avaliação à política de incentivo à ciência e tecnologia nacional, acrescentar além das opções de respostas indicadas a possibilidade: “Não sei opinar.”
DOMÍNIO RESULTADO	SÍNTESE DA SUGESTÕES DOS JUÍZES
Considerações gerais	Melhorar a escrita de algumas questões, para contemplar o entendimento do entrevistado X o objetivo da pergunta. Realizar correção gramatical/ concordância.
Período em que esteve matriculado no PPG-BCS	Na questão sobre participação em eventos permitir a escolha de mais de uma opção
	Rever a questão que indaga sobre se após o término do Mestrado/Doutorado fez outra formação. Sugere-se que seja apresentada as seguintes alternativas: () não; () Sim. Qual: _____
	Quanto a formação continuada deixar evidente o que está sendo considerado formação continuada, se é o doutorado após o mestrado e o pós-doc depois de doutorado.

Fonte: Elaborado pela autora, dados da pesquisa

Os juízes especialistas egressos, de uma forma geral, fizeram diversas sugestões, desde a correção gramatical, como o melhoramento da redação de algumas questões, com a finalidade de promover melhor compreensão das informações que se busca levantar, como demonstrar o objetivo das perguntas. Além disso, os juízes indicaram a necessidade de adequar certas questões no sentido de apresentar múltiplas opções de respostas e assim, permitir ao egresso indicar de forma mais objetiva dados que permitiram realizar o processo de autoavaliação do programa de forma mais completa.

Quanto às questões voltadas à interdisciplinaridade, o grupo de juízes sugeriu a necessidade de rever a redação do enunciado da questão, bem como, a não obrigatoriedade de o entrevistado responder, pois segundo um juiz, o egresso pode não ter vivenciado a interdisciplinaridade. Tal sugestão partiu da concepção de que a interdisciplinaridade é uma técnica/estratégia que é usada ou não pelos sujeitos do Programa, mas tal sugestão não considera que a interdisciplinaridade é uma postura teórico-metodológica que deve fundamentar todas as atividades do programa. Nesse sentido, optou-se por não acatar a essa sugestão, pois se o egresso tiver dificuldade ou não responder como a interdisciplinaridade foi vivenciada nas disciplinas, nas pesquisas e demais atividades do programa, será um indicativo importante, constituindo-se em dado que poderá revelar fragilidades quanto aos encaminhamentos didáticos-pedagógicos do programa para favorecer a interdisciplinaridade.

Outra indicação para adequação do instrumento e que não foi aceita, refere-se à questão sobre a participação do egresso em estágio docente e em projetos de extensão. O juiz indicou que a referida indagação deveria ser direcionada e não deveria ser realizada para todos os egressos, sob o argumento de que nem todos vivenciaram tais experiências. A decisão em deixar a pergunta é justamente para identificar se os egressos participaram de outras atividades além das aulas e pesquisa de dissertação ou tese.

Na questão final do formulário de validação sete juízes indicaram sugestões, sendo que dois ressaltaram a pertinência da aplicabilidade do instrumento, conforme fragmentos abaixo:

Parabéns pela iniciativa do questionário! As questões são muito pertinentes para avaliar a qualidade do programa e de que forma os egressos estão se formando (JEE1).

Pesquisa muito válida, prazer em participar! (JEE3)

Ainda, dentre as sugestões gerais, cinco juízes indicaram que o formulário precisa ser retomado quanto à revisão ortográfica e gramatical e sobre a quantidade de questões elencadas, o que deixa o instrumento longo, fato que poderá dificultar a adesão dos egressos ao processo de avaliação.

(..) É preciso uma extensa revisão ortográfica e gramatical. Há erros de concordância verbal e nominal, bem como perguntas ora na primeira ora segunda pessoa do singular, enquanto outras são formais, sem indicação do tempo verbal (JEE6).

Esse questionário é muito grande e leva muito tempo para respondê-lo, deveria ser informado o tempo estimado para responder [...] (JEE7).

Acho interessante uma questão pontual do que o aluno cursou no programa, se foi mestrado, doutorado ou ambos... (JEE9).

[...] Percebi que são perguntas bem cansativas e acredito que poucas pessoas responderiam tudo (JEE10).

O formulário é bom, amplo e completo, o que proporciona um conhecimento geral sobre o egresso. Por outro lado, avalio que é excessivamente grande (20 minutos para responder esse tipo de pesquisa é cansativo e, via de regra, as pessoas não dedicam esse tempo para ajudar em pesquisas, dizendo por experiência própria) (JEE11).

Quanto ao destaque acerca da quantidade de questões do instrumento, tudo indica que após o processo de validação de adequabilidade que será revisto o número de questões, podendo gerar certa redução delas. De forma geral, as sugestões indicadas pelos juízes especialistas serão realizadas, sejam elas de revisões e adequações nos instrumentos.

7. DISCUSSÃO

O processo de construção de instrumentos, especificamente de avaliação de determinada realidade, exige rigor metodológico, que vai desde a identificação dos elementos que se quer avaliar até a escolha e explicitação da base teórica, do fundamento teórico-metodológico que guia a elaboração dos domínios e questões, que por sua vez, explicitam elementos, dados empíricos que servem de balizadores de qualificação da situação que se quer avaliar. Nesse sentido, Siqueira *et al.* (2018) em estudo que objetivou desenvolver, identificar a validade de conteúdo e estimar a confiabilidade de um instrumento para avaliação da assistência quanto à vacinação na perspectiva dos seus usuários, indicaram que a construção de instrumentos é uma atividade complexa, pois exige a compreensão de construtos teóricos que sustentam a intervenção que se quer.

Para a construção de instrumentos de medida, Coluci, Alexandre e Milani (2015) considera importante que os objetivos sejam definidos e tenham conexão com os conceitos a serem abordados. Ainda, aponta que a caracterização da população-alvo também é importante, pois contribui para justificar a relevância da criação de um instrumento específico.

Um instrumento é considerado válido para Bellucci Júnior e Matsuda (2012), quando sua construção e aplicabilidade permitem mensurar de forma fiel aquilo que se tem como objetivo. Oliveira *et al.* (2017) salientam que o uso de instrumento construído para o monitoramento do programa de promoção da saúde, permitiu categorizar as etapas do programa nas dimensões: estrutura, processo e resultado, conforme modelo sistêmico proposto por Donabedian, além de mensurar a eficiência e eficácia de cada dimensão, identificando seus pontos fracos e fortes, permitindo assim ajustes necessários.

Mediante os resultados da pesquisa, emergentes dos dados quantitativos e qualitativos, oriundos de parte do processo de validação, a qual buscou verificar a adequabilidade dos instrumentos produzidos, destacam-se algumas considerações.

Em relação à adesão dos participantes no processo de validação, ficou nítida a diferença entre as categorias de juízes especialistas, enquanto os juízes docentes e agentes universitários, numericamente aderiram mais, 17,5% e 16,6% respectivamente, por outro lado os juízes que avaliaram os instrumentos destinados

aos mestrandos/doutorandos e egressos aderiram menos, sendo 6,4% e 6,3% respectivamente. O que talvez explique a diferença de adesão dos participantes, pode estar relacionado ao nível de envolvimento nas atividades de pós-graduação, ou seja, os docentes e agentes universitários, por estarem cotidianamente vivenciando e fazendo parte da internalidade do processo de formação, acabaram por reconhecer a importância e necessidade da participação na pesquisa. Enquanto o vínculo dos mestrandos/doutorandos e egressos com o programa não os aproximam da temática abordada na pesquisa e a relevância da sua participação como integrante do processo. Esse dado poderá servir para organizar estratégias para envolver tais categorias no processo de autoavaliação do Programa.

Apesar da diferença numérica em relação aos participantes nas categorias de juízes especialistas, a avaliação dos instrumentos, tanto no aspecto quantitativo quanto qualitativo, ofereceu dados, indicações e recomendações importantes que auxiliaram no processo final de validação dos instrumentos propostos.

O objetivo deste estudo foi elaborar instrumentos específicos, conforme a categoria dos atores que fazem parte do processo ensino aprendizagem do Programa de Pós-Graduação em Biociências e Saúde. Com vistas a monitorar a qualidade do processo formativo ofertado e dessa forma, colaborasse no processo de autoavaliação do programa. Para atender a essa proposta, seguiu-se as etapas metodológicas que contemplam inicialmente a validação de conteúdo dos instrumentos criados com base em diversos pesquisadores (PASQUALI, 1999; RAYMUNDO, 2009; POLIT; BECK, 2019).

Nos estudos encontrados na literatura sobre a construção e validação de um instrumento (PASQUALI, 1999; RAYMUNDO, 2009; ALEXANDRE et al., 2013; POLIT; BECK, 2019), a heterogeneidade na amostra é uma indicação para que o instrumento represente o participante que deseja investigar. Neste estudo, a amostra se constituiu de docentes, agentes universitários, mestrandos/doutorandos e egressos de programas de pós-graduação. O perfil desses participantes, demonstra que de uma forma geral, o maior percentual dos participantes desta pesquisa é do sexo feminino, tem formação na área da saúde, a maioria atua como docente e tem mais dez anos de atuação na área de formação. Esses dados, apontam que a amostra de juízes do estudo é representativa, pois mostra uma pequena parcela do grupo de cada um dos sujeitos que fazem parte do processo de ensino e aprendizagem *Stricto Sensu*. E dessa forma, esses dados vão ao encontro do apresentado no GEOCAPES, que

aponta que no ano de 2019, no estado do Paraná havia 17.732 docentes da área multidisciplinar e 33.773 mestrandos, em programas acadêmicos e profissionais e 23.257 doutorandos matriculados na área de ciências da saúde. Não trazendo informações sobre Agentes universitários e egressos da área interdisciplinar (BRASIL, 2019b).

Ao resgatar o perfil dos participantes do estudo, é possível ter informações capazes de subsidiar a análise de como o processo de formação na pós-graduação tem influenciado na inserção no mundo do trabalho e no desenvolvimento do país. Para que os objetivos dos instrumentos tenham alcance, Estevam e Guimarães (2011) indicam que os processos avaliativos devem se constituir em um sistema que permita a integração das diversas dimensões da realidade avaliada, assegurando as coerências conceitual, epistemológica e prática.

Dessa forma, os instrumentos desta pesquisa estão compostos por 34 questões, distribuídas nos domínios Estrutura, Processo e Resultados. Dimensões estas que possibilitaram a organização dos temas a serem avaliados em conformidade com a ficha de avaliação da Capes. Nessa ficha, os quesitos para avaliação estão distribuídos nos aspectos relativos ao Programa, que compreendem os elementos estrutura física e de pessoal, perfil docente; a formação, em que estão incluídas a qualidade das produções científicas, produção intelectual de egressos e discentes, qualidade das atividades de pesquisa, da produção intelectual e envolvimento do corpo docente do programa em relação às atividades do programa; ao Impacto na sociedade, quesito este que inclui as repercussões no setor econômico, social e cultural, bem como, a internacionalização e visibilidade do programa (BRASIL, 2019b).

Com indicações feitas pela Capes em documento denominado como Ficha de Avaliação da Área Interdisciplinar – 2019, foi possível transpor estas etapas e estruturar os instrumentos com base no modelo do Donabedian (1990; 2000), considerando os domínios: Processo, Estrutura e Resultado. O quesito programa refere-se ao domínio Estrutura, apresentado nos instrumentos construídos; o relativo à formação compreende o domínio Processo; e o impacto na sociedade, refere-se no instrumento proposto, ao domínio Resultado. O formato dos instrumentos foi apontado pelos juízes especialistas, como positivo e necessário.

No desenvolvimento dessa pesquisa muitos percalços foram enfrentados, mas o principal foi o de realizá-la em um momento pandêmico, situação que estamos

vivendo desde o mês março de 2020. O vírus da COVID-19 devido a sua alta taxa de letalidade nas diferentes faixas etárias e condições sociais, fez com que as sociedades das mais variadas regiões do mundo todo parassem suas atividades de contato humano, com a finalidade de promover o isolamento/distanciamento social e, com isso tentar controlar a sua discriminação. Essa estratégia, fez com que esta pesquisa fosse realizada inteiramente de forma on-line, assim como as orientações.

Como enfermeira atuante na linha de frente da prevenção e combate do COVID-19, é possível dizer que em nenhum momento os profissionais da saúde foram tão necessários como tem sido desde o início da pandemia. Enquanto profissional, além da saúde estar exposta diariamente ao vírus e aos agravos que ele pode causar, as jornadas de trabalho desenvolvidas foram maiores e de forma ainda mais intensa.

Outros fatores importantes vivenciados durante esta pesquisa foram as dificuldades com relação ao retorno por parte dos avaliadores com as devolutivas dos instrumentos, como também a baixa adesão. Outro ponto relevante foi relacionado ao tempo investido para a construção dos instrumentos, pois é necessário contemplar os mais vastos aspectos que compõem o processo ensino-aprendizagem num programa de pós-graduação.

Portanto, todos esses elementos compuseram a trajetória do estudo e apesar de em alguns momentos tornarem-se obstáculos, o trabalho alcançou a sua etapa conclusiva.

8. CONCLUSÃO

Diante do desafio posto pelo objeto de estudo a presente conclusão buscará destacar de forma objetiva os resultados evidenciados pelo processo teórico-metodológico, contudo, cabe ressaltar que os resultados de um trabalho acadêmico extrapolam os que inicialmente foram projetados e, muitas vezes, não são transpostos no texto final.

Ao estudar as recomendações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), que indicam uma readequação no processo de avaliação dos programas de pós-graduação, no sentido de inserir a dimensão da autoavaliação, percebeu-se a necessidade de construir instrumentos para mediar, de forma sistemática a autoavaliação com o envolvimento de todos os atores/sujeitos que atuam no PPG – BCS.

Se inicialmente tomou-se como pressuposto que o processo avaliativo deveria ser sistematizado e embasado em saberes que oportunizassem a compreensão do que se avalia, tendo a construção de instrumentos como um dos elementos centrais desse processo, ao percorrer as etapas propostas nesse estudo conclui-se que é imprescindível a busca e a definição de referencial teórico que sirva de suporte para amparar a escolha metodológica, tanto da elaboração e organização dos domínios dos instrumentos. Assim optou-se pelo modelo teórico-metodológico proposto por Donabedian para avaliação de programas de saúde, o qual permitiu a elaboração de indicadores que evidenciam os diferentes aspectos do processo formativo.

Percebeu-se que a construção de instrumentos, no caso específico, para mediar o processo de autoavaliação do PPG-BCS, é uma tarefa complexa e envolve dimensões do campo teórico, humano e técnico. A dimensão teórica revela-se pelo conhecimento do contexto ao qual se pretende avaliar, os fundamentos que guiam o processo avaliativo e os dados objetivos da realidade na qual os instrumentos serão aplicados, bem como, o entendimento da finalidade da avaliação. A dimensão humana relaciona-se à identificação dos atores centrais que possibilitam de fato o processo avaliativo se efetive sob diversas percepções e, por fim, a dimensão técnica evidencia-se pela escolha da forma que possibilite o levantamento de ideias, concepções e percepções dos atores. Assim, a adoção do rigor teórico-metodológico e procedimentos criteriosos, desde o momento de construção dos instrumentos,

poderão oportunizar a investigação, sistematização e análise de dados relevantes da realidade para que sejam apreciadas e decisões sejam tomadas.

Quanto ao processo de validação dos instrumentos, reforça-se que a diversidade de sugestões, indicações de readequação, revisão ou mesmo exclusão de questões dos instrumentos são elementos qualificadores ao processo de adequabilidade. As características peculiares dos grupos de juízes especialistas, tais como tempo, interesses, disponibilidade, entendimento, fortaleceram o processo de validação. Se inicialmente tais características foram julgadas como um elemento dificultador, no fim se constituíram com uma das fortalezas do processo.

O esforço em realizar parte do processo de validação permitiu, que após etapa de validação, observados pela média mais ou menos os desvios-padrão das respostas, oportunizou a demonstração de que os instrumentos construídos atingiram o nível de adequabilidade. Contudo, ainda é necessária a continuidade do processo final de validação dos instrumentos, ou seja, a busca pela identificação da consistência interna e a confiabilidade. Processo que dará de forma mais acabada a qualidade nas ferramentas que auxiliarão no processo de autoavaliação do Programa de Pós-graduação em Biociências e Saúde.

Dessa forma, com a construção e processo de mensuração da adequabilidade dos instrumentos, visando ao aprimoramento do processo de avaliação para o Programa de Pós-graduação em Biociências e Saúde (Unioeste), é possível observar a importância da estruturação da autoavaliação para promoção do autoconhecimento do programa, permitindo analisar a qualidade nos diversos aspectos, indicando pontos fortes e vulneráveis do programa, para que a partir destes, sejam desenvolvidos planejamentos estratégicos tanto pelo Programa quanto pela Capes.

REFERÊNCIAS

ALDERMAN, G.; BROWN, R. Can quality assurance survive the market: accreditation and audit at the crossroads. **Higher Education Quarterly**, Oxford, v. 59, n. 4, p. 313-328, oct. 2005.

ALEXANDRE, N.M.C, COLUCI, M.Z.O. Validade de conteúdo nos processos de construção e adaptação de instrumentos de medidas. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v.16, n.7, p. 3061-3068, jul. 2011.

ALEXANDRE, N. M. C.; GALLASCH C. H.; LIMA M.H.M; RODRIGUES, R.C.M. **A confiabilidade no desenvolvimento e avaliação de instrumentos de medida na área da saúde**. **Revista Eletrônica de Enfermagem**, Goiânia, v. 15, n. 3, p. 802-9, jul./set., 2013.

ALVES, M. F.; OLIVEIRA, J. F. Pós-graduação no Brasil: do Regime Militar aos dias atuais. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**, Brasília, v. 30, n. 2, p. 351-376, mai./ago. 2014. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/rbpae/article/view/53680>. Acesso em: 25 out. 2020.

BALBACHEVSKY, E. **A pós-graduação no Brasil: novos desafios para uma política bem-sucedida**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2005.

BAPTISTA, T. W. F.; REZENDE, M. A ideia de ciclo na análise de políticas públicas. In: MATTOS, R. A.; BAPTISTA, T. W. F. **Caminhos para a análise das políticas de Saúde**. Porto Alegre: Rede Unida, 2017. p. 221- 272.

BELLUCCI JÚNIOR, J. A.; MATSUDA, L. M. Construção e validação de instrumento para avaliação do Acolhimento com Classificação de Risco. **Revista Brasileira de Enfermagem**, Brasília, v. 65, n. 5, p. 751-757, out. 2012.

BRASIL. Conselho Federal de Educação. **Parecer n. 977, de 03 de dezembro de 1965. Definiu** os cursos de pós-graduação. Brasília. 1965. Disponível em: https://www.capes.gov.br/images/stories/download/legislacao/Parecer_CESU_977_1965.pdf. Acesso em: 09 ago. 2019.

BRASIL, Ministério da Educação. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. **Plano Nacional de Pós-Graduação-PNPG: 2005-2010**. Brasília, 2004. Disponível em:

https://www.capes.gov.br/images/stories/download/editais/PNPG_2005_2010.pdf. Acesso em: 9 ago. 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. **Plano Nacional de Pós-Graduação – PNPG: 2011-2020. v. 1.** Brasília, 2010a. Disponível em: <https://www.capes.gov.br/images/stories/download/Livros-PNPG-Volume-I-Mont.pdf>. Acesso em: 9 ago. 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. **Plano Nacional de Pós-Graduação – PNPG: 2011-2020. v. 2.** Brasília, 2010b. Disponível em: <https://www.capes.gov.br/images/stories/download/Livros-PNPG-Volume-I-Mont.pdf>. Acesso em: 9 ago. 2019.

BRASIL. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. **Proposta de Aprimoramento do Modelo de Avaliação da Pós-Graduação:** Documento Final da Comissão Nacional de Acompanhamento do PNPG 2011-2020. Brasília, 2018. Disponível em: https://ppga.furg.br/images/Documentos/Proposta_de_Aprimoramento_do_Modelo_de_Avaliao_da_Ps-graduao.pdf. Acesso em: 05 set. 2020.

BRASIL. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. **Ofício circular nº 2, de 7 de março de 2019.** Aprimoramento dos Instrumentos de avaliação. Brasília, 2019a. Disponível em: <https://www.unilasalle.edu.br/uploads/files/23575a05864f2943c8144121560622b7.pdf>. Acesso em: 09 ago. 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. **Documento de Área- Área 45: Interdisciplinar.** Brasília, 2019b. Disponível em: https://www.capes.gov.br/images/Documento_de_%C3%A1rea_2019/INTERDISCIPLINAR.pdf. Acesso em: 10 ago. 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. **GEOCAPES- Sistemas de informações Georreferenciadas.** Brasília, 2019c. Disponível em: <https://geocapes.capes.gov.br/geocapes/>. Acesso em: 22 ago. 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. **Autoavaliação de Programas de Pós-Graduação- Grupo de Trabalho.** Brasília, 2019d. Disponível em: https://www.capes.gov.br/images/novo_portal/documentos/DAV/avaliacao/10062019

_Autoavalia%C3%A7%C3%A3o-de-Programas-de-P%C3%B3s-Gradua%C3%A7%C3%A3o.pdf. Acesso em: 22 ago. 2019.

CARDOSO, M.C; DANTAS, R. A Pós-Graduação *Stricto Sensu*, a avaliação e suas Controvérsias. **Revista Scientiarum História**, Rio de Janeiro, v.1, n.1, p. 1-8, jul. 2018.

CANO, S.J. HOBART, J.C. The problem with health measurement. **Patient Prefer Adherence**, v.5, p. 279-290, 2011.

CRUZ, M. M. Avaliação de políticas e programas de saúde: contribuições para o debate. In: MATTOS, R. A.; BAPTISTA, T. W. F. (Orgs.). **Caminhos para análise das políticas de saúde**. Porto Alegre: Rede Unida, 2015.

CHAMPAGNE, F. *et al.* Modelizar as intervenções. In: BROUSSELLE, A. *et al.* (orgs.). **Avaliação: conceitos e métodos**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2011. p. 61- 76.

COLUCI, M. Z. O.; ALEXANDRE, N. M. C.; MILANI, D. Construção de instrumentos de medida na área da saúde. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 3, p. 925-36, nov. 2015. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/csc/v20n3/1413-8123-csc-20-03-00925.pdf>. Acesso em: 12 ago. 2020.

COHEN, E.; FRANCO, R. **Avaliação de projetos sociais**. 11. Ed. Petrópolis: Vozes, 2013.

CONTANDRIOPOULOS, A. P. *et al.* A avaliação na área da saúde: conceitos e métodos. In: HARTZ, Z. M. A. (orgs.). **Avaliação em Saúde: dos modelos conceituais à prática na análise da implantação de programas**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 1997.

CUNHA, A. Ensino superior e universidade no Brasil. In: LOPES, E. M. T.; FARIA FILHO, L. M.; VEIGA, C. G. (orgs.). **500 anos de educação no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. p. 151-204.

CUNHA, L. A. C.R. A pós-graduação no Brasil: função técnica e função social. **Revista de Administração de Empresas**, Rio de Janeiro, v.14, n.5, p.6-70, set./out. 1974. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0034-75901974000500006>. Acesso em: 28 jan. 2020.

CROSS, D.; THOMSON, S.; SIBCLAIR, A. **Research in Brazil: a report for CAPES** by Clarivate Analytics. Clarivate Analytics, 2018. Disponível em:

<http://www.capes.gov.br/images/stories/download/diversos/17012018-CAPES-InCitesReport-Final.pdf>. Acesso em: 02 ago. 2019.

DEMO, P. **Metodologia do conhecimento científico**. São Paulo: Atlas, 2000.

D'INNOCENZO, M.; ADAMI, N.P.; CUNHA, I.C.K.O. O movimento pela qualidade nos serviços de saúde e enfermagem. **Revista Brasileira de Enfermagem**, Brasília, v. 59, n. 1, p. 84-8, jan./fev., 2006.

DONABEDIAN, A. **The definition of quality and approaches to its assessment**. Michigan: Health Administration Press, 1980.

DONABEDIAN, A. The seven pillars of quality. **Archives of pathology & laboratory medicine**, Chicago, v. 114, n. 11, p. 1115-1118, 1990.

DONABEDIAN, A. Evaluating the quality of medical care. **The Milbank Quarterly**, Hoboken, v. 83, n.4, p. 691-729, dec. 2005.

DUBOIS, C. A.; CHAMPAGNE, F.; BILODEU, H. Histórico da Avaliação. In: BROUSSELLE, A. *et al.* (orgs.) **Avaliação: Conceitos e métodos**. Rio de Janeiro: editora Fiocruz, 2011. p. 19- 40.

ESTEVAM, H. M.; GUIMARÃES, S. Avaliação do perfil de egressos do Programa de pós-graduação Strictu Sensu em educação da UFU: Impacto na formação de docentes e de pesquisador (2004-2009). **Avaliação**, Campinas, v. 16, n. 3, p. 703-730, nov. 2011. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S141440772011000300012&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 12 jun. 2019.

FÁVERO. M. L. A. A Universidade no Brasil: das origens à Reforma Universitária de 1968. **Educar**, Curitiba, n. 28, p. 17-36, 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/er/n28/a03n28.pdf>. Acesso em: 10 abr. 2020.

FERREIRA, V. **Estatística básica**. Rio de Janeiro: Seses, 2015. Disponível em: <https://profhubert.yolasite.com/resources/LIVRO%20PROPRIETARIO%20-%20Estatistica%20Basica.pdf>. Acesso: 15 maio 2021.

FLICK, U. **Introdução à metodologia de pesquisa: um guia para iniciantes**. Porto Alegre: Penso, 2013.

GAMBOA, S. S.; CHAVES-GAMBOA, M. A produção científica no sistema de pós-graduação brasileiro: os desafios da avaliação qualitativa. **CIAIQ2019**, Aveiro, v. 1, p. 1023-1032, 2019.

GARBIN; L.M. *et al.* Programa de interunidades de doutoramento em enfermagem da Universidade de São Paulo: Caracterização dos egressos e teses defendidas em uma única década. **Revista Latino Americana de Enfermagem**, Ribeirão Preto, v. 18, n.5, p.1-8, out. 2010. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0080-62342005000500004 Acesso em: 12 jun.2019.

HERMINDA, P. M. V.; ARAÚJO, I. E. M. Elaboração e validação do instrumento de entrevista de enfermagem. **Revista Brasileira de Enfermagem**, Brasília, v.59, n.3, p. 314- 320, maio/jun. 2006.

HOENIG, H.; LEE, J.; STINEMAN, M. Conceptual overview of frameworks for measuring quality in rehabilitation. **Top Stroke Rehabil**, v.17, n.4, p.239-251, jul./ago. 2010. doi: 10.1310/tsr1704-239. PMID: 20826412.

IVASHITA, S. B.; VIEIRA, D. R. A Pós-Graduação no Brasil e o Plano Nacional de Pós-Graduação-PNPG (2011-2020): Rupturas e Permanências. **Debates em Educação**, Maceió, v. 9, n. 19, p. 121-132, set./dez. 2017. Disponível em: <http://www.seer.ufal.br/index.php/debateseducacao/article/view/4062/pdf>. Acesso em: 09 ago. 2019.

JANNUZZI, P. M. Avaliação de programas sociais no Brasil: repensando práticas e metodologias das pesquisas avaliativas. **Planejamento e Políticas Públicas – PPP**, n. 36, jan/jul. 2011. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/ppp/index.php/PPP/article/view/228/212>. Acesso em: 07 ago. 2019.

KESZEI, A.; NOVAK, M.; STREINER, D.L. Introduction to health measurement scales. **Journal of psychosomatic research**, Ottawa, v. 68, n. 4, p. 319-323, abr. 2010.

KOCH, V. H.; DORIA FILHO, U.; BOLLELA, V. R. Avaliação do Programa de Residência Médica do Departamento de Pediatria da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo. **Revista Brasileira de Educação Médica**, Brasília, v. 35, n. 4, p.454-459, dez. 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbem/a/tPs6vDpNc8gPHHbRcCGvmmx/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 12 jun.2019.

LEITE, D. *et al.* A autoavaliação na Pós-Graduação (PG) como componente do processo avaliativo CAPES. **Avaliação**, Campinas; Sorocaba, v. 25, n. 02, p. 339-353, jul. 2020. Disponível em: <http://periodicos.uniso.br/ojs/index.php/avaliacao/article/view/4023/3765>. Acesso em: 28 jan. 2020.

LEITE, D. A autoavaliação na pós-graduação. Alternativa, sistemática e componente do processo avaliativo Capes. In: **Seminário Repensando a avaliação**, 2018, Brasília. Disponível em: https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/20181003_AvaliacaoComparadaPG_DeniseLeite_UFRGS.pdf. Acesso em: 28 jan. 2020.

LUCKESI, C. C. **Avaliação da Aprendizagem**: componente do ato pedagógico. São Paulo: Cortez, 2011.

LYNN, M. R. Determination and quantification of content validity. **Nursing research**, Philadelphia, v.35, n.6, p. 382–385, nov./dec. 1986.

MACCARI, E. A.; LIMA, M. C.; RICCIO, E. L. Uso do Sistema de Avaliação da CAPES por programas de pós-graduação em Administração no Brasil. **Revista de Ciências da Administração**, Florianópolis, v.11, n.25, p.68-96, set./dez. 2009. Disponível em: <http://www.periodicos.ufsc.br/index.php/adm/article/view/13077>. Acesso em: 10 jun. 2020.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Técnicas de pesquisa**: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisas, elaboração, análise e interpretação de dados. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2015.

MARQUES, F. **Avaliação em 5 dimensões**. FAPESP. 2019. Disponível em: <https://revistapesquisa.fapesp.br/avaliacao-em-5-dimensoes/>. Acesso em: 03 out. 2020.

MARENCO, A. When Institutions Matter: CAPES and Political Science in Brazil. **Revista de Ciência Política**, Santiago, v. 35, n. 1, p. 33-46, 2015.

MENDES *et al.* Percepção sobre o curso e perfil dos egressos do Programa de Mestrado em Ciência e Saúde da UFPI. **Revista Brasileira de Pós-Graduação**, Brasília, v. 7, n. 12, p. 82-101, jul. 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/scieloOrg/php>. Acesso em: 12 jun. 2019.

MINAYO, C. S. Pesquisa avaliativa por triangulação de métodos. BOSI, L. M.; MERCADO, F. J. (orgs.). **Avaliação qualitativa de programa de saúde: enfoques emergentes**. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2013.

MOTA, J. S. Utilização do Google Forms na Pesquisa Acadêmica. **Revista Humanidades e Inovação**, Palmas (Tocantins), v. 6, n. 12, p. 371-379, 2019. Disponível em: <https://revista.unitins.br/index.php/humanidadeseinovacao/article/view/1106>. Acesso em: 20 set. 2020.

MOREIRA, E.C.; TOJAL, J. B. A. G. Prioridades dos programas de pós-graduação stricto sensu em educação física: a visão dos egressos. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, Florianópolis, v. 35, n. 1, p. 161-178, mar. 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbce/a/jdYNg5qW8NZVjsgVcgNNYYr/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 12 jun. 2019.

MOREIRA, L. G., VELHO, L. Pós-graduação no Brasil: da concepção “ofertista linear” para “novos modos de produção do conhecimento” implicações para avaliação. **Avaliação**, Campinas; Sorocaba, v. 13, n. 3, p. 625-645, nov. 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/aval/v13n3/02.pdf>. Acesso em: 20 dez. 2020.

MORÉS, A. A universidade e sua função social: os avanços da Ead e SUS contribuições nos processos de ensino e aprendizagem. **Revista Reflexão e Ação**, Santa Cruz do Sul, v. 25, n. 1, p. 141-159, jan./abr. 2017. Disponível em: <http://online.unisc.br/seer/index.php/reflex/index>. Acesso em: 23 out. 2020.

MORITZ, G. O. *et al.* A Pós-Graduação brasileira: evolução e principais desafios no ambiente de cenários prospectivos. *In*: Colóquio internacional sobre gestão universitária na América do Sul, 11., 2013, Florianópolis. **Anais Eletrônicos**. Florianópolis: UFSC, 2011. p. 1-18. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/26136/5.30.pdf?sequence=1>. Acesso em: 13 fev. 2020.

NOBRE, L. N.; FREITAS, R. R. A evolução da pós-graduação no Brasil: histórico, políticas e avaliação. **Brazilian Journal of Production Engineering**, São Mateus, v. 3, n. 2, p. 18-30, 2017. Disponível em: <http://periodicos.ufes.br/BJPE>. Acesso em: 20 jun. 2020.

OLIVEIRA, R. T. Q. de *et al.* Matriz de avaliação de programas de promoção da saúde em territórios de vulnerabilidade social. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 22, n.12, p. 3915-3932, dez. 2017. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/csc/a/ZFt8X9dBcXCFNj9RKTYkNzk/?lang=pt>. Acesso em: 17 jun. 2020.

OLLAIK, L.G.; ZILLER, H. M. Concepções de validade em pesquisas qualitativas. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v.38, n.1, p.229-242, fev. 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ep/a/HmMrcZjwBH5GtqHd8YpXT8m/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 17 jun. 2020.

ORSO, P. Elitização da universidade Brasileira em Perspectiva Histórica. **Roteiro**, Joaçaba, v. 45, p. 1-16, jan./dez. 2020. Disponível em: <https://portalperiodicos.unoesc.edu.br/roteiro/article/view/22156/14287>. Acesso em: 17 jun. 2020.

ORSO, P J. O surgimento tardio da Universidade brasileira. **ETD – Educação Temática Digital**, Campinas, v. 3, n. 1, p.1-13, dez. 2001. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/etd/article/view/676>. Acesso em: 17 jun. 2020.

PAIXÃO, D. de B.; BARBOSA, J. S.; NEVES, K. P. **A formação do bibliotecário no Brasil: quem forma o profissional da informação na região sudeste**. 2009. UFMG. Disponível em: www.ufg.br/this2/.../a_formacao_do_bibliotecario_no_brasil.pdf. Acesso em: 27 out. 2020.

PASQUALI, L. Psicometria. **Revista da Escola de Enfermagem da USP**, São Paulo, v. 43, Esp., p. 992-999, 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/reeusp/v43nspe/a02v43ns.pdf>. Acesso em: 27 out. 2020.

PASQUALI, L. Princípios de elaboração de escalas psicológicas. **Revista de Psiquiatria Clínica**, São Paulo, v. 25, n. 5, p. 206-213, 1998.

PAUL, J. J. Acompanhamento de egressos do ensino superior: experiência brasileira e internacional. **Caderno CRH**, Salvador, v. 28, n. 74, p. 309-326, 2015.

PATRUS, R., SHIGAKI, H. B., DANTAS, D. C. Quem não conhece seu passado está condenado a repeti-lo: distorções da avaliação da pós-graduação. **Cadernos EBAPE.BR**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 4, out./dez. 2018.

PAREDES, M. Políticas Públicas para as universidades em 1968: a imposição de um processo de modernização das instituições de ensino superior no Brasil. **Revista Contraponto**, Teresina, v. 7, n. 2, p.6-24, 2020. Disponível em:

<https://seer.ufrgs.br/contraponto/article/view/108843/59024>. Acesso em: 20 jan. 2021.

POLIT, D. F.; BECK, C. T. **Fundamentos de pesquisa em enfermagem: métodos, avaliação e utilização**. Porto Alegre: Artmed, 2011.

PORTELA, M. C. Avaliação da qualidade em saúde. *In*: ROZENFELD, S., org. **Fundamentos da Vigilância Sanitária** [online]. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2000. p. 259-269.

RALEIGH, V. S.; FOOT, C. **Getting the Measure of Quality: Opportunities and Challenges**. London: King's Fund, 2010.

RATTRAY, J.; JONES, M. C. Essential elements of questionnaire design and development. **Journal of clinical nursing**, v. 16, n. 2, p. 234-43, 2007. Disponível em: <http://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/j.13652702.2006.01573.x/epdf>. Acesso em: 12 mar. 2020.

RAYMUNDO, V. P. Construção e validação de instrumentos: um desafio para a psicolinguística. **Letras de Hoje**, Porto Alegre, v. 4, n. 3, p.86-93, jul./set. 2009.

RIGHI, A. W.; SCHMIDT, A. S.; VENTURINI, J. C. Qualidade em serviços públicos de saúde: uma avaliação da estratégia saúde da família. **Revista Produção Online**, São Paulo, v. 10, n. 3, p. 649-669, 2010.

ROACH, K. E. Measurement of health outcomes: reliability, validity and responsiveness. **Journal of Prosthetics and Orthotics**, Philadelphia, v. 18, n. 1s, p. 8-12, jan. 2006.

ROMANELLI, O. O. **História da educação no Brasil (1930/1973)**. 39 ed. Petrópolis: Vozes, 2013.

SALMOND, S. S. Evaluating the reliability and validity of measurement instruments. **Orthopaedic Nursing**, Chicago, v. 27, n. 1, p. 28-30, jan./fev., 2008.

SAMPAIO, H. **Evolução do ensino superior brasileiro (1808-1990)**. Documento de Trabalho 8/91. Núcleo de Pesquisa sobre Ensino Superior da Universidade de São Paulo, 1991. Disponível em: <http://nupps.usp.br/downloads/docs/dt9108.pdf>. Acesso em: 20 set. 2020.

SANTOS, C. M. dos. Tradições e contradições da Pós-Graduação no Brasil. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 24, n. 83, p. 627-641, ago. 2003.

SANTOS, L. F. P *et al.* As atividades profissionais dos egressos da Pós-Graduação em Odontologia na área de Saúde Coletiva. **Revista da ABENO**, v.17, n.3, p.56-66, 2017. Disponível em: <https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/biblio-882810>. Acesso em: 12 jun. 2019.

SAVIANI, D. A Expansão do Ensino Superior no Brasil: mudanças e continuidades. **Póiesis Pedagógica**, Catalão, v. 8, n. 2, p. 4-17, abr. 2011. Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/index.php/poiesis/article/view/14035>. Acesso em: 19 jun. 2020.

SCHANAIDER, A. Sistema de mapeamento de Egressos. **Revista do Colégio Brasileiro de Cirurgiões**, Rio de Janeiro, v.42, n. 6, p. 413-417, 2015. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S010069912015000700413&script=sci_arttext&tlng=pt. Acesso em: 12 jun. 2019.

SERAPIONI, M. Conceitos e métodos para avaliação sociais e políticas públicas. **Sociologia: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto**, Porto, v. 31, p. 59-80, 2016. Disponível em: <http://www.scielo.mec.pt/pdf/soc/v31/v31a04.pdf>. Acesso em: 04 jul. 2020.

SILVA, R. H. dos R. **A Educação especial no âmbito da pós-graduação em educação no Brasil**. 2010. Disponível em: <http://www.anped.org.br/33encontro/app/webroot/files/file/P%C3%B4steres%20em%20PDF/GT15-6140--Int.pdf>. Acesso em: 25 jan. 2020.

SILVA R.R.; BRANDÃO, D. Os quatro elementos da avaliação. **Olho Mágico**, São Paulo, v. 10, n. 2, p. 59-66, s/m, 2003.

SIQUEIRA, L. G. *et al.* Instrumento para avaliação da assistência quanto à vacinação na perspectiva do usuário. **Saúde Debate**, Rio de Janeiro, v. 42, n. 119, p. 916-926, out./dez. 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sdeb/a/zzf4mJM4kDsj4SskFC5CB7f/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 12 jan. 2020.

SOUZA, C. D. FILIPPO, D.de; CASADO, E. S. Crescimento da atividade científica nas universidades federais brasileiras: análise por áreas temáticas. **Avaliação**, Campinas, v. 23, n. 1, p. 126-156, jan./abr. 2018. Disponível em:

http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1414-40772018000100126&script=sci_abstract&lng=pt. Acesso em: 12 jun. 2019.

SOUZA, C.; GATTI, B. Avaliação de instituição de ensino superior e autoavaliação educacional. *In*: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Brasil). **Anais dos seminários regionais sobre autoavaliação institucional e comissões próprias de avaliação (CPA) [recurso eletrônico] / Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira**. Organizado por Claudia Maffini Griboski e Stela Maria Meneghel. Brasília: Inep, 2013. p. 30-37.

TERWEE, C. B.; BOT, S. D.; BOER, M. R. VAN DER WINDT, K.; DEKKER, J. *et al.* Quality criteria were proposed for measurement properties of health status questionnaires. **Journal of Clinical Epidemiology**, Oxford, v. 60, n. 1, p. 34-42, jan. 2007.

TERWEE, C. B.; SCHELLINGERHOUT, J. M. VERHAGEN, A. P.; KOES, B. W.; VET, H. C. Methodological quality of studies on the measurement properties of neck pain and disability questionnaires: a systematic review. **Journal of Manipulative and Physiological Therapeutics**, Saint Louis, v. 34, n. 4, p. 261-272, maio 2011.

TREVISOL, M. G; FÁVERO, A. A.; ALMEIDA, M. L. P. Pesquisa e avaliação no PNP (2011-2020): fragilidades e potencialidades. **Rev. Eletrônica Pesquiseduca**, Santos, v. 11, n. 25, p. 303-324, set./dez. 2019. Disponível em: <http://periodicos.unisantos.br/index.php/pesquiseduca/article/view/901/pdf>. Acesso em: 22 jun. 2020.

UNIOESTE. Universidade Estadual do Oeste do Paraná. **Dados sobre a Unioeste**: Abril de 2019. Portal Unioeste. Cascavel, 2019. Disponível em: <https://www5.unioeste.br/portaunioeste/arq/files/PROPLAN/estatistica/DadosABRIL2019.pdf>. Acesso em: 10 ago. 2019a.

UNIOESTE. Universidade Estadual do Oeste do Paraná. PPG- BCS, Programa de Pós-Graduação em Biociências e Saúde. **Projeto de autoavaliação do Programa de Pós-graduação em Biociências e Saúde** – mestrado e doutorado, Cascavel, Unioeste, 2019b.

VOGEL, M. J. M.; KOBASHI, N. Y. Avaliação da pós-graduação no Brasil: seus critérios. **Anais do XVI Encontro Nacional de Pesquisa em Pós-Graduação em Ciência da Informação**. João Pessoa, 2015. Disponível em: <http://www.ufpb.br/evento/index.php/enancib2015/enancib2015/paper/viewFile/3124/1150>. Acesso em: 18 set. 2019.

Z Aidan, S. *et al.* Pós-Graduação, saberes e formação docente: uma análise das repercussões dos cursos de mestrado e doutorado na prática pedagógica de egressos do programa de pós-graduação da faculdade de educação da UFMG (1977-2006). **Educação em Revista**, Belo Horizonte, v.27, n.01, p.129-160, abr. 2011. Disponível em:
http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S010246982011000100007&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 12 jun. 2019.

APÊNDICE A

Formulário para verificação da adequabilidade das questões que compõem os domínios dos instrumentos*

DOMÍNIO	ITENS AVALIADOS	-1: inadequada	0: nem inadequada, nem adequada	1: adequado
PERFIL	1.1 Expressam a finalidade do domínio			
	1.2 Permitem caracterizar o perfil do participante sem identificá-lo/distingui-lo			
	1.3 Permitem caracterizar a formação acadêmica dos participantes			
	1.4 Permitem caracterizar a atuação profissional atual			
	1.5 Possuem Clareza: Forma inteligível e de fácil compreensão			
	1.6 São Pertinentes: Possuem relação direta ao que se objetiva avaliar			
	1.7 São relevantes: Possuem centralidade para identificar o que se propõem			
Total				
DOMÍNIO	ITENS AVALIADOS	-1: inadequada	0: nem inadequada, nem adequada	1: adequado
PROCESSO	2.1 Permitem avaliar a inserção docente na formação da Pós-graduação			
	2.2 Permitem avaliar a atuação docente na formação da Pós-graduação			
	2.3 Identificam os encaminhamentos pedagógicos decorrentes da organização curricular			
	2.4 Permitem identificar a organização do trabalho docente no PPG-BCS (carga horária, disciplinas, orientações)			
	2.5 Identificam a relação Professor-aluno, orientador-orientando			
	2.6 Avaliam o processo de formação ofertado no PPG-BCS (disciplinas ofertadas, orientações, prazos...)			
	2.7 Identificam se interdisciplinaridade tem sido trabalhada/vivenciada no PPG-BCS			
	2.8 Problematizam as dificuldades dos alunos no desenvolvimento das atividades do PPG-BCS			

	2.9 Possuem Clareza: Forma inteligível, linguagem acessível e de fácil compreensão			
	2.10 São Pertinentes: Adequadas ao domínio e categorias a que se articulam; possuem relação direta ao que se objetiva avaliar			
	2.11 São relevantes: Possuem importância e centralidade para identificar o que se propõem			
Total				
DOMÍNIO	ITENS AVALIADOS	-1: inadequada	0: nem inadequada, nem adequada	1: adequado
ESTRUTURA	3.1 Reconhecem a importância das fontes de fomento para o incentivo à pesquisa e desenvolvimento pleno das atividades do PPG-BCS			
	3.2. Identificam quais os órgãos de fomentos são considerados mais importantes para os participantes			
	3.3 Identificam os limites e possibilidades da estrutura física do PPG-BCS para o desenvolvimento das atividades			
	3.4 Avaliam a disponibilidade de recursos humanos para o encaminhamento das atividades			
	3.5 Possuem Clareza: Forma inteligível, linguagem acessível e de fácil compreensão			
	3.6 São Pertinentes: Adequadas ao domínio e categorias a que se articulam; possuem relação direta ao que se objetiva avaliar			
	3.7 São relevantes: Possuem importância e centralidade para identificar o que se propõem			
Total				
DOMÍNIOS	ITENS AVALIADOS	-1: inadequada	0: nem inadequada, nem adequada	1: adequado
RESULTADO	4.1 Problematizam os resultados das pesquisas produzidas no PPG-BCS			
	4.2 Identificam em quais espaços os resultados das pesquisas produzidas no PPG-BCS têm sido divulgados			
	4.3 Problematizam as dificuldades para a publicação dos resultados das pesquisas produzidas no PPG-BCS			
	4.4 Buscam identificar os percursos de formação continuada dos docentes do PPG-BCS			

	4.5 Avaliam como os docentes do PPG-BCS entendem a importância e as possibilidades de investimento na formação continuada			
	4.6 Avaliam a articulação das atividades do PPG-BCS com a educação básica			
	4.7 Possuem Clareza: Forma inteligível, linguagem acessível e de fácil compreensão			
	4.8 São Pertinentes: Adequadas ao domínio e categorias a que se articulam; possuem relação direta ao que se objetiva avaliar			
	4.9 São relevantes: Possuem importância e centralidade para identificar o que se propõem			
	Total			

* Os itens a serem avaliados, contidos no presente formulário, foram inseridos em cada domínio dos instrumentos destinados aos docentes, agentes universitários, mestrandos/doutorandos e egressos.

APÊNDICE B



Universidade Estadual do Oeste do Paraná

Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação

Comitê de Ética em Pesquisa – CEP



Aprovado na

CONEP em 04/08/2000

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO - TCLE

Título do Projeto: **Autoavaliação de Programa de Pós-graduação *Stricto Sensu* Interdisciplinar: Construindo o processo metodológico**

Certificado de Apresentação para Apreciação Ética – CAAE nº 35012620.6.0000.0107

Número de Parecer de Aprovação: 4.184.450

Pesquisador para contato: **Solange de Fátima Reis Conterno**

Telefone: **(45) 99107- 1098**

Endereço de contato (Institucional): Rua Universitária, 1619, Jardim Universitário, Cascavel/Paraná

Prezado Participante,

Convidamos você a participar da pesquisa: "Autoavaliação de Programa de Pós-graduação *Stricto Sensu* Interdisciplinar: construindo o processo metodológico", que tem por objetivo construir instrumentos de autoavaliação de Programa de Pós-Graduação na área interdisciplinar. Para que isso ocorra você participará como Juiz especialista respondendo a um formulário que avaliará o instrumento de autoavaliação do Programa de Pós-graduação *stricto sensu* Biociências e Saúde (PPG-BCS), destinado aos Docentes/agente universitário/mestrando/doutorando/egressos. Para colaborar com a validação do instrumento você levará em média 20 minutos, entre ler as questões do instrumento e responder ao formulário final.

O projeto da presente pesquisa foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste), com o parecer favorável número 4.184.450 e CAAE: 35012620.6.0000.0107.

No decorrer da pesquisa poderá acontecer certo desconforto, cansaço ou aborrecimento ao responder ao formulário de coleta de dados. Se ocorrer algum transtorno, decorrente de sua participação nós pesquisadores, providenciaremos acompanhamento e a assistência imediata, integral e gratuita.

No caso de dúvidas ou da necessidade de relatar algum acontecimento, você pode contatar os pesquisadores pelos telefones mencionados abaixo ou o Comitê de Ética pelo

número (45) 3220-3272. Também você poderá a qualquer momento desistir de participar da pesquisa sem qualquer prejuízo. Para que isso ocorra, basta informar, por qualquer modo que lhe seja possível, que deseja deixar de participar da pesquisa e qualquer informação que tenha prestado será retirada do conjunto dos dados que serão utilizados na avaliação dos resultados. Você não receberá e não pagará nenhum valor para participar deste estudo, no entanto, terá direito ao ressarcimento de despesas decorrentes de sua participação.

Nós pesquisadores garantimos a privacidade e o sigilo de sua participação em todas as etapas da pesquisa e de futura publicação dos resultados. O seu nome e e-mail nunca serão associados aos resultados desta pesquisa, exceto quando você desejar.

Desta forma, de acordo com o que foi exposto, eu declaro estar ciente de que:

- 1- Fui informado e esclarecido acerca dos objetivos e procedimentos da pesquisa;
- 2- Minha identidade será mantida em sigilo, sendo que qualquer material envolvido será de acesso restrito aos pesquisadores. Este sigilo deve ser mantido, inclusive nas divulgações para fins científicos;
- 3- Poderei desistir de minha participação a qualquer momento, sem nenhum ônus;
- 4- Autorizo a divulgação e publicação das informações, desde que mantido o sigilo e anonimato;
- 5- Entendo que não sou obrigado a responder todas as informações, mas minhas sugestões serão as mais fidedignas e verdadeiras possíveis.

O seu consentimento em participar do estudo dar-se-á ao clicar na opção "concordo em participar dessa pesquisa", caso não queira participar basta assinalar a opção "não concordo em participar dessa pesquisa", segue abaixo link do TCLE assinado pela pesquisadora.

Solange de Fátima Reis Conterno (045) 99107-1098

LINK DO TCLE ASSINADO:

https://www.dropbox.com/s/o80ycoc4p8x9zxk/TCLE_JUIZ_ASSINADO.pdf?dl=0

APÊNDICE C

AUTOAVALIAÇÃO DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM BIOCÊNCIA E SAÚDE: A VOZ DOS DOCENTES

Convidamos você docente do Programa de Pós-Graduação em Biociências e Saúde, da Universidade Estadual do Oeste do Paraná- Unioeste a participar do processo de avaliação do seu processo de formação no programa, sua atuação profissional e inserção social.

Nós pesquisadores garantimos a privacidade e o sigilo de sua participação em todas as etapas da pesquisa e de futura publicação dos resultados. O seu nome e e-mail nunca serão associados aos resultados desta pesquisa, exceto quando você desejar.

Desta forma, de acordo com o que foi exposto, eu declaro estar ciente de que:

- 1- Fui informado e esclarecido acerca dos objetivos e procedimentos da pesquisa;
- 2- Minha identidade será mantida em sigilo, sendo que qualquer material envolvido será de acesso restrito aos pesquisadores. Este sigilo deve ser mantido, inclusive nas divulgações para fins científicos;
- 3- Poderei desistir de minha participação a qualquer momento, sem nenhum ônus;
- 4- Autorizo a divulgação e publicação das informações, desde que mantido o sigilo e anonimato;
- 5- Entendo que não sou obrigado a responder todas as informações, mas minhas sugestões serão as mais fidedignas e verdadeiras possíveis.

O seu consentimento em participar do estudo dar-se-á ao clicar na opção "concordo em participar dessa pesquisa", caso não queira participar basta assinalar a opção "não concordo em participar dessa pesquisa", segue abaixo link do TCLE assinado pela pesquisadora.

Solange de Fátima Reis Conterno (045) 99107-1098

LINK DO TCLE ASSINADO:

https://www.dropbox.com/s/o80ycoc4p8x9zxk/TCLE_JUIZ_ASSINADO.pdf?dl=0

PERFIL: CARACTERIZAÇÃO SÓCIO-DEMOGRÁFICA E ECONÔMICA

1) Sexo:

- () Feminino
() Masculino

2) Idade: _____

3) Estado civil:

- () Solteira(o)
() Casada(o)
() União Estável
() Separada(o)/Divorciada(o)
() Viúva(o)
() Outro:

4) Tem filhos? Idem anterior

- Não tenho Filhos
- Tenho 1 filho
- Tenho 2 filhos
- Tenho 3 Filhos
- Mais de 3 filhos

5) Idade dos filhos: _____ idem**6) Teve filhos durante sua atuação no PPG-BCS? Idem**

- Sim, 1 filho
- Sim, 2 filhos
- Sim, 3 filhos
- Sim, mas que 3 filhos
- Não tive filhos durante minha atuação no PPG BCS

7) Tempo de Vínculo com a Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste): idem

- < 1 ano
- 1-5 anos
- 6-10 anos
- 11-15 anos
- 15-20 anos
- 21- 30 anos
- mais de 30 anos

8) Tempo do Vínculo PPG-BCS:

- < 1 ano;
- 1-5 anos
- 6-10 anos

9) Desempenha atividades exclusivamente no setor público?

- Sim
- Não

10) Indique qual o seu cargo na carreira docente de ensino superior público:

Categoria

RT-9

RT12

RT-24

RT-40

TIDE

Tempo Integral
de Dedicção

Prof. Adjunto A	()	()	()	()	()
Prof. Adjunto B	()	()	()	()	()
Prof. Adjunto C	()	()	()	()	()
Prof. Adjunto D	()	()	()	()	()
Prof. Associado A	()	()	()	()	()
Prof. Associado B	()	()	()	()	()
Prof. Associado C	()	()	()	()	()
Prof. Titular	()	()	()	()	()

11) Indique a sua renda mensal oriunda do desenvolvimento do seu trabalho na universidade, considerando que o salário mínimo nacional é de R\$ 1.045: essa pergunta não é necessária, todos sabemos nossa renda mensal.

- () Menos de 5 salários mínimos nacionais
- () Entre 5 a 7 salários mínimos nacionais
- () Entre 8 a 10 salários mínimos nacionais
- () Entre 10 a 12 salários mínimos nacionais
- () Entre 13 a 15 salários mínimos nacionais
- () Mais de 15 salários mínimos nacionais

12) Atua em qual linha de pesquisa no PPG-BCS? Aqui vai ser possível identificar as respostas

- () Processo Saúde-Doença
- () Práticas e Políticas de Saúde;
- () Fatores que Influenciam a Morfofisiologia Orgânica

13) FORMAÇÃO/TITULAÇÃO

A) Qual a sua formação na graduação? Ano de conclusão? Instituição? Acho que não precisa

B) Cursou alguma pós-graduação lato sensu? Então, como será um formulário de avaliação permanente, seria importante esta questão para quê, se todos os professores devem ser doutores.

- () Residência Especialização
- () Aperfeiçoamento
- () Não cursei pós graduação lato sensu

C) Qual a sua formação no Mestrado? Ano de conclusão? Instituição?

D) Qual a sua formação no Doutorado? Ano de conclusão? Instituição?

E) Fez Pós-doutorado?

- Sim
- Não

14) A sua formação acadêmica de forma geral ocorreu:

- Integralmente em Instituições Públicas de Ensino
- Maior parte em Instituições Públicas de Ensino
- Parcialmente em Instituições Públicas de Ensino
- Integralmente em Instituições Privadas de Ensino
- Maior parte em Instituições Privadas de Ensino
- Parcialmente em Instituições Privadas de Ensino
- Outro:

15) Recebeu financiamento para sua formação? Acho que os juízes já apontaram, mas esse financiamento foi para qual formação? Inicial ou continuada?

- Sim
- Não
- Em parte

15.1) Se recebeu financiamento, qual foi? (você poderá assinalar mais de uma resposta)

- Fies (Graduação)
- Prouni (Graduação)
- Financiamento da Própria universidade (Graduação)
- Bolsa de estudo de órgãos públicos (Capes/Cnpq) (Pós-graduação)
- Outros: _____

16) No decorrer da Graduação participou/desenvolveu alguma atividade de pesquisa, ensino e extensão?

- Sim
- Não

17) Caso tenha participado/desenvolvido alguma atividade de pesquisa, ensino e extensão indique quais: (você poderá assinalar mais de uma resposta)

- Iniciação científica voluntário
- Iniciação científica com bolsa
- Projeto de ensino voluntário
- Projeto de ensino com bolsa
- Projeto de extensão voluntário
- Projeto de extensão com bolsa
- Projeto de Monitoria com bolsa
- Trabalho de Conclusão de Curso
- Outro

ATUAÇÃO NO PPG-BCS E FORMAÇÃO CONTINUADA

18) Você ministra disciplina(s) que gostaria no PPG-BCS? (Domínio PROCESSO: b. Execução)

- Sim
- Não

19) A sua formação é condizente com a(s) disciplina(s) que você ministra no PPG-BCS? (Domínio PROCESSO b. Execução) então, mas se a gente é interdisciplinar isso se aplica??? O nosso óculos não está sendo de uma PG “tradicional”.

- Sim
- Parcialmente
- Não

20) RESPONDA AS QUESTÕES A SEGUIR CONSIDERANDO O TEMPO/PERÍODO EM QUE ATUA NO PPG-BCS

(Domínio- PROCESSO: b. Execução e Domínio RESULTADO: a. Publicações e c. Formação Continuada)

A) Indique o número de disciplinas que você ministra no PPG-BCS?

B) Qual a carga horária semestral das disciplinas por você ministrada?

C) Indique qual a sua carga horária anual destinada para orientação

D) Atua em outros Programas de Pós-graduação?

- Sim
- Não

E) Caso atue em outros Programas de Pós-graduação, qual a carga horária?

F) Incentiva e divulga informações aos mestrandos/doutorandos, sobre a importância de participar de eventos científicos e realizar publicações (Domínio- PROCESSO: b. Execução)

- Sim
 Não tive oportunidade
 Não

G) Você considera a participação/atuação na Pós-graduação importante para a sua carreira docente? (Domínio - PROCESSO: b. Execução e c. Formação continuada)

- Sim
 Parcialmente
 Não

H) Você já foi avaliado como docente no PPG-BCS? Isso tá perdido aqui

- Sim
 Não lembro
 Não

I) Participa de eventos científicos anualmente? (Domínio: RESULTADOS: C. Formação continuada) veja que voltou a falar de eventos, precisar ordenar as questões por assuntos, senão fica confuso para o participante.

- Participo de 1 evento
 Participo de 2 eventos
 Participo de 3 eventos
 Participo de 4 eventos
 Participo de mais de 4 eventos
 Não participo de eventos

J) Caso não tenha participado de eventos acadêmicos nos últimos dois anos indique o(s) motivo(s): (Domínio- RESULTADOS: c. Formação Continuada)

K) Quando participa de eventos na maioria das vezes o faz na qualidade de: (Domínio- RESULTADOS: c: Formação Continuada)

- Ouvinte
 Apresentador(a) de trabalho
 Palestrante
 Outro:

L) No período em que está atuando no PPG-BCS concluiu outra formação? (Domínio- RESULTADOS: c. Formação continuada) isso poderia ir para o perfil

	Sim	Estou cursando	Não	Instituição Pública	Instituição Privada
Graduação	<input type="checkbox"/>				
Especialização	<input type="checkbox"/>				
Residência	<input type="checkbox"/>				
Doutorado	<input type="checkbox"/>				
Pós-doutorado	<input type="checkbox"/>				

M) Caso tenha concluído ou esteja cursando outra graduação indique qual:

N) Caso tenha concluído ou esteja cursando especialização lato sensu indique qual:

O) Caso tenha concluído ou esteja cursando outro Mestrado indique qual:

P) Caso tenha concluído ou esteja cursando outro doutorado indique qual:

Q) Caso tenha concluído ou esteja cursando Pós-doutorado indique qual:

21) Você gostaria de ter mais tempo e condições para investir em sua formação continuada? (Domínio- RESULTADO: c. Formação Continuada)

Marcar apenas uma oval.

- Sim
 Não avalio como necessário investir em formação continuada
 Não

22) Considera que a conclusão das etapas de formação contribuiu para a mudança de emprego/função/ascensão de nível na carreira profissional? (Domínio- RESULTADOS: b. Mercado/Sociedade)

- Sim
 Parcialmente
 Não

A FORMAÇÃO OFERTADA NO PPG- BCS

23) Quais motivos você considera que levam os mestrandos/doutorandos a buscar a qualificação no Programa de Pós-graduação em Biociências e Saúde: (Você poderá assinalar mais de uma resposta) (Domínio- PROCESSO: a. processo de entrada)

- Avançar na carreira e melhorar o salário
 Em busca de qualificação para melhorar a prática profissional
 Para realização de um desejo pessoal
 Em busca de novas oportunidades oferecida pela titulação
 Desejo de ingressar na docência
 Necessidade por estar na docência
 Outros: _____

24) AVALIE O PROCESSO DE FORMAÇÃO OFERTADO PELO PPG-BCS ASSINALANDO UM DOS ITENS DA ESCALA

Avalie atribuindo valor de 0 (Muito Ruim) a 4 (Muito Bom)

A) O domínio dos conteúdos prévios dos alunos pode ser avaliado como: (Domínio- PROCESSO: b. Execução)

0 () 1 () 2 () 3 () 4 ()

B) Os conteúdos abordados nas disciplinas podem ser avaliados como: (Domínio- PROCESSO: b. Execução)

0 () 1 () 2 () 3 () 4 ()

C) A Interação professor-aluno nas disciplinas tem sido: (Domínio- PROCESSO: b. Execução)

0 () 1 () 2 () 3 () 4 ()

E) O relacionamento entre orientadores e orientandos tem sido: (Domínio- PROCESSO: b. Execução)

0 () 1 () 2 () 3 () 4 ()

F) A organização curricular é: (Domínio- PROCESSO: b. Execução)

0 () 1 () 2 () 3 () 4 ()

G) Como avalia a articulação das atividades dos docentes/grupos de pesquisa do PPG-BCS com grupos de pesquisa de outras instituições (Domínio - PROCESSO: b. Execução)

0 () 1 () 2 () 3 () 4 ()

H) Como avalia a articulação das atividades do PPG-BCS com instituições de ensino da educação básica: (Domínio- PROCESSO: b. Execução e RESULTADOS: b. Relação com a Sociedade)

0 () 1 () 2 () 3 () 4 ()

I) Os prazos do PPG-BCS quanto à realização das disciplinas, qualificação, defesa, entrega de documentos são: (Domínio- PROCESSO: b. Execução)

0 () 1 () 2 () 3 () 4 ()

J) As formas e estratégias de divulgação de informações relacionadas ao PPG BCS tem sido: (Domínio- PROCESSO: b. Execução)

0 () 1 () 2 () 3 () 4 ()

K) As disciplinas específicas voltadas para a formação profissional docente e estágio docente tem sido: (Domínio- PROCESSO: b. Execução)

0 () 1 () 2 () 3 () 4 ()

25) Você considera as disciplinas obrigatórias ofertadas no mestrado/doutorado como necessárias para a formação pretendida? Justifique a sua resposta: (Domínio: PROCESSO: b. Execução)

26) As disciplinas optativas são condizentes com as necessidades das linhas de pesquisa?? Justifique sua resposta: (Domínio: PROCESSO: b. Execução)

27) Você sabe quantas disciplinas obrigatórias e quantas disciplinas optativas existem no PPG-BCS? (Domínio: PROCESSO: b. Execução)

() Sim

() Sei as que estão articuladas a linha de pesquisa em que atuo

Não

SOBRE O PROCESSO DE ORIENTAÇÕES

28) QUANTO AO PROCESSO DE ORIENTAÇÕES (Domínio- PROCESSO: a. Execução)

A) Quantos trabalhos de conclusão de curso você orienta na graduação? Em qual período?? 1 ano, dois anos??

1

2

3

Mais de 3 trabalhos

Não oriento

B) Quantos trabalhos de Iniciação Científica você orienta? idem

1

2

3

Mais de 3 trabalhos

Não oriento

C) Quantas dissertações de mestrado concluídas foram orientadas por você no PPG-BCS? Em todo o período ou no último triênio??

1

2

3

4

5

6

7

8

9

10

Mais de 10

D) Quantas pesquisas de mestrado em andamento estão sendo orientadas por você no PPG-BCS?

1

- 2
- 3
- 4
- Mais de 4

E) Quantas pesquisas de doutorado em andamento estão sendo orientadas por você no PPG-BCS?

- 1
- 2
- 3
- 4
- Mais de 4

F) Quantas pesquisas orientadas por você NÃO foram concluídas por abandono do orientando?

- 1
- 2
- 3
- Mais de 3
- Todas pesquisas que orientei foram concluídas

G) Você orienta em outros Programas de Pós-graduação? Idem comentários que fez anteriormente

- 1
- 2
- 3
- 4
- Mais de 4

H) Quantas horas semanais você disponibiliza para a orientação no PPG-BCS? Mas se a gente tem um aluno tem que disponibilizar 4 horas, o que vai ser avaliado aqui??

- 30 minutos
- 1 hora
- 2 horas
- 3 horas
- Mais de 3 horas

I) A maioria dos seus orientandos concluíram o curso em quanto tempo ?

- Menos de 2 anos
- 2 ½ anos aqui já é mais de 2 anos
- Mais de 2 anos e meio

J) Algum de seus orientados teve que pedir prorrogação de prazo? (Você poderá assinalar mais de uma resposta)

- Não
- Sim, por licença maternidade
- Sim, por problemas de saúde pessoal (Psicológicos, cirúrgicos, acidentes)
- Sim, por problemas de saúde familiar (Psicológicos, cirúrgicos, acidentes)
- Sim, por problemas de trabalho
- Sim, problemas em aceitar as orientações
- Sim, por dificuldades de escrever o trabalho final
- Sim, por ausência de recursos financeiros para a pesquisa
- Sim, desapontamento com o curso
- Outro: _____

K) Algum aluno orientado por você abandonou o mestrado/doutorado? Caso sim, você considera que teve alguma responsabilidade nesse processo? Justifique sua resposta.

L) Você considera que os resultados das pesquisas por você orientadas foram utilizadas em outros contextos que não só no espaço acadêmico? Justifique sua resposta

M) Tem publicado os resultados das pesquisas/trabalhos orientados por você? (Domínio-RESULTADOS: a. Publicação)

- Sim, em menos de 6 meses após a conclusão
- Sim, entre 6 a 12 meses após a conclusão
- Sim, entre 13 a 18 meses após a conclusão
- Sim, entre 19 a 24 meses após a conclusão
- Sim, entre 25 a 30 meses após a conclusão
- Não tenho conseguido publicar

N) Em quais meios/espços os resultados das pesquisas/trabalhos por você orientados tem sido apresentados: (Domínio: RESULTADO: a. Publicação) (Você poderá assinalar mais de uma resposta)

- () Anais de eventos Palestras para graduandos
- () Palestras para comunidade externa  Universidade
- () Instituies em que o estudo foi desenvolvido
- () Curso de aperfeiamento
- () Curso de extensão

29) AVALIE QUAIS FATORES A SEGUIR INTERFEREM NA CONCLUSÃO DO MESTRADO/DOCTORADO PELOS ALUNOS EM TEMPO HÁBIL: (Domínio- PROCESSO: c. Fluxo discente e saída)

Avalie atribuindo valor de 0 (pouco significativo) a 10 (muito significativo) (Domínio- PROCESSO: a. Execuo)

A) Dedico discente

0 () 1 () 2 () 3 () 4 () 5 () 6 () 7 () 8 () 9 () 10 ()

B) Dificuldade cognitiva para acompanhar os conteúdos

0 () 1 () 2 () 3 () 4 () 5 () 6 () 7 () 8 () 9 () 10 ()

C) Incompatibilidade de horário para realizar as atividades

0 () 1 () 2 () 3 () 4 () 5 () 6 () 7 () 8 () 9 () 10 ()

D) Falta de manejo pedagógico dos docentes

0 () 1 () 2 () 3 () 4 () 5 () 6 () 7 () 8 () 9 () 10 ()

E) Incompatibilidade com o orientador

0 () 1 () 2 () 3 () 4 () 5 () 6 () 7 () 8 () 9 () 10 ()

F) Organizao Curricular

0 () 1 () 2 () 3 () 4 () 5 () 6 () 7 () 8 () 9 () 10 ()

G) Recursos financeiros limitados para manter-se no Programa

0 () 1 () 2 () 3 () 4 () 5 () 6 () 7 () 8 () 9 () 10 ()

A INTERDISCIPLINARIDADE NO PPG-BCS

30) AVALIE COMO A INTERDISCIPLINARIDADE TEM SIDO TRABALHADA/VIVENCIADA NO PPG-BCS (Domínio- PROCESSO: b. Execuo)

Avalie atribuindo valor de 0 (pouco significativo) a 10 (muito significativo)

A) Nas disciplinas:

0 () 1 () 2 () 3 () 4 () 5 () 6 () 7 () 8 () 9 () 10 ()

B) No Estágio Docente

0 () 1 () 2 () 3 () 4 () 5 () 6 () 7 () 8 () 9 () 10 ()

C) Nos Projetos de pesquisa

0 () 1 () 2 () 3 () 4 () 5 () 6 () 7 () 8 () 9 () 10 ()

D) Nos Projetos de extensão

0 () 1 () 2 () 3 () 4 () 5 () 6 () 7 () 8 () 9 () 10 ()

E) Nas Orientações

0 () 1 () 2 () 3 () 4 () 5 () 6 () 7 () 8 () 9 () 10 ()

F) Nas dissertações/teses

0 () 1 () 2 () 3 () 4 () 5 () 6 () 7 () 8 () 9 () 10 ()

H) Em bancas de qualificação e defesa de dissertação/teses

0 () 1 () 2 () 3 () 4 () 5 () 6 () 7 () 8 () 9 () 10 ()

I) Nas produções científicas (artigos, trabalhos...)

0 () 1 () 2 () 3 () 4 () 5 () 6 () 7 () 8 () 9 () 10 ()

FONTES DE FOMENTO, INCENTIVO A ESTRUTURA

31) AVALIE AS FONTES DE FOMENTO, INCENTIVO E ESTRUTURA ASSINALANDO UM DOS ITENS DA ESCALA DE 0 A 4

Avalie atribuindo valor de 0 (Muito Ruim) a 4 (Muito Bom)

A) Os recursos financeiros para manter o programa e realizar as pesquisas são: (Domínio- ESTRUTURA: c. Financeiro)

0 () 1 () 2 () 3 () 4 ()

B) A estrutura física atual para a realização das aulas (sala e laboratório) é: (Domínio - ESTRUTURA: c. Física)

0 () 1 () 2 () 3 () 4 ()

C) Quanto à disponibilidade de recursos humanos (assessoria técnica no colegiado; técnicos de laboratório e informática) para o encaminhamento das atividades do PPG-BCS, pode-se avaliar como: (Domínio- ESTRUTURA: b. pessoas)

0 () 1 () 2 () 3 () 4 ()

32) EM RELAÇÃO AS FONTES DE FOMENTO (Domínio ESTRUTURA: c. Financeiro)

A) Qual você considera mais importante para o PPG-BCS? (Domínio ESTRUTURA: c. Financeiro)

- CNPQ
- CAPES
- Fundação Araucária
- PROAP
- Todas
- Outro: _____

B) O número de editais nacionais para apoio à pesquisa é: (Domínio ESTRUTURA: c. Financeiro)

Péssimo aqui a pergunta é sobre o número. A resposta é uma avaliação qualitativa. O número é péssimo. Não seria suficiente, insuficiente, parcialmente suficiente. Alguma coisa assim

- Ruim
- Razoável
- Boa
- Excelente

C) O número de editais estaduais para apoio à pesquisa é: (Domínio ESTRUTURA: c. Financeiro)

- Péssimo idem
- Ruim
- Razoável
- Boa
- Excelente

D) Em relação a política de incentivo a ciência e tecnologia nacionais, você considera: (Domínio ESTRUTURA: c. Financeiro)

- Péssima

- Ruim
- Razoável
- Boa
- Excelente

E) Em relação as políticas de incentivo a ciência e tecnologia da Fundação Araucária, no Estado do Paraná, você considera: (Domínio ESTRUTURA: c. Financeiro)

- Péssima
- Ruim
- Razoável
- Boa
- Excelente

F) Considerando o valor da bolsa de estudos, você acredita que o mestrando/doutorando consegue se dedicar integralmente às atividades do PPG-BCS? (Domínio ESTRUTURA: c. Financeiro)

- Sim
- Não

G) Você Sabe quantas bolsas o PPG BCS tem disponíveis? (Domínio ESTRUTURA: c. Financeiro)

- Sim
- Não

H) Você sabe como ocorre o processo para distribuição de bolsas no PPG- BCS? (Domínio ESTRUTURA: c. Financeiro)

- Sim
- Não

I) Algum orientando seu teve bolsa de estudo para cursar o Mestrado/doutorado? (Domínio ESTRUTURA: c. Financeiro)

- Sim, em todo o período em que estava cursando
- Sim, por um período
- Não teve

J) Você já usou recurso próprio para o desenvolvimento das atividades do PPG-BCS (experimentos, viagens, análise estatística). Justifique sua resposta: (Domínio ESTRUTURA: c. Financeiro)

33) Consegue desempenhar suas atividades no PPG-BCS de forma satisfatória? Justifique sua resposta

34) Além das questões relacionada nesse formulário escreva abaixo outros elementos que você considera importante no processo de formação no Mestrado/doutorado

APÊNDICE D

AUTOAVALIAÇÃO DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM BIOCÊNCIA E SAÚDE: A VOZ DOS AGENTES UNIVERSITÁRIOS.

Convidamos você agente universitário que colabora com o Programa de Pós-Graduação em Biociências e Saúde, da Universidade Estadual do Oeste do Paraná- Unioeste a participar do processo de avaliação do seu processo de formação no programa, sua atuação profissional e inserção social.

Nós pesquisadores garantimos a privacidade e o sigilo de sua participação em todas as etapas da pesquisa e de futura publicação dos resultados. O seu nome e e-mail nunca serão associados aos resultados desta pesquisa, exceto quando você desejar.

Desta forma, de acordo com o que foi exposto, eu declaro estar ciente de que:

- 1- Fui informado e esclarecido acerca dos objetivos e procedimentos da pesquisa;
- 2- Minha identidade será mantida em sigilo, sendo que qualquer material envolvido será de acesso restrito aos pesquisadores. Este sigilo deve ser mantido, inclusive nas divulgações para fins científicos;
- 3- Poderei desistir de minha participação a qualquer momento, sem nenhum ônus;
- 4- Autorizo a divulgação e publicação das informações, desde que mantido o sigilo e anonimato;
- 5- Entendo que não sou obrigado a responder todas as informações, mas minhas sugestões serão as mais fidedignas e verdadeiras possíveis.

O seu consentimento em participar do estudo dar-se-á ao clicar na opção "concordo em participar dessa pesquisa", caso não queira participar basta assinalar a opção "não concordo em participar dessa pesquisa", segue abaixo link do TCLE assinado pela pesquisadora.

Solange de Fátima Reis Conterno (045) 99107-1098

LINK DO TCLE ASSINADO:

https://www.dropbox.com/s/o80ycoc4p8x9zxc/TCLE_JUIZ_ASSINADO.pdf?dl=0

PERFIL: CARACTERIZAÇÃO SÓCIO-DEMOGRÁFICA E ECONÔMICA

1) Sexo:

- () Feminino
() Masculino

2) Idade:_____

3) Estado civil:

- () Solteira(o) Casada(o)
() União Estável
() Separada(o)/Divorciada(o)
() Viúva(o)
() Outro:_____

4) Tem filhos? Idem anteriores

- Não tenho Filhos
- Tenho 1 filho
- Tenho 2 filhos
- Tenho 3 Filhos
- Mais de 3 filhos

5) Idade dos filhos:_____ idem**6) Teve filhos durante sua atuação no PPG-BCS????**

- Sim, 1 filho
- Sim, 2 filhos
- Sim, 3 filhos
- Sim, mas que 3 filhos
- Não tive filhos durante minha atuação no PPG BCS

7) Tempo de Vínculo com a Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste):

- < 1 ano
- 1-5 anos
- 6-10 anos
- 11-15 anos
- 15-20 anos
- 21- 30 anos
- mais de 30 anos

8) Tempo do Vínculo PPG-BCS

- < 1 ano;
- 1-5 anos
- 6-10 anos

9) Desempenha atividades exclusivamente no setor público?

- Sim
- Não

10) Indique qual o seu cargo na carreira docente de ensino superior público:

Níveis e classes	1	2	3	4	5	6	7	8
Agente Universitário Nível Superior- classe II	()	()	()	()	()	()	()	()
Agente Universitário Nível Superior- classe III	()	()	()	()	()	()	()	()
Agente Universitário Nível Superior- classe IIII	()	()	()	()	()	()	()	()
Agente Universitário Nível Médio- classe II	()	()	()	()	()	()	()	()
Agente Universitário Nível Médio- classe III	()	()	()	()	()	()	()	()
Agente Universitário Nível Médio- classe II	()	()	()	()	()	()	()	()

11) Indique a sua renda mensal oriunda do desenvolvimento do seu trabalho na universidade, considerando que o salário mínimo nacional é de R\$ 1.045:

- () Não estou trabalhando como assim?
- () Menos de 5 salários mínimos nacionais
- () Entre 5 a 7 salários mínimos nacionais
- () Entre 8 a 10 salários mínimos nacionais
- () Entre 10 a 12 salários mínimos nacionais
- () Entre 13 a 15 salários mínimos nacionais
- () Mais de 15 salários mínimos nacionais

12) FORMAÇÃO/TITULAÇÃO

A) Qual o seu maior grau de escolaridade:

- () Ensino Médio
- () Graduação
- () Pós-graduação
- () Outro: _____

B) Caso tenha concluído a Graduação indique qual curso formou-se, ano de conclusão e instituição que realizou a formação:

C) Cursou alguma pós-graduação lato sensu?

- () Especialização
- () Aperfeiçoamento
- () Não cursei pós graduação lato sensu
- () Outro: _____

13) A sua formação acadêmica de forma geral ocorreu:

- () Integralmente em Instituições Públicas de Ensino

- () Maior parte em Instituições Públicas de Ensino
- () Parcialmente em Instituições Públicas de Ensino
- () Integralmente em Instituições Privadas de Ensino
- () Maior parte em Instituições Privadas de Ensino
- () Parcialmente em Instituições Privadas de Ensino
- () Outro: _____

14) Recebeu financiamento para sua formação?

- () Sim
- () Não
- () Em parte

14.1) Se recebeu financiamento, qual foi? (você poderá assinalar mais de uma resposta)

- () Fies (Graduação)
- () Prouni (Graduação)
- () Financiamento da Própria universidade (Graduação)
- () Bolsa de estudo de órgãos públicos (Capes/Cnpq) (Pós-graduação)
- () Outros

15) No decorrer da Graduação participou/desenvolveu alguma atividade de pesquisa, ensino e extensão?

- () Sim
- () Não

16) Caso tenha participado/desenvolvido alguma atividade de pesquisa, ensino e extensão indique quais: (você poderá assinalar mais de uma resposta)

- () Iniciação científica voluntário
- () Iniciação científica com bolsa
- () Projeto de ensino voluntário
- () Projeto de ensino com bolsa
- () Projeto de extensão voluntário
- () Projeto de extensão com bolsa
- () Projeto de Monitoria com bolsa
- () Trabalho de Conclusão de Curso
- () Outro

ATUAÇÃO NO PPG-BCS E FORMAÇÃO CONTINUADA

16) Você está no setor que gostaria de atuar? (Domínio PROCESSO: b. Execução)

Sim

Não

17) Caso não esteja atuando no setor que gostaria explique o motivo (Domínio PROCESSO b. Execução)

18) A sua formação contribui com as atividades que você desempenha no PPG- BCS? (Domínio PROCESSO b. Execução)

Sim

Parcialmente

Não

19) RESPONDA AS QUESTÕES A SEGUIR CONSIDERANDO O TEMPO/PERÍODO EM QUE ATUA NO PPG-BCS (Domínio- PROCESSO: b. Execução e Domínio RESULTADO: a. Publicações e c. Formação Continuada)

A) Qual a carga horária semanal dedicada à atuação no PPG-BCS: (Domínio PROCESSO b. Execução)

20 horas

40 horas

Outro: _____

B) Atua em outros Programas de Pós-graduação? (Domínio PROCESSO b. Execução)

Sim

Não

C) Caso atue em outros Programas de Pós-graduação, qual a carga horária? (Domínio PROCESSO b. Execução)

D) Auxilia no processo de divulgação de informações aos mestrandos/doutorandos, sobre a importância de participar de eventos científicos e realizar publicações (Domínio- PROCESSO: b. Execução)

Sim

Não tive oportunidade

Não

E) Você considera a participação/atuação na Pós-graduação importante para a sua carreira como Agente Universitário? (Domínio - PROCESSO: b. Execução e c. Formação continuada)

Sim

Parcialmente

Não

F) Você já foi avaliado como Agente Universitário no PPG-BCS?

Sim

Não lembro

Não

G) Participa de eventos científicos anualmente? (Domínio: RESULTADOS: C. Formação continuada) idem formulário anterior

Participo de 1 evento

Participo de 2 eventos

Participo de 3 eventos

Participo de 4 eventos

Participo de mais de 4 eventos

Não participo de eventos

H) Caso não tenha participado de eventos acadêmicos nos últimos dois anos indique o(s) motivo(s): (Domínio- RESULTADOS: c. Formação Continuada)

I) Quando participa de eventos na maioria das vezes o faz na qualidade de: (Domínio- RESULTADOS: c: Formação Continuada)

J) No período em que está atuando no PPG-BCS concluiu outra formação? (Domínio- RESULTADOS: c. Formação continuada)

Sim

Estou
cursando

Não

Instituição
Pública

Instituição
Privada

Graduação	<input type="checkbox"/>				
Especialização	<input type="checkbox"/>				
Residência	<input type="checkbox"/>				
Doutorado	<input type="checkbox"/>				

K) Caso tenha concluído ou esteja cursando outra graduação indique qual:

L) Caso tenha concluído ou esteja cursando especialização lato sensu indique qual:

M) Caso tenha concluído ou esteja cursando outro Mestrado indique qual

N) Caso tenha concluído ou esteja cursando outro doutorado indique qual:

20) Você gostaria de ter mais tempo e condições para investir em sua formação continuada? (Domínio- RESULTADO: c. Formação Continuada)

- Sim
 Não avalio como necessário investir em formação continuada
 Não

21) Considera que a conclusão de suas etapas de formação contribuiu para a mudança de emprego/função/ascensão de nível na carreira profissional? (Domínio- RESULTADOS: b. Mercado/Sociedade)

- Sim
 Parcialmente
 Não

A FORMAÇÃO OFERTADA NO PPG-BCS

22) Quais motivos você considera que levam os mestrandos/doutorandos a buscar a qualificação no Programa de Pós-graduação em Biociências e Saúde: (Você poderá assinalar mais de uma resposta) (Domínio- PROCESSO: a. processo de entrada)

- () Avançar na carreira e melhorar o salário
- () Em busca de qualificação para melhorar a prática profissional
- () Para realização de um desejo pessoal
- () Em busca de novas oportunidades oferecida pela titulação
- () Desejo de ingressar na docência

Outros: _____

23) AVALIE O PROCESSO DE FORMAÇÃO OFERTADO PELO PPG-BCS ASSINALANDO UM DOS ITENS DA ESCALA

Avalie atribuindo valor de 0 (Muito Ruim) a 4 (Muito Bom)

A) O domínio dos conteúdos prévios dos alunos pode ser avaliado como: (Domínio- PROCESSO: b. Execução)

0 () 1 () 2 () 3 () 4 ()

B) Os conteúdos abordados nas disciplinas podem ser avaliados como: (Domínio- PROCESSO: b. Execução)

0 () 1 () 2 () 3 () 4 ()

C) A Interação professor-aluno nas disciplinas tem sido: (Domínio- PROCESSO: b. Execução)

0 () 1 () 2 () 3 () 4 ()

E) O relacionamento entre orientadores e orientandos tem sido: (Domínio- PROCESSO: b. Execução)

0 () 1 () 2 () 3 () 4 ()

F) A organização curricular é: (Domínio- PROCESSO: b. Execução)

0 () 1 () 2 () 3 () 4 ()

G) Como avalia a articulação das atividades dos docentes/grupos de pesquisa do PPG-BCS com grupos de pesquisa de outras instituições (Domínio - PROCESSO: b. Execução)

0 () 1 () 2 () 3 () 4 ()

H) Como avalia a articulação das atividades do PPG-BCS com instituições de ensino da educação básica: (Domínio- PROCESSO: b. Execução e RESULTADOS: b. Relação com a Sociedade)

0 () 1 () 2 () 3 () 4 ()

I) Os prazos do PPG-BCS quanto à realização das disciplinas, qualificação, defesa, entrega de documentos são: (Domínio- PROCESSO: b. Execução)

0 () 1 () 2 () 3 () 4 ()

J) As formas e estratégias de divulgação de informações relacionadas ao PPG BCS tem sido: (Domínio- PROCESSO: b. Execução)

0 () 1 () 2 () 3 () 4 ()

K) As disciplinas específicas voltadas para a formação profissional docente e estágio docente tem sido: (Domínio- PROCESSO: b. Execução)

0 () 1 () 2 () 3 () 4 ()

24) Você considera as disciplinas obrigatórias ofertadas no mestrado/doutorado como necessárias para a formação pretendida? (Domínio: PROCESSO: b. Execução)

- Sim
- Não sei opinar
- Não

25) As disciplinas optativas são condizentes com as necessidades das linhas de pesquisa? Justifique sua resposta: (Domínio: PROCESSO: b. Execução)

- Sim
- Não sei opinar
- Não

26) Você sabe quantas disciplinas obrigatórias e quantas disciplinas optativas existem no PPG-BCS? (Domínio: PROCESSO: b. Execução)

- Sim
- Não

SOBRE O PROCESSO DE ORIENTAÇÕES

27) QUANTO AO PROCESSO DE ORIENTAÇÕES (Domínio- PROCESSO: a. Execução)

A) Você tem conhecimento dos prazos para a conclusão do Mestrado?

- Sim
- Não

B) Você tem conhecimento dos prazos para a conclusão do Doutorado?

- Sim
- Não

C) Quantas dissertações de mestrado em média são orientadas pelos docentes do PPG-BCS? Em que período de tempo?

- 1
- 2
- 3
- 4
- Mais de 4

D) Quantas teses de doutorado em média são orientadas pelos docentes do PPG-BCS?**idem**

- 1
- 2
- 3
- 4
- Mais de 4

E) Os alunos do PPG-BCS concluem o curso em quanto tempo ?

- Menos de 2 anos 2 anos
- 2 ½ anos idem anterior
- Mais de 2 anos

F) Você sabe quais motivos mais frequentes para que os alunos solicitem prorrogação de prazo do curso? (Você poderá assinalar mais de uma resposta)

- Não sei
- Sim, por licença maternidade
- Sim, por problemas de saúde pessoal (Psicológicos, cirúrgicos, acidentes)
- Sim, por problemas de saúde familiar (Psicológicos, cirúrgicos, acidentes) Sim, por problemas de trabalho
- Sim, problemas em aceitar as orientações
- Sim, por dificuldades de escrever o trabalho final
- Sim, por ausência de recursos financeiros para a pesquisa
- Sim, desapontamento com o curso
- Outro: _____

G) Você tem conhecimento se é frequente o abandono ou a reprovação de mestrandos/doutorandos em disciplinas do PPG- BCS?

- Sim
- Não

H) Você considera que os resultados das pesquisas realizadas pelos mestrandos/doutorando foram utilizadas em outros contextos que não só no espaço acadêmico? Justifique sua resposta

I) Você tem conhecimento se as pesquisas (dissertações/teses) realizadas pelos mestrandos/doutorandos do PPG-BCS tem sido publicadas e em quanto tempo?

(Domínio-RESULTADOS: a. Publicação)

- Sim, em menos de 6 meses após a conclusão
- Sim, entre 6 a 12 meses após a conclusão
- Sim, entre 13 a 18 meses após a conclusão
- Sim, entre 19 a 24 meses após a conclusão
- Sim, entre 25 a 30 meses após a conclusão
- Não acesso a essa informação

J) Em quais meios/espacos os resultados das pesquisas/trabalhos realizados pelos mestrandos/doutorandos, tem sido apresentados: (Domínio: RESULTADO: a. Publicação) (Você poderá assinalar mais de uma resposta)

- Anais de eventos
- Palestras para graduandos
- Palestras para comunidade externa à Universidade
- Instituições em que o estudo foi desenvolvido
- Curso de aperfeiçoamento
- Curso de extensão

28) AVALIE QUAIS FATORES A SEGUIR INTERFEREM NA CONCLUSÃO DO MESTRADO/DOCTORADO PELOS ALUNOS EM TEMPO HÁBIL: (Domínio-PROCESSO: c. Fluxo discente e saída)

Avalie atribuindo valor de 0 (pouco significativo) a 10 (muito significativo)

A) Dedicção discente

- 0 () 1 () 2 () 3 () 4 () 5 () 6 () 7 () 8 () 9 () 10 ()

B) Dificuldade cognitiva para acompanhar os conteúdos

0 () 1 () 2 () 3 () 4 () 5 () 6 () 7 () 8 () 9 () 10 ()

C) Incompatibilidade de horário para realizar as atividades

0 () 1 () 2 () 3 () 4 () 5 () 6 () 7 () 8 () 9 () 10 ()

D) Falta de manejo pedagógico dos docentes

0 () 1 () 2 () 3 () 4 () 5 () 6 () 7 () 8 () 9 () 10 ()

E) Incompatibilidade com o orientador

0 () 1 () 2 () 3 () 4 () 5 () 6 () 7 () 8 () 9 () 10 ()

F) Organização Curricular

0 () 1 () 2 () 3 () 4 () 5 () 6 () 7 () 8 () 9 () 10 ()

G) Recursos financeiros limitados para manter-se no Programa

0 () 1 () 2 () 3 () 4 () 5 () 6 () 7 () 8 () 9 () 10 ()

A INTERDISCIPLINARIDADE NO PPG-BCS**29) AVALIE COMO A INTERDISCIPLINARIDADE TEM SIDO TRABALHADA/VIVENCIADA NO PPG-BCS (Domínio- PROCESSO: b. Execução)**

Avalie atribuindo valor de 0 (pouco significativo) a 10 (muito significativo)

A) Nas disciplinas:

0 () 1 () 2 () 3 () 4 () 5 () 6 () 7 () 8 () 9 () 10 ()

B) No Estágio Docente

0 () 1 () 2 () 3 () 4 () 5 () 6 () 7 () 8 () 9 () 10 ()

C) Nos Projetos de pesquisa

0 () 1 () 2 () 3 () 4 () 5 () 6 () 7 () 8 () 9 () 10 ()

D) Nos Projetos de extensão

0 () 1 () 2 () 3 () 4 () 5 () 6 () 7 () 8 () 9 () 10 ()

E) Nas Orientações

0 () 1 () 2 () 3 () 4 () 5 () 6 () 7 () 8 () 9 () 10 ()

F) Nas dissertações/teses

0 () 1 () 2 () 3 () 4 () 5 () 6 () 7 () 8 () 9 () 10 ()

H) Em bancas de qualificação e defesa de dissertação/teses

0 () 1 () 2 () 3 () 4 () 5 () 6 () 7 () 8 () 9 () 10 ()

I) Nas produções científicas (artigos, trabalhos...)

0 () 1 () 2 () 3 () 4 () 5 () 6 () 7 () 8 () 9 () 10 ()

FONTES DE FOMENTO, INCENTIVO E ESTRUTURA**30) AVALIE AS FONTES DE FOMENTO, INCENTIVO E ESTRUTURA ASSINALANDO UM DOS ITENS DA ESCALA DE 0 A 4**

Avalie atribuindo valor de 0 (Muito Ruim) a 4 (Muito Bom)

A) Os recursos financeiros para manter o programa e realizar as pesquisas são: (Domínio- ESTRUTURA: c. Financeiro)

0 () 1 () 2 () 3 () 4 ()

B) A estrutura física atual para a realização das aulas (sala e laboratório) é: (Domínio - ESTRUTURA: c. Física)

0 () 1 () 2 () 3 () 4 ()

C) Quanto à disponibilidade de recursos humanos (assessoria técnica no colegiado; técnicos de laboratório e informática) para o encaminhamento das atividades do PPG-BCS, pode-se avaliar como: (Domínio- ESTRUTURA: b. pessoas)

0 () 1 () 2 () 3 () 4 ()

31) EM RELAÇÃO AS FONTES DE FOMENTO (Domínio ESTRUTURA: c. Financeiro)**A) Qual você considera mais importante para o PPG-BCS? (Domínio ESTRUTURA: c. Financeiro.** CNPQ CAPES Fundação Araucária PROAP Todas Outro: _____**B) O número de editais nacionais para apoio à pesquisa é: (Domínio ESTRUTURA: c. Financeiro)** Péssimo Ruim

- Razoável
- Boa
- Excelente

C) O número de editais estaduais para apoio à pesquisa é: (Domínio ESTRUTURA: c. Financeiro)

- Péssimo
- Ruim
- Razoável
- Boa
- Excelente

D) Em relação a política de incentivo a ciência e tecnologia nacionais, você considera: (Domínio ESTRUTURA: c. Financeiro)

- Péssimo
- Ruim
- Razoável
- Boa
- Excelente

E) Considerando o valor da bolsa de estudos, você acredita que o mestrando/doutorando consegue se dedicar integralmente às atividades do PPG-BCS?

(Domínio ESTRUTURA: c. Financeiro)

- Sim
- Não

F) Você sabe quantas bolsas o PPG-BCS tem disponível? (Domínio ESTRUTURA: c. Financeiro)

- Sim
- Não

G) Você sabe como ocorre o processo para distribuição de bolsas no PPG-BCS? (Domínio ESTRUTURA: c. Financeiro)

- Sim
- Não

**H) Você já usou recurso próprio para o desenvolvimento das atividades do PPG-BCS?
Justifique sua resposta: (Domínio ESTRUTURA: c. Financeiro)**

**32) Consegue desempenhar suas atividades no PPG-BCS de forma satisfatória?
Justifique sua resposta**

**33) Além das questões relacionada nesse formulário escreva abaixo outros elementos
que você considera importante no processo de formação no Mestrado/doutorado**

APÊNDICE E

AUTOAVALIAÇÃO DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM BIOCÊNCIA E SAÚDE: A VOZ DOS MESTRANDOS E DOUTORANDOS.

Convidamos você aluna(o) do Programa de Pós-Graduação em Biociências e Saúde, da Universidade Estadual do Oeste do Paraná- Unioeste a participar do processo de avaliação do seu processo de formação no programa, sua atuação profissional e inserção social.

Nós pesquisadores garantimos a privacidade e o sigilo de sua participação em todas as etapas da pesquisa e de futura publicação dos resultados. O seu nome e e-mail nunca serão associados aos resultados desta pesquisa, exceto quando você desejar.

Desta forma, de acordo com o que foi exposto, eu declaro estar ciente de que:

- 1- Fui informado e esclarecido acerca dos objetivos e procedimentos da pesquisa;
- 2- Minha identidade será mantida em sigilo, sendo que qualquer material envolvido será de acesso restrito aos pesquisadores. Este sigilo deve ser mantido, inclusive nas divulgações para fins científicos;
- 3- Poderei desistir de minha participação a qualquer momento, sem nenhum ônus;
- 4- Autorizo a divulgação e publicação das informações, desde que mantido o sigilo e anonimato;
- 5- Entendo que não sou obrigado a responder todas as informações, mas minhas sugestões serão as mais fidedignas e verdadeiras possíveis.

O seu consentimento em participar do estudo dar-se-á ao clicar na opção "concordo em participar dessa pesquisa", caso não queira participar basta assinalar a opção "não concordo em participar dessa pesquisa", segue abaixo link do TCLE assinado pela pesquisadora.

Solange de Fátima Reis Conterno (045) 99107-1098

LINK DO TCLE ASSINADO:

https://www.dropbox.com/s/o80ycoc4p8x9zxk/TCLE_JUIZ_ASSINADO.pdf?dl=0

PERFIL: CARACTERIZAÇÃO SOCIODEMOGRÁFICA E ECONÔMICA

1) Sexo:

Masculino ()

Feminino ()

2) Idade: _____

3) Estado civil

Solteira(o) ()

Casada(o) ()

União Estável ()

Separada(o)/Divorciada(o) ()

Viúva(o) ()

Outro: _____

4) Tem filhos?

() Não tenho Filhos

() Tenho 1 filho

() Tenho 2 filhos

() Tenho 3 Filhos

() Mais de 3 filhos

5) Idade dos filhos?

6) Pretende ter filhos durante o mestrado/doutorado? ??????

() Sim

() Não

7) Teve Vínculo com a Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste), antes de ingressar no PPG-BCS?

() < 1 ano

() 1-5 anos

() 6-10 anos

() 11-15 anos

() 15-20 anos Mas de 20 anos

() Não tive vínculo com a Unioeste, antes de ingressar no PPG-BCS

8) Ano que iniciou atividades no PPG-BCS?

() 2019

() 2020

() 2021

9) Trabalha em qual setor?

() Público

() Privado

() Não trabalho

10) Atualmente está desenvolvendo atividade profissional em qual espaço?

- Serviço Público de Saúde
- Serviço Privado de Saúde
- Serviço Público de educação básica
- Serviço Privado de educação básica
- Serviço Público de educação superior
- Serviço Privado de educação superior
- Autônomo(a) (Pessoa Jurídica)
- Aposentado(a)
- Afastado(a) por problemas de saúde
- Desempregado(a)
- Abandonou a profissão
- Outro: _____

11) Caso esteja trabalhando indique quantas horas semanais?

- Menos de 20 horas
- 20 horas
- 30 horas
- 40 horas
- Mais de 40 horas
- Outro: _____

12) Indique a sua renda mensal oriunda do desenvolvimento do seu trabalho na universidade, considerando que o salário mínimo nacional é de R\$ 1.045:????

- Não estou trabalhando
- Menos de 5 salários mínimos nacionais
- Entre 5 a 7 salários mínimos nacionais
- Entre 8 a 10 salários mínimos nacionais
- Entre 10 a 12 salários mínimos nacionais
- Entre 13 a 15 salários mínimos nacionais
- Mais de 15 salários mínimos nacionais

FORMAÇÃO/TITULAÇÃO**A) Qual a sua formação na graduação? Ano de conclusão? Instituição?**

B) Coursou alguma pós-graduação lato sensu?

- Residência Especialização
- Aperfeiçoamento
- Não cursei pós graduação lato sensu

C) DOUTORANDO: Qual a sua formação no Mestrado? Ano de conclusão? Instituição?

14) A sua formação acadêmica de forma geral ocorreu:

- Integralmente em Instituições Públicas de Ensino
- Maior parte em Instituições Públicas de Ensino
- Parcialmente em Instituições Públicas de Ensino
- Integralmente em Instituições Privadas de Ensino
- Maior parte em Instituições Privadas de Ensino
- Parcialmente em Instituições Privadas de Ensino
- Outro: _____

15) Recebeu financiamento para sua formação?

- Sim
- Não
- Em parte

15.1) Se recebeu financiamento, qual foi? (você poderá assinalar mais de uma resposta)

- Fies (Graduação)
- Prouni (Graduação)
- Financiamento da Própria universidade (Graduação)
- Bolsa de estudo de órgãos públicos (Capes/Cnpq) (Pós-graduação)
- Outros

16) No decorrer da Graduação participou/desenvolveu alguma atividade de pesquisa, ensino e extensão?

- Sim
- Não

17) Caso tenha participado/desenvolvido alguma atividade de pesquisa, ensino e extensão indique quais: (você poderá assinalar mais de uma resposta)

- Iniciação científica voluntário
- Iniciação científica com bolsa
- Projeto de ensino voluntário
- Projeto de ensino com bolsa
- Projeto de extensão voluntário
- Projeto de extensão com bolsa
- Projeto de Monitoria com bolsa
- Trabalho de Conclusão de Curso
- Outro

ATUAÇÃO NO PPG-BCS E FORMAÇÃO CONTINUADA

18) Qual linha realiza sua pesquisa no PPG-BCS?

- Processo Saúde-Doença
- Práticas e Políticas de Saúde;
- Fatores que Influenciam a Morfofisiologia Orgânica

19) Você desenvolve sua pesquisa na área que gostaria no PPG-BCS? (Domínio PROCESSO: b. Execução)

- Sim
- Parcialmente
- Não

20) A sua formação é condizente com a linha de pesquisa em que está inserido(a) no PPG-BCS? (Domínio PROCESSO b. Execução)

- Sim
- Parcialmente
- Não

21) RESPONDA AS QUESTÕES A SEGUIR CONSIDERANDO O TEMPO/PERÍODO EM QUE INTEGRA NO PPG-BCS (Domínio- PROCESSO: b. Execução e Domínio RESULTADO: a. Publicações e c. Formação Continuada)

A) Quantas horas em média dedica as atividades do PPG-BCS?

- Menos de 2 horas
- De 2 a 4 horas
- De 5 a 7 horas
- De 8 a 10 horas

De 11 a 13 horas

Mais de 13 horas

B) Em seu plano de estudo quantas disciplinas eletivas você escolheu para cursar? Em todo o curso?? Em qual período do curso??

1 disciplina

2 disciplinas

3 disciplinas

4 disciplinas

Mais de 4 disciplinas

C) Recebe informações sobre a importância de participar de eventos científicos e realizar publicações (Domínio- PROCESSO: b. Execução)

Sim

Não

D) Você considera a participação/atuação na Pós-graduação importante para a sua carreira? (Domínio - PROCESSO: b. Execução e c. Formação continuada)

Sim

Parcialmente

Não

E) Você já avaliou a atuação dos docentes e agentes universitários no PPG-BCS? Então, vai ser feito duas vezes durante o curso? Todo ano?? Senão não tem sentido esta questão... a gente vai precisar definir bem o que vai querer, quando vai fazer... sei lá... fiquei com muitas dúvidas com este questionário.

Sim

Não lembro

Não

F) Participa de eventos científicos anualmente? (Domínio: RESULTADOS: C. Formação continuada)

Participo de 1 evento

Participo de 2 eventos

Participo de 3 eventos

Participo de 4 eventos

Participo de mais de 4 eventos

Não participo de eventos

G) Caso não tenha participado de eventos acadêmicos nos últimos dois anos indique o(s) motivo(s): (Domínio- RESULTADOS: c. Formação Continuada)

H) Quando participa de eventos na maioria das vezes o faz na qualidade de: (Domínio- RESULTADOS: c: Formação Continuada)

Ouvinte

Apresentador(a) de trabalho

Palestrante

Outro: _____

I) Após o término do Mestrado/Doutorado pretende fazer outra formação? Justifique sua resposta: (Domínio- RESULTADOS: c. Formação continuada)

22) Você gostaria de ter mais tempo e condições para investir em sua formação continuada? (Domínio- RESULTADO: c. Formação Continuada)

Sim

Não avalio como necessário investir em formação continuada

Não

23) Considera que a conclusão de suas etapas de formação contribuíram para a mudança de emprego/função/ascensão de nível na carreira profissional? (Domínio- RESULTADOS: b. Mercado/Sociedade)

Sim

Parcialmente

Não

A FORMAÇÃO OFERTADA NO PPG- BCS

24) Quais motivos que te levaram a buscar qualificação no Programa de Pós- graduação em Biociências e Saúde: (Você poderá assinalar mais de uma resposta) (Domínio- PROCESSO: a. processo de entrada)

Avançar na carreira e melhorar o salário

Em busca de qualificação para melhorar a prática profissional

Para realização de um desejo pessoal

Em busca de novas oportunidades oferecida pela titulação

Desejo de ingressar na docência

Necessidade por estar na docência

Outros: _____

25) AVALIE O PROCESSO DE FORMAÇÃO OFERTADO PELO PPG-BCS ASSINALANDO UM DOS ITENS DA ESCALA

Avalie atribuindo valor de 0 (Muito Ruim) a 4 (Muito Bom)

A) Os conteúdos prévios que você acessou antes de estar na pós-graduação foram: (Domínio- PROCESSO: b. Execução)

0 () 1 () 2 () 3 () 4 ()

B) Os conteúdos abordados nas disciplinas podem ser avaliados como: (Domínio- PROCESSO: b. Execução)

0 () 1 () 2 () 3 () 4 ()

C) A Interação professor-aluno nas disciplinas tem sido: (Domínio- PROCESSO: b. Execução)

0 () 1 () 2 () 3 () 4 ()

D) O relacionamento entre orientadores e orientandos tem sido: (Domínio- PROCESSO: b. Execução)

0 () 1 () 2 () 3 () 4 ()

E) A organização curricular é: (Domínio- PROCESSO: b. Execução)

0 () 1 () 2 () 3 () 4 ()

F) Como avalia a articulação das atividades dos docentes/grupos de pesquisa do PPG-BCS com grupos de pesquisa de outras instituições (Domínio - PROCESSO: b. Execução)

0 () 1 () 2 () 3 () 4 ()

H) Como avalia a articulação das atividades do PPG-BCS com instituições de ensino da educação básica: (Domínio- PROCESSO: b. Execução e RESULTADOS: b. Relação com a Sociedade)

0 () 1 () 2 () 3 () 4 ()

I) Os prazos do PPG-BCS quanto à realização das disciplinas, qualificação, defesa, entrega de documentos são: (Domínio- PROCESSO: b. Execução)

0 () 1 () 2 () 3 () 4 ()

J) As formas e estratégias de divulgação de informações relacionadas ao PPG BCS tem sido: (Domínio- PROCESSO: b. Execução)

0 () 1 () 2 () 3 () 4 ()

K) As disciplinas específicas voltadas para a formação profissional docente e estágio docente tem sido: (Domínio- PROCESSO: b. Execução)

0 () 1 () 2 () 3 () 4 ()

L) Participação dos mestrandos/doutorando nos grupos de pesquisa do PPG- BCS

0 () 1 () 2 () 3 () 4 ()

26) Você considera as disciplinas obrigatórias ofertadas no mestrado/doutorado como necessárias para a formação pretendida? Justifique a sua resposta: (Domínio: PROCESSO: b. Execução)

27) As disciplinas optativas são condizentes com as necessidades das linhas de pesquisa?? Justifique sua resposta: (Domínio: PROCESSO: b. Execução)

28) Você sabe quantas disciplinas obrigatórias e quantas disciplinas optativas existem no PPG-BCS? (Domínio: PROCESSO: b. Execução)

() Sim

() Sei as que estão articuladas a linha de pesquisa em que atuo

() Não

SOBRE O PROCESSO DE ORIENTAÇÕES

29) QUANTO AO PROCESSO DE ORIENTAÇÕES (Domínio- PROCESSO: a. Execução)

A) Qual o tempo que você provavelmente concluirá o mestrado?

() Menos de 2 anos 2 anos

- 2 ½ anos idem anteriores
- Mais de 2 anos

B) Qual o tempo que você provavelmente concluirá o doutorado?

- Menos de 4 anos
- 4 anos
- 4 ½ anos idem
- Mais de 4 anos

C) Indique qual a sua carga horária semanal destinada para encontro com o orientador de sua pesquisa:

- Menos de 1 hora
- De 1 a 2 horas
- De 3 a 4 horas
- Mais de 4 horas

D) Terá que pedir prorrogação de prazo? (Você poderá assinalar mais de uma resposta)

- Não
- Sim, por licença maternidade
- Sim, por problemas de saúde pessoal (Psicológicos, cirúrgicos, acidentes)
- Sim, por problemas de saúde familiar (Psicológicos, cirúrgicos, acidentes)
- Sim, por problemas de trabalho
- Sim, problemas em aceitar as orientações
- Sim, por dificuldades de escrever o trabalho final
- Sim, por ausência de recursos financeiros para a pesquisa
- Sim, desapontamento com o curso
- Outro: _____

E) Você já pensou em desistir do mestrado/doutorado? Justifique sua resposta.

F) Você já abandonou ou reprovou em alguma disciplina do mestrado/doutorado no PPG-BCS?

- Sim
- Não

G) Você considera que os resultados da pesquisa realizada por você orientadas serão utilizados em outros contextos que não só no espaço acadêmico? Justifique sua resposta

H) Conseguiu publicar resultados parciais/totais da suas pesquisas? (Domínio-RESULTADOS: a. Publicação)

- Sim, em menos de 6 meses após enviar
- Sim, entre 6 a 12 meses após enviar
- Sim, entre 13 a 18 meses após enviar
- Não tenho conseguido publicar
- Não envie nenhum resultado para publicação ainda

I) Em quais meios/espços os resultados da sua pesquisa serão apresentados: (Domínio: RESULTADO: a. Publicação) (Você poderá assinalar mais de uma resposta)

- Anais de eventos Palestras para graduandos
- Palestras para comunidade externa à Universidade
- Instituições em que o estudo foi desenvolvido
- Curso de aperfeiçoamento
- Curso de extensão
- Não apresentei nada ainda

30) AVALIE QUAIS FATORES A SEGUIR INTERFEREM NA CONCLUSÃO DO MESTRADO/DOCTORADO PELOS ALUNOS EM TEMPO HÁBIL: (Domínio-PROCESSO: c. Fluxo discente e saída)

Avalie atribuindo valor de 0 (pouco significativo) a 10 (muito significativo)

A) Dedicção discente

0 () 1 () 2 () 3 () 4 () 5 () 6 () 7 () 8 () 9 () 10 ()

B) Dificuldade cognitiva para acompanhar os conteúdos

0 () 1 () 2 () 3 () 4 () 5 () 6 () 7 () 8 () 9 () 10 ()

C) Incompatibilidade de horário para realizar as atividades

0 () 1 () 2 () 3 () 4 () 5 () 6 () 7 () 8 () 9 () 10 ()

D) Falta de manejo pedagógico dos docentes

0 () 1 () 2 () 3 () 4 () 5 () 6 () 7 () 8 () 9 () 10 ()

E) Incompatibilidade com o orientador

0 () 1 () 2 () 3 () 4 () 5 () 6 () 7 () 8 () 9 () 10 ()

F) Organização Curricular

0 () 1 () 2 () 3 () 4 () 5 () 6 () 7 () 8 () 9 () 10 ()

G) Recursos financeiros limitados para manter-se no Programa

0 () 1 () 2 () 3 () 4 () 5 () 6 () 7 () 8 () 9 () 10 ()

A INTERDISCIPLINARIDADE NO PPG-BCS

31) AVALIE COMO A INTERDISCIPLINARIDADE TEM SIDO TRABALHADA/VIVENCIADA NO PPG-BCS (Domínio- PROCESSO: b. Execução)

Avalie atribuindo valor de 0 (pouco significativo) a 10 (muito significativo)

A) Nas disciplinas:

0 () 1 () 2 () 3 () 4 () 5 () 6 () 7 () 8 () 9 () 10 ()

B) No Estágio Docente

0 () 1 () 2 () 3 () 4 () 5 () 6 () 7 () 8 () 9 () 10 ()

C) Nos Projetos de pesquisa

0 () 1 () 2 () 3 () 4 () 5 () 6 () 7 () 8 () 9 () 10 ()

D) Nos Projetos de extensão

0 () 1 () 2 () 3 () 4 () 5 () 6 () 7 () 8 () 9 () 10 ()

E) Nas Orientações

0 () 1 () 2 () 3 () 4 () 5 () 6 () 7 () 8 () 9 () 10 ()

F) Nas dissertações/teses

0 () 1 () 2 () 3 () 4 () 5 () 6 () 7 () 8 () 9 () 10 ()

H) Em bancas de qualificação e defesa de dissertação/teses

0 () 1 () 2 () 3 () 4 () 5 () 6 () 7 () 8 () 9 () 10 ()

I) Nas produções científicas (artigos, trabalhos...)

0 () 1 () 2 () 3 () 4 () 5 () 6 () 7 () 8 () 9 () 10 ()

FONTES DE FOMENTO, INCENTIVO E ESTRUTURA

32) AVALIE AS FONTES DE FOMENTO, INCENTIVO E ESTRUTURA ASSINALANDO UM DOS ITENS DA ESCALA DE 0 A 4

Avalie atribuindo valor de 0 (Muito Ruim) a 4 (Muito Bom)

A) Os recursos financeiros para manter o programa e realizar as pesquisas são: (Domínio- ESTRUTURA: c. Financeiro)

0 () 1 () 2 () 3 () 4 ()

B) A estrutura física atual para a realização das aulas (sala e laboratório) é: (Domínio - ESTRUTURA: c. Física)

0 () 1 () 2 () 3 () 4 ()

C) Quanto à disponibilidade de recursos humanos (assessoria técnica no colegiado; técnicos de laboratório e informática) para o encaminhamento das atividades do PPG-BCS, pode-se avaliar como: (Domínio- ESTRUTURA: b. pessoas)

0 () 1 () 2 () 3 () 4 ()

D) O acesso a internet da Universidade para o desenvolvimento de atividades de pesquisa pode ser considerado: (Domínio- ESTRUTURA: c. Física)

0 () 1 () 2 () 3 () 4 ()

33) EM RELAÇÃO AS FONTES DE FOMENTO (Domínio ESTRUTURA: c. Financeiro)

A) Qual você considera mais importante para o PPG-BCS? (Domínio ESTRUTURA: c. Financeiro)

() CNPQ

() CAPES

() Fundação Araucária

() PROAP

() Todas

() Outro: _____

B) O número de editais nacionais para apoio à pesquisa é: (Domínio ESTRUTURA: c. Financeiro)

- Péssimo
- Ruim
- Razoável
- Boa
- Excelente
- Não sei avaliar

C) O número de editais estaduais para apoio à pesquisa é: (Domínio ESTRUTURA: c. Financeiro)

- Péssimo
- Ruim
- Razoável
- Boa
- Excelente
- Não sei avaliar

D) Em relação a política de incentivo a ciência e tecnologia nacionais, você considera: (Domínio ESTRUTURA: c. Financeiro)

- Péssimo
- Ruim
- Razoável
- Boa
- Excelente

E) Em relação as políticas de incentivo a ciência e tecnologia da Fundação Araucária, no Estado do Paraná, você considera: (Domínio ESTRUTURA: c. Financeiro)

- Péssimo
- Ruim
- Razoável
- Boa
- Excelente

F) Considerando o valor da bolsa de estudos, você acredita que o mestrando/doutorando consegue se dedicar integralmente às atividades do PPG-BCS? (Domínio ESTRUTURA: c. Financeiro)

- Sim
- Não

Não sei opinar

G) Você Sabe quantas bolsas o PPG BCS tem disponíveis? (Domínio ESTRUTURA: c. Financeiro)

Sim

Não

H) Você sabe como ocorre o processo para distribuição de bolsas no PPG- BCS? (Domínio ESTRUTURA: c. Financeiro)

Sim

Não

I) Você teve bolsa de estudo para cursar o mestrado/doutorado? (Domínio ESTRUTURA: c. Financeiro)

Sim, em todo o período em que estava cursando

Sim, por um período

Não tive

J) Você já usou recurso próprio para o desenvolvimento das atividades do PPG-BCS (experimentos, viagens, análise estatística). Justifique sua resposta: (Domínio ESTRUTURA: c. Financeiro)

34) Consegue desempenhar suas atividade no PPG-BCS de forma satisfatória? Justifique sua resposta

35) Além das questões relacionada nesse formulário escreva abaixo outros elementos que você considera importante no processo de formação no Mestrado/doutorado

APÊNDICE F

AUTOAVALIAÇÃO DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM BIOCÊNCIAS E SAÚDE: A VOZ DOS EGRESSOS

Convidamos você egresso do Programa de Pós-Graduação em Biociências e Saúde, da Universidade Estadual do Oeste do Paraná- Unioeste a participar do processo de avaliação do seu processo de formação no programa, sua atuação profissional e inserção social.

Convidamos você aluna(o) do Programa de Pós-Graduação em Biociências e Saúde, da Universidade Estadual do Oeste do Paraná- Unioeste a participar do processo de avaliação do seu processo de formação no programa, sua atuação profissional e inserção social.

Nós pesquisadores garantimos a privacidade e o sigilo de sua participação em todas as etapas da pesquisa e de futura publicação dos resultados. O seu nome e e-mail nunca serão associados aos resultados desta pesquisa, exceto quando você desejar.

Desta forma, de acordo com o que foi exposto, eu declaro estar ciente de que:

- 1- Fui informado e esclarecido acerca dos objetivos e procedimentos da pesquisa;
- 2- Minha identidade será mantida em sigilo, sendo que qualquer material envolvido será de acesso restrito aos pesquisadores. Este sigilo deve ser mantido, inclusive nas divulgações para fins científicos;
- 3- Poderei desistir de minha participação a qualquer momento, sem nenhum ônus;
- 4- Autorizo a divulgação e publicação das informações, desde que mantido o sigilo e anonimato;
- 5- Entendo que não sou obrigado a responder todas as informações, mas minhas sugestões serão as mais fidedignas e verdadeiras possíveis.

O seu consentimento em participar do estudo dar-se-á ao clicar na opção "concordo em participar dessa pesquisa", caso não queira participar basta assinalar a opção "não concordo em participar dessa pesquisa", segue abaixo link do TCLE assinado pela pesquisadora.

Solange de Fátima Reis Conterno (045) 99107-1098

LINK DO TCLE ASSINADO:

https://www.dropbox.com/s/o80ycoc4p8x9zxk/TCLE_JUIZ_ASSINADO.pdf?dl=0

PERFIL: CARACTERIZAÇÃO SÓCIO-DEMOGRÁFICA E ECONÔMICA

1) Sexo:

() Feminino

() Masculino

2) Idade: _____

3) Idade que iniciou o mestrado?

- \geq 23 anos
- 24 – 26
- 27 – 29
- > que 30

3.1) Idade que iniciou o doutorado?

- \geq 23 anos
- 24 – 26
- 27 – 29
- > que 30

4) Estado civil:

- Solteira(o)
- Casada(o)
- União Estável
- Separada(o)/Divorciada(o)
- Viúva(o)
- Outro: _____

5) Tem filhos???

- Não tenho Filhos
- Tenho 1 filho
- Tenho 2 filhos
- Tenho 3 Filhos
- Mais de 3 filhos

6) Idade dos filhos: _____**7) Teve filhos durante o mestrado/ doutorado?**

- Sim, 1 filho
- Sim, 2 filhos
- Sim, 3 filhos
- Sim, mas que 3 filhos Não tive filhos

7.1) Teve filhos durante o doutorado?

- Sim, 1 filho

- Sim, 2 filhos
- Sim, 3 filhos
- Sim, mas que 3 filhos Não tive filhos

8) Tempo do Vínculo com a Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste), antes de ingressar no PPG-BCS?

- < 1 ano
- 1-5 anos
- 6-10 anos
- 11-15 anos
- 15-20 anos
- Mas de 20 anos
- Não tive vínculo com a Unioeste, antes de ingressar no PPG-BCS

9) Ano que iniciou atividades no PPG-BCS?

- 2019
- 2020
- 2021

10) Trabalha em qual setor?

- Público
- Privado
- Não trabalho

11) Atualmente está desenvolvendo atividade profissional em qual espaço

- Serviço Público de Saúde
- Serviço Privado de Saúde
- Serviço Público de educação básica
- Serviço Privado de educação básica
- Serviço Público de educação superior
- Serviço Privado de educação superior
- Autônomo(a) (Pessoa Jurídica)
- Aposentado(a)
- Afastado(a) por problemas de saúde
- Desempregado(a)
- Abandonou a profissão
- Outro: _____

12) Caso esteja trabalhando indique quantas horas semanais

- Menos de 20 horas 20 horas
- 30 horas
- 40 horas
- Mais de 40 horas
- Outro:

13) Indique a sua renda mensal, considerando que o salário mínimo nacional é de R\$ 1.045:

- Não estou trabalhando
- Menos de 5 salários mínimos nacionais aqui dá a impressão que a gente espera que todo mundo ganhe 5 SM.. eu acompanho a sugestão do juiz. Fazer uma escala anterior para ver os que ganham menos de 2 SM, 3-5, etc.
- Entre 5 a 7 salários mínimos nacionais
- Entre 8 a 10 salários mínimos nacionais
- Entre 10 a 12 salários mínimos nacionais
- Entre 13 a 15 salários mínimos nacionais
- Mais de 15 salários mínimos nacionais

14) FORMAÇÃO/TITULAÇÃO**A) Qual a sua formação na graduação? Ano de conclusão? Instituição?**

B) Cursou alguma pós-graduação lato sensu?

- Residência Especialização
- Aperfeiçoamento
- Não cursei pós graduação lato sensu

15) A sua formação acadêmica de forma geral ocorreu:

- Integralmente em Instituições Públicas de Ensino
- Maior parte em Instituições Públicas de Ensino
- Parcialmente em Instituições Públicas de Ensino
- Integralmente em Instituições Privadas de Ensino
- Maior parte em Instituições Privadas de Ensino
- Parcialmente em Instituições Privadas de Ensino
- Outro: _____

16) Recebeu financiamento para sua formação?

- Sim
- Não
- Em parte

16.1) Se recebeu financiamento, qual foi? (você poderá assinalar mais de uma resposta)

- Fies (Graduação) Prouni (Graduação)
- Financiamento da Própria universidade (Graduação)
- Bolsa de estudo de órgãos públicos (Capes/Cnpq) (Pós-graduação)
- Outros

17) No decorrer da Graduação participou/desenvolveu alguma atividade de pesquisa, ensino e extensão?

- Sim
- Não

18) Caso tenha participado/desenvolvido alguma atividade de pesquisa, ensino e extensão indique quais: (você poderá assinalar mais de uma resposta)

- Iniciação científica voluntário
- Iniciação científica com bolsa
- Projeto de ensino voluntário
- Projeto de ensino com bolsa
- Projeto de extensão voluntário
- Projeto de extensão com bolsa
- Projeto de Monitoria com bolsa
- Trabalho de Conclusão de Curso
- Outro: _____

ATUAÇÃO NO PPG-BCS E FORMAÇÃO CONTINUADA**19) Qual linha realizou sua pesquisa no PPG-BCS?**

- Processo Saúde-Doença
- Práticas e Políticas de Saúde;
- Fatores que Influenciam a Morfofisiologia Orgânica

20) Você desenvolveu sua pesquisa na área que gostaria no PPG-BCS? (Domínio PROCESSO: b. Execução)

- Sim
- Parcialmente
- Não

21) A sua formação foi condizente com a linha de pesquisa em que estava inserido(a) no PPG-BCS? (Domínio PROCESSO b. Execução)

- Sim
- Parcialmente
- Não

22) RESPONDA AS QUESTÕES A SEGUIR CONSIDERANDO O TEMPO/PERÍODO EM QUE ESTUDOU NO PPG-BCS (Domínio- PROCESSO: b. Execução e Domínio RESULTADO: a. Publicações e c. Formação Continuada)

A) Quantas horas em média dedicou as atividades do PPG-BCS?

- Menos de 2 horas
- De 2 a 4 horas
- De 5 a 7 horas
- De 8 a 10 horas
- De 11 a 13 horas
- Mais de 13 horas

B) Quantas disciplinas eletivas você cursou?

- 1 disciplina
- 2 disciplinas
- 3 disciplinas
- 4 disciplinas
- Mais de 4 disciplinas

C) Recebeu informações sobre a importância de participar de eventos científicos e realizar publicações (Domínio- PROCESSO: b. Execução)

- Sim
- Não

D) Você considera a participação/atuação na Pós-graduação importante para a sua carreira? (Domínio - PROCESSO: b. Execução e c. Formação continuada.)

- Sim

Parcialmente

Não

E) Você já avaliou a atuação dos docentes e agentes universitários no PPG-BCS?

Sim

Não lembro

Não

F) Participa de eventos científicos anualmente? (Domínio: RESULTADOS: C. Formação continuada)

Participo de 1 evento

Participo de 2 eventos

Participo de 3 eventos

Participo de 4 eventos

Participo de mais de 4 eventos

Não participo de eventos

G) Caso não tenha participado de eventos acadêmicos nos últimos dois anos indique o(s) motivo(s): (Domínio- RESULTADOS: c. Formação Continuada)

H) Quando participa de eventos, na maioria das vezes o faz na qualidade de: (Domínio- RESULTADOS: c: Formação Continuada)

Ouvinte

Apresentador(a) de trabalho

Palestrante

Outro: _____

I) Após o término do Mestrado/Doutorado fez outra formação? Justifique sua resposta: (Domínio- RESULTADOS: c. Formação continuada)

23) Você gostaria de ter mais tempo e condições para investir em sua formação continuada? (Domínio- RESULTADO: c. Formação Continuada)

Sim

- Não avalio como necessário investir em formação continuada
 Não

24) Considera que a conclusão de suas etapas de formação contribuíram para a mudança de emprego/função/ascensão de nível na carreira profissional? (Domínio- RESULTADOS: b. Mercado/Sociedade)

- Sim
 Parcialmente
 Não

A FORMAÇÃO OFERTADA NO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM BIOCÊNCIAS E SAÚDE

25) Quais motivos que te levaram a buscar qualificação no PPG- BCS: (Você poderá assinalar mais de uma resposta) (Domínio- PROCESSO: a. processo de entrada)

- Avançar na carreira e melhorar o salário
 Em busca de qualificação para melhorar a prática profissional
 Para realização de um desejo pessoal
 Em busca de novas oportunidades oferecida pela titulação
 Desejo de ingressar na docência
 Outros: _____

26) AVALIE O PROCESSO DE FORMAÇÃO OFERTADO PELO PPG-BCS ASSINALANDO UM DOS ITENS DA ESCALA

Avalie atribuindo valor de 0 (Muito Ruim) a 4 (Muito Bom)

A) O domínio dos conteúdos prévios dos alunos pode ser avaliado como: (Domínio- PROCESSO: b. Execução)

0 () 1 () 2 () 3 () 4 ()

B) Os conteúdos abordados nas disciplinas podem ser avaliados como: (Domínio- PROCESSO: b. Execução)

0 () 1 () 2 () 3 () 4 ()

C) A Interação professor-aluno nas disciplinas foram: (Domínio- PROCESSO: b. Execução)

0 () 1 () 2 () 3 () 4 ()

E) O relacionamento entre orientadores e orientandos foi: (Domínio- PROCESSO: b. Execução)

0 () 1 () 2 () 3 () 4 ()

F) A organização curricular é: (Domínio- PROCESSO: b. Execução)

0 () 1 () 2 () 3 () 4 ()

G) Como avalia a articulação das atividades dos docentes/grupos de pesquisa do PPG-BCS com grupos de pesquisa de outras instituições (Domínio - PROCESSO: b.

0 () 1 () 2 () 3 () 4 ()

H) Como avalia a articulação das atividades do PPG-BCS com instituições de ensino da educação básica: (Domínio- PROCESSO: b. Execução e RESULTADOS: b. Relação com a Sociedade)

0 () 1 () 2 () 3 () 4 ()

I) Os prazos do PPG-BCS quanto à realização das disciplinas, qualificação, defesa, entrega de documentos foram: (Domínio- PROCESSO: b. Execução)

0 () 1 () 2 () 3 () 4 ()

J) As formas e estratégias de divulgação de informações relacionadas ao PPG BCS foram: (Domínio- PROCESSO: b. Execução)

0 () 1 () 2 () 3 () 4 ()

K) As disciplinas específicas voltadas para a formação profissional docente e estágio docente foram: (Domínio- PROCESSO: b. Execução)

0 () 1 () 2 () 3 () 4 ()

L) Participação dos mestrandos/doutorando nos grupos de pesquisa do PPG- BCS

0 () 1 () 2 () 3 () 4 ()

27) Você considera as disciplinas obrigatórias ofertadas no mestrado/doutorado como necessárias para a formação pretendida? Justifique a sua resposta: (Domínio: PROCESSO: b. Execução)

28) As disciplinas optativas foram condizentes com as necessidades das linhas de pesquisa?? Justifique sua resposta: (Domínio: PROCESSO: b. Execução)

29) Quando cursava o mestrado/doutorado você sabia quantas disciplinas obrigatórias e quantas disciplinas optativas estavam prevista no PPG-BCS? (Domínio: PROCESSO: b. Execução)

- Sim
- Sei as que estão articuladas a linha de pesquisa em que atuo
- Não

SOBRE O PROCESSO DE ORIENTAÇÕES

30) QUANTO AO PROCESSO DE ORIENTAÇÕES Domínio- PROCESSO: a. Execução

A) Em quanto tempo você concluiu o mestrado?

- Menos de 2 anos
- 2 anos
- 2 ½ anos
- Mais de 2 anos

B) Quanto tempo você concluiu o doutorado?

- Menos de 4 anos
- 4 anos
- 4 ½ anos
- Mais de 4 anos

C) Indique qual era a carga horária semanal destinada para encontro com o orientador de sua pesquisa:

- Menos de 1 hora
- De 1 a 2 horas
- De 3 a 4 horas
- Mais de 4 horas

D) Teve que pedir prorrogação de prazo?

- Não
- Sim, por licença maternidade
- Sim, por problemas de saúde pessoal (Psicológicos, cirúrgicos, acidentes)
- Sim, por problemas de saúde familiar (Psicológicos, cirúrgicos, acidentes)

- Sim, por problemas de trabalho
- Sim, problemas em aceitar as orientações
- Sim, por dificuldades de escrever o trabalho final
- Sim, por ausência de recursos financeiros para a pesquisa
- Sim, desapontamento com o curso
- Outro: _____

E) Quando cursava o mestrado/doutorado você pensou em desistir? Justifique sua resposta.

F) Você abandonou ou reprovou em alguma disciplina do mestrado/doutorado no PPG-BCS?

- Sim
- Não

G) Você considera que os resultados da pesquisa realizada por você foram utilizados em outros contextos que não só no espaço acadêmico? Justifique sua resposta

H) Conseguiu publicar resultados parciais/totais da sua pesquisa? (Domínio-RESULTADOS: a. Publicação)

- Sim, em menos de 6 meses após enviar
- Sim, entre 6 a 12 meses após enviar
- Sim, entre 13 a 18 meses após enviar
- Não tenho conseguido publicar
- Não enviei nenhum resultado para publicação

I) Em quais meios/espços os resultados da sua pesquisa foram apresentados: (Domínio: RESULTADO: a. Publicação) (Você poderá assinalar mais de uma resposta)

- Anais de eventos
- Palestras para graduandos
- Palestras para comunidade externa à Universidade
- Instituições em que o estudo foi desenvolvido
- Curso de aperfeiçoamento
- Curso de extensão

31) AVALIE QUAIS FATORES A SEGUIR INTERFEREM NA CONCLUSÃO DO MESTRADO/DOCTORADO PELOS ALUNOS EM TEMPO HÁBIL: (Domínio- PROCESSO:

c. Fluxo discente e saída)

Avalie atribuindo valor de 0 (pouco significativo) a 10 (muito significativo)

A) Dedicção discente

0 () 1 () 2 () 3 () 4 () 5 () 6 () 7 () 8 () 9 () 10 ()

B) Dificuldade cognitiva para acompanhar os conteúdos

0 () 1 () 2 () 3 () 4 () 5 () 6 () 7 () 8 () 9 () 10 ()

C) Incompatibilidade de horário para realizar as atividades

0 () 1 () 2 () 3 () 4 () 5 () 6 () 7 () 8 () 9 () 10 ()

D) Falta de manejo pedagógico dos docentes

0 () 1 () 2 () 3 () 4 () 5 () 6 () 7 () 8 () 9 () 10 ()

E) Incompatibilidade com o orientador

0 () 1 () 2 () 3 () 4 () 5 () 6 () 7 () 8 () 9 () 10 ()

F) Organização Curricular

0 () 1 () 2 () 3 () 4 () 5 () 6 () 7 () 8 () 9 () 10 ()

G) Recursos financeiros limitados para manter-se no Programa

0 () 1 () 2 () 3 () 4 () 5 () 6 () 7 () 8 () 9 () 10 ()

A INTERDISCIPLINARIDADE DO PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM BIOCÊNCIAS E SAÚDE (PPG-BCS)

32)AVALIE COMO A INTERDISCIPLINARIDADE FOI TRABALHADA/VIVENCIADA NO PPG-BCS (Domínio- PROCESSO: b. Execução)

Avalie atribuindo valor de 0 (pouco significativo) a 10 (muito significativo)

A) Nas disciplinas:

0 () 1 () 2 () 3 () 4 () 5 () 6 () 7 () 8 () 9 () 10 ()

B) No Estágio Docente

0 () 1 () 2 () 3 () 4 () 5 () 6 () 7 () 8 () 9 () 10 ()

C) Nos Projetos de pesquisa

0 () 1 () 2 () 3 () 4 () 5 () 6 () 7 () 8 () 9 () 10 ()

D) Nos Projetos de extensão

0 () 1 () 2 () 3 () 4 () 5 () 6 () 7 () 8 () 9 () 10 ()

E) Nas Orientações

0 () 1 () 2 () 3 () 4 () 5 () 6 () 7 () 8 () 9 () 10 ()

F) Nas dissertações/teses

0 () 1 () 2 () 3 () 4 () 5 () 6 () 7 () 8 () 9 () 10 ()

G) Em bancas de qualificação e defesa de dissertação/teses

0 () 1 () 2 () 3 () 4 () 5 () 6 () 7 () 8 () 9 () 10 ()

H) Nas produções científicas (artigos, trabalhos...)

0 () 1 () 2 () 3 () 4 () 5 () 6 () 7 () 8 () 9 () 10 ()

FONTES DE FOMENTO, INCENTIVO E ESTRUTURA**33) AVALIE AS FONTES DE FOMENTO, INCENTIVO E ESTRUTURA ASSINALANDO UM DOS ITENS DA ESCALA DE 0 A 4**

Avalie atribuindo valor de 0 (Muito Ruim) a 4 (Muito Bom)

A) Os recursos financeiros para manter o programa e realizar as pesquisas foram: (Domínio- ESTRUTURA: c. Financeiro)

0 () 1 () 2 () 3 () 4 ()

B) A estrutura física para a realização das aulas (sala e laboratório) foi: (Domínio- ESTRUTURA: c. Física)

0 () 1 () 2 () 3 () 4 ()

C) Quanto à disponibilidade de recursos humanos (assessoria técnica no colegiado; técnicos de laboratório e informática) para o encaminhamento das atividades do PPG-BCS, pode-se avaliar como: (Domínio- ESTRUTURA: b. pessoas)

0 () 1 () 2 () 3 () 4 ()

D) O acesso a internet da Universidade para o desenvolvimento de atividades de pesquisa pode ser considerado: (Domínio- ESTRUTURA: c. Física)

0 () 1 () 2 () 3 () 4 ()

34) EM RELAÇÃO AS FONTES DE FOMENTO (Domínio ESTRUTURA: c. Financeiro)

A) Qual você considera mais importante para o PPG-BCS? (Domínio ESTRUTURA: c. Financeiro)

- CNPQ
- CAPES
- Fundação Araucária
- PROAP
- Todas
- Não sei opinar
- Outro: _____

B) O número de editais nacionais para apoio à pesquisa é: (Domínio ESTRUTURA: c. Financeiro)

- Péssimo
- Ruim
- Razoável
- Boa
- Excelente
- Não sei opinar

C) O número de editais estaduais para apoio à pesquisa é: (Domínio ESTRUTURA: c. Financeira)

- Péssimo
- Ruim
- Razoável
- Boa
- Excelente
- Não sei opinar

D) Em relação a política de incentivo a ciência e tecnologia nacionais, você considera: (Domínio ESTRUTURA: c. Financeiro)

- Péssimo
- Ruim
- Razoável
- Boa
- Excelente
- Não sei opinar

E) Em relação as políticas de incentivo a ciência e tecnologia da Fundação Araucária, no Estado do Paraná, você considera: (Domínio ESTRUTURA: c. Financeiro)

- Péssimo
- Ruim
- Razoável
- Boa
- Excelente
- Não sei opinar

F) Considerando o valor da bolsa de estudos, você acredita que o mestrando/doutorando consegue se dedicar integralmente às atividades do PPG-BCS? (Domínio ESTRUTURA: c. Financeiro)

- Sim
- Não
- Não sei opinar

G) Quando estava vinculado ao PPG-BCS você sabia quantas bolsas o Programa tinha disponíveis? (Domínio ESTRUTURA: c. Financeiro)

- Sim
- Não

H) Você sabia como ocorria o processo para distribuição de bolsas no PPG- BCS? (Domínio ESTRUTURA: c. Financeiro)

- Sim
- Não

I) Você teve bolsa de estudo para cursar o mestrado/doutorado? (Domínio ESTRUTURA: c. Financeiro)

- Sim, em todo o período em que estava cursando
- Sim, por um período

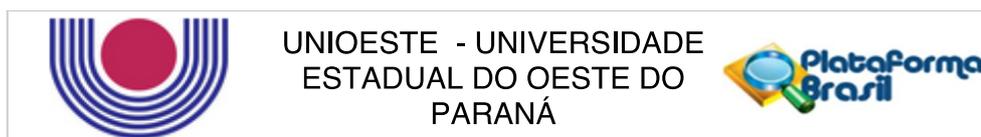
() Não tive

**J) Quando era aluno usou recurso próprio para o desenvolvimento das atividades do PPG-BCS (experimentos, viagens, análise estatística). Justifique sua resposta:
(Domínio ESTRUTURA: c. Financeiro)**

**35) Conseguiu desempenhar suas atividades no PPG-BCS de forma satisfatória?
Justifique sua resposta**

36) Além das questões relacionada nesse formulário escreva abaixo outros elementos que você considera importante no processo de formação no Mestrado/doutorado

ANEXO A



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: Autoavaliação de Programa de Pós-graduação Stricto Sensu Interdisciplinar: Construindo o processo metodológico

Pesquisador: Solange de Fátima Reis Conterno

Área Temática:

Versão: 1

CAAE: 35012620.6.0000.0107

Instituição Proponente: UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANA

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 4.184.450

Apresentação do Projeto:

Segundo Projeto na Plataforma, p[ágina 2: "Pesquisa de desenvolvimento metodológico, de natureza quanti e qualitativa, que visa sistematizar o processo de autoavaliação no Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Biociências e Saúde, por meio de construção e validação de estratégias e instrumentos de coletas de informações que viabilizarão a construção de um banco de dados específico, que permitirá identificar, dentre outros elementos, o perfil dos atores envolvidos no programa; o processo de formação; a estrutura, seja física, de pessoal e financeira, bem como, os resultados do processo. Assim o estudo em tela ocorrerá em algumas etapas, dentre elas: 1) elaboração de instrumentos para proceder a autoavaliação do Programa de Pós-graduação; 2) validação dos instrumentos; 3) aplicação dos instrumentos com docentes, agentes técnicos administrativos, mestrandos e egressos; 4) criação e organização de banco de dados sobre a autoavaliação do Programa de Pós-graduação. Espera-se que os resultados do presente estudo colaborarem com a construção de um banco de in-formações sobre Programa de Pós-Graduação em Biociências e Saúde, bem como, colaborar no processo de autoavaliação do Programa, no sentido de identificar as potencialidades e fragilidades da formação ofertada."

Endereço: RUA UNIVERSITARIA 2069

Bairro: UNIVERSITARIO

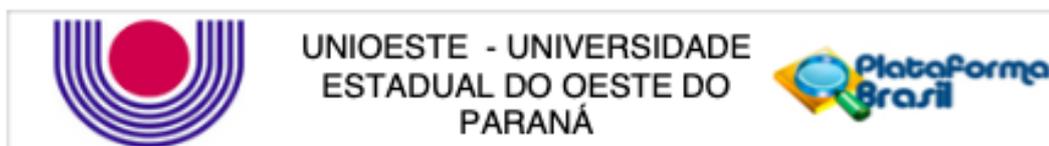
UF: PR

Município: CASCAVEL

CEP: 85.819-110

Telefone: (45)3220-3092

E-mail: cep.prppg@unioeste.br



Continuação do Parecer: 4.184.450

Objetivo da Pesquisa:

Segundo projeto na Plataforma Brasil, página 3: *Objetivo Primário:

Construir instrumentos de autoavaliação de Programa de Pós-Graduação stricto sensu na área Interdisciplinar.

Objetivo Secundário:

Construir instrumentos voltados para identificar a avaliação de docentes, agentes técnicos administrativos, mestrandos e egressos sobre o Programa

de Pós-Graduação stricto sensu em Biociências e Saúde; Validar instrumentos voltados para identificar a avaliação de docentes, agentes técnicos

administrativos, mestrandos e egressos sobre o Programa de Pós-Graduação stricto sensu em Biociências e Saúde; Construir banco de dados sobre

a autoavaliação do Programa de Pós-Graduação stricto sensu em Biociências e Saúde;*

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Os riscos e benefícios estão devidamente explicitados. Benefício de colaboração com o instrumento do programa e risco de aborrecimento e cansaço.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

A pesquisa é relevante e respeita a ética.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

TCLE - Apresenta informações básicas do projeto, riscos e benefícios.

Folha de rosto: devidamente apresentada.

Instrumento de pesquisa: devidamente apresentado o questionário.

Declaração de que a pesquisa não foi iniciada e uso de dados em arquivo: devidamente apresentados.

Projeto: apresentado com todas as informações necessárias.

Autorização do campo de pesquisa: não apresentado.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Aprovado

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Endereço: RUA UNIVERSITARIA 2069

Bairro: UNIVERSITARIO

CEP: 85.819-110

UF: PR

Município: CASCAVEL

Telefone: (45)3220-3092

E-mail: cep.prppg@unioeste.br



UNIOESTE - UNIVERSIDADE
ESTADUAL DO OESTE DO
PARANÁ



Continuação do Parecer: 4.184.450

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1593234.pdf	13/07/2020 17:03:13		Acelto
Folha de Rosto	FOLHA_ROSTO.pdf	13/07/2020 17:01:52	Solange de Fátima Reis Conterno	Acelto
Declaração de Pesquisadores	FORMULARIO_CEP.pdf	13/07/2020 10:53:13	Solange de Fátima Reis Conterno	Acelto
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_PARTICIPANTES.pdf	13/07/2020 10:51:51	Solange de Fátima Reis Conterno	Acelto
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_JUIZ.pdf	13/07/2020 10:51:40	Solange de Fátima Reis Conterno	Acelto
Outros	INSTRUMENTOS.pdf	13/07/2020 10:51:01	Solange de Fátima Reis Conterno	Acelto
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	PROJETO.pdf	13/07/2020 10:49:09	Solange de Fátima Reis Conterno	Acelto

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

CASCADEL, 31 de Julho de 2020

Assinado por:
Dartel Ferrari de Lima
(Coordenador(a))

Endereço: RUA UNIVERSITARIA 2069

Bairro: UNIVERSITARIO

CEP: 85.819-110

UF: PR

Município: CASCADEL

Telefone: (45)3220-3092

E-mail: cep.prrpg@unioeste.br